



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL

A MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL (2016-2024): entre a integração e a transnacionalização, uma migração bem-sucedida?

Marc Andy Dacius

Ituiutaba 2025

MARC ANDY DACIUS

A MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL (2016-2024): entre a integração e a transnacionalização, uma migração bem-sucedida?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Rural e Urbano.

Orientador (a): Vitor Koiti Miyazaki

Ituiutaba, 2025

MARC ANDY DACIUS

A MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL (2016-2024): entre a integração e a transnacionalização, uma migração bem-sucedida?

Banca avaliadora:

Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki – Orientador (ICHPO/UFU)

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito – Coorientador (UNESP)

Prof. Dr. Igor de França Catalão (UFFS)

Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda (ICHPO/UFU)

Ituiutaba 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D118m Dacius, Marc Andy, 1992-
2025 A migração de haitianos para o Brasil (2016-2024) [recurso eletrônico] : entre a integração e a transnacionalização, uma migração bem-sucedida? / Marc Andy Dacius. - 2025.

Orientador: Vitor Koiti Miyazaki.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5235>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Miyazaki, Vitor Koiti, 1983-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal. III. Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em: | Geografia do Pontal - PPGEp | | | | |
| Defesa de: | Mestrado Acadêmico | | | | |
| Data: | 28 de agosto de 2025 | Hora de início: | 15:00 | Hora de encerramento: | 17:28 |
| Matrícula do Discente: | 22322GEO001 | | | | |
| Nome do Discente: | Marc Andy Dacius | | | | |
| Título do Trabalho: | A migração de haitianos para o Brasil (2011-2016): entre a integração e a transnacionalização, uma migração bem-sucedida? | | | | |
| Área de concentração: | Produção do espaço e dinâmicas ambientais | | | | |
| Linha de pesquisa: | Produção do espaço rural e urbano | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Dinâmicas territoriais e produção do espaço | | | | |

Reuniu-se através de conferência pelo Google Meet, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal assim composta: Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda / PPGEp, Ituiutaba - MG; Prof. Dr. Igor de França Catalão - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, além do Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki / PPGEp, Ituiutaba - MG, orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADO

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Igor de França Catalão, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Koiti Miyazaki, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Loboda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6625679** e o código CRC **94D3213D**.

Referência: Processo nº 23117.059086/2025-31

SEI nº 6625679

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço o Jeová, o Deus do céu e da terra, aquele que é fiel às suas promessas e que nunca falha; toda glória e honra sejam dadas a ele para sempre.

Depois, quero agradecer à minha mãe IRMANE DACIUS, que sempre me acompanha com essas orações, que foram importantes durante esse ciclo de estudos.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador, VITOR KOITI MIYAZAKI, ao coorientador, ELISEU SAVÉRIO SPOSITO, aos membros da banca avaliadora na ocasião do exame de qualificação e, agora, da defesa de dissertação, IGOR CATALÃO E CARLOS ROBERTO LOBODA, bem como os professores do PPGE/UFU.

E, finalmente, a todos os meus amigos que me ajudaram muito na realização deste trabalho, WISLYNE FLORISTE, DARLINE DOUYON, especialmente aos meus queridos amigos de Chapecó pelo apoio de todas as formas WOODKENSLEY MEDELLUS, SODWIN, ANGEMY DELSON, JEAN DERSON.

RESUMO

Este trabalho busca entender o aspecto transnacional da migração haitiana e como isso foi influenciado pelas dificuldades desses migrantes de se integrarem sócio espacialmente em Chapeco no estado de Santa Catarina. O transnacionalismo, neste trabalho, foi visto como a natureza da migração haitiana em termos de suas rotas e motivos, e também como um meio de resistência desses migrantes, uma forma de autoafirmação. O principal objetivo é entender como a dinâmica de integração local influencia o processo transnacional. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com migrantes como atores dessa migração e também no preenchimento de um questionário. A combinação desses dois meios de coleta de dados possibilitou a obtenção de resultados que podem explicar essa relação dialética entre transnacionalismo e integração. Esses resultados revelam as tensões entre os discursos oficiais de inclusão e as práticas discriminatórias no local, sem esquecer as práticas transnacionais resultantes. Este estudo destaca a necessidade de reforma dos mecanismos de integração de migrantes e de justiça espacial. A dissertação contribui para o debate sobre a governança local da imigração na América Latina e o papel do capitalismo na geografia desigual dos lugares e da migração como consequência.

Palavras-chave: Migração haitiana; transnacionalismo; Chapecó.

LISTES DES SIGLES ET TABLEAUX

- BCB - Banco Central do Brasil
- BM - Banco Mundial
- BRF - Brasil Foods
- CNICIG - Comissão Nacional Interministerial para Cooperação Internacional e Governança Migratória
- CNIG - Conselho Nacional de Imigração
- CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
- DEMIG - Departamento de Migrações
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- JBS - José Batista Sobrinho
- PAS - Programa de Ajuste Estrutural
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
- SC - Santa Catarina
- SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
- IMF - International Monetary Fund (em português: Fundo Monetário Internacional)
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- ONU - Organização das Nações Unidas
- USD - United States Dollar

Lista de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Localização do município de Chapecó, Santa Catarina, Brasil – 2023 | 19 |
| Figura 2 - Mapa de bairros da cidade de Chapecó, com destaque para o bairro EFAPI em relação ao centro | 20 |
| Figura 3 - A emigração haitiana no século XX: origem e destino regionais | 61 |
| Figura 4 - A diáspora haitiana entre o início do século XX e 1980 | 65 |
| Figura 5 - Mapa dos haitianos no mundo atual | 68 |
| Figura 6 - As migrações na Bacia do Caribe | 70 |
| Figura 7 - Mapa da distribuição dos haitianos no Caribe | 73 |
| Figura 8 - Haitianos na bacia do Caribe | 74 |
| Figura 9 - As rotas dos haitianos | 83 |
| Figura 10 - Culto em Igreja Evangélica haitiana do bairro Efapi, em Chapecó-SC, 2024 | 111 |
| Figura 11 - Igreja Adventista no bairro Efapi | 114 |
| Figura 12 - Celebração do feriado da independência do Haiti | 115 |
| Figura 13 - Comemoração de aniversário entre haitianos | 115 |

Lista de Gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Fluxos de remessas recebidos no Haiti entre 2022-2024 | 76 |
| Gráfico 2 - Número de migrantes haitianos por ano de saída | 85 |
| Gráfico 3 - As cinco principais profissões do Haiti antes da migração | 86 |
| Gráfico 4 - Situação econômica antes de partir do perfil socioeconômico | 88 |
| Gráfico 5 - Perfil demográfico dos migrantes haitianos | 89 |
| Gráfico 6 - Motivos da migração | 92 |
| Gráfico 7 - Tipos de ligação dos migrantes com o Haiti | 97 |
| Gráfico 8 - Frequência das transferências por faixa etária e renda | 99 |
| Gráfico 9 - Detalhamento do uso de fundos de transferência | 102 |
| Gráfico 10 - Desafios envolvidos no envio de remessas para migrantes | 105 |
| Gráfico 11 - Laços sociais e culturais dos migrantes | 106 |
| Gráfico 12 - Distribuição das dificuldades enfrentadas pelos migrantes haitianos | 118 |
| Gráfico 13 - Principais barreiras no mercado de trabalho | 126 |
| Gráfico 14 - Principais desafios de integração dos migrantes haitianos | 130 |

Lista de Quadro

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Perfil das pessoas entrevistadas como parte da pesquisa | 29 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO: uma contextualização..... | 11 |
| CAPÍTULO I - AS ORIGENS CAPITALISTAS DA MIGRAÇÃO..... | 33 |
| 1.1 Dinâmica espacial e contradições geográficas no capitalismo | 34 |
| 1.2 Em direção a uma divisão espacial do trabalho..... | 35 |
| 1.3 A dinâmica do espaço e do tempo na acumulação capitalista | 36 |
| 1.4 Espaço e capitalismo: apropriação, acumulação e produção de dinâmicas socioespaciais | 38 |
| desiguais | |
| 1.5 A expropriação da força de trabalho na acumulação capitalista | 39 |
| 1.6 As origens capitalistas da migração..... | 42 |
| 1.7 Mobilidade geográfica de trabalhadores e acumulação de capital..... | 45 |
| 1.8 Integração e transnacionalismo: uma relação de complementaridade..... | 48 |
| 1.9 Rumo a uma espacialidade da integração | 49 |
| 1.10 A espacialidade transnacional..... | 51 |
| 1.11 Entre transnacionalismo e integração | 53 |
| CAPÍTULO II - UMA COMPREENSÃO ESTRUTURAL DA MIGRAÇÃO | |
| HAITIANA 58 | 57 |
| 2.1 Dinâmica da migração haitiana: entre história, contextos, redes transnacionais e | |
| envolvimento dos EUA | 58 |
| 2.2 O papel expansionista dos Estados Unidos na mobilidade da mão de obra haitiana..... | 61 |
| 2.3 As ditaduras dos Duvaliers e suas novas rotas migratórias..... | 66 |
| 2.4 As dinâmicas haitianas nas Caraíbas..... | 69 |
| 2.5 Rumo à implementação de uma estratégia de sobrevivência..... | 72 |
| 2.6 A natureza da migração haitiana | 74 |
| CAPÍTULO III - A MIGRAÇÃO HAITIANO PARA O BRASIL: o caso de | |
| Chapecó | 79 |
| 3.1 Contextualização | 80 |
| 3.2 Rotas e redes migratórias | 81 |
| 3.3 O transnacionalismo da migração haitiana no Brasil, um conjunto de estratégias de | |
| reprodução social e econômica e de sobrevivência..... | 84 |
| 3.4 Práticas econômicas transnacionais: transferências de dinheiro como estratégia de | |
| sobrevivência e reprodução | 96 |
| 3.5 Práticas sociais transnacionais: identidades híbridas ou fragmentação da identidade | 105 |
| 3.6 Entre proximidade espacial e segregação social..... | 117 |
| 3.7 Condições de trabalho dos imigrantes haitianos e implicações | 124 |
| 3.8 Dificuldades de comunicação e suas implicações..... | 127 |
| 3.9 Entre planos de migração futura e sonhos frustrados | 129 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 136 |
| REFERÊNCIAS | 139 |
| APÊNDICES..... | 149 |

Mais do que a noção de emigração [...], a noção de mobilidade permite descrever esse itinerário da vida social haitiana em escala local, nacional e transnacional em um único espaço social pelo qual transitam pessoas, moedas e mercadorias" (Neiburg, 2016, p.8).

INTRODUÇÃO: uma contextualização

De acordo com Portes (2012), os movimentos migratórios são parte integrante das principais mudanças internacionais que estão ocorrendo no mundo atual. Como resultado, há dois grupos de países: por um lado, aqueles que se caracterizam pela emigração e que se tornaram rapidamente exportadores de migrantes e mão de obra, em alguns casos também desenvolveram uma cultura de emigração, e seu produto interno bruto depende diretamente dos recursos dos migrantes; por outro lado, aqueles que são receptores de migrantes e mão de obra porque têm a capacidade de fazer bom uso deles, esses são os países de imigração e esses migrantes são usados para promover suas economias. Alguns vivenciaram os dois fenômenos ao mesmo tempo.

A epígrafe de abertura desta tese, bem como essas primeiras considerações sobre os movimentos migratórios, nos instiga a refletir sobre o aspecto intelectual necessário para compreender a realidade da migração em suas diferentes dimensões, inclusive no contexto da realidade brasileira.

No Brasil, a migração internacional passou por diferentes estágios e na direção de um movimento migratório heterogêneo. As etapas do fenômeno migratório brasileiro têm apresentado aumentos, mudanças contínuas, descontínuas e graduais, sem contar o desenvolvimento de novos ciclos migratórios no país. Nesse sentido, o fenômeno migratório brasileiro é significativamente heterogêneo e muda de uma direção para outra, dependendo do período.

Até a década de 1950, a realidade migratória do Brasil era marcada pela imigração internacional, mas esse processo se inverteu nas últimas três décadas do século XX (Leonardo, Cavalcanti et al., 2017).

Grande parte da população passou a vivenciar uma nova realidade migratória e o Brasil passou a integrar o grupo de países exportadores de mão de obra (Margolis, 1994; Sales 1999). No entanto, de acordo com Silva (1999), ao mesmo tempo, o país continua recebendo migrantes dos países vizinhos da América Latina, com um saldo migratório negativo em relação ao número de brasileiros que deixam o país. De acordo com Paulo Netto (2006), a emigração brasileira representa um "chassé-croisé" migratório, ou seja, um país que se vê como uma terra de oportunidades e atração para estrangeiros e que, ao mesmo

tempo, se vê como um lugar de repulsa para alguns brasileiros.

No caso da emigração, ela também foi vista como uma forma de manter os recursos de certas classes e assegurar certos capitais ameaçados pelas contínuas crises econômicas da década de 1980, conhecida como a "década perdida". Assim, os brasileiros partiram para os Estados Unidos, Japão e Europa. Margolis (1994) continua na mesma linha e, segundo ele, diante dos efeitos estruturais dessa crise, a classe média brasileira criou perspectivas de vida no exterior. Esse fenômeno perdurou por muito tempo e, como resultado, no final da década de 2000, o número de brasileiros no exterior era superior a 3 (três) milhões, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores.

De acordo com Silva (1997), ao mesmo tempo, o país está recebendo novos e diversificados fluxos migratórios, principalmente de bolivianos, que representam uma constante nesse cenário. Ao lado desse grupo estão os haitianos, cuja migração contínua é aparentemente uma característica permanente da imigração contemporânea para o Brasil. De fato, em um espaço de tempo muito curto, a imigração haitiana tornou-se a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal brasileiro, ultrapassando a portuguesa (Cavalcanti; Oliveira; Tomate; 2015).

A esse grupo se juntaram outros grupos de imigrantes do Sul-Sul (senegaleses, sírios, ganeses), sem esquecer, mais recentemente, os venezuelanos que, por sua vez, estão chegando às fronteiras do Brasil. Todos esses grupos de migrantes formaram os novos fluxos migratórios compostos principalmente por pessoas do Sul global que estão surgindo na sociedade brasileira. A heterogeneidade desses fluxos migratórios também se revela na composição desses migrantes, que se caracterizam por uma diversidade de origens, perfis socioeconômicos, níveis de escolaridade e projetos migratórios. Essa heterogeneidade também se reflete nos tipos de migração, rotas e métodos de entrada no país (Pacífico, 2010; Fernandes et al., 2011, Baenniger, 2016; Cavalcanti et al., 2015).

De fato, histórica e contemporaneamente, os seres humanos sempre buscaram melhorar suas condições de vida, atendendo e satisfazendo necessidades individuais e sociais em outros espaços que parecem lhes oferecer melhores oportunidades. Esses movimentos se fortaleceram ou se enfraqueceram em determinados momentos da história devido a vários fatores e dizem respeito a todos os tipos de países em um determinado momento histórico (Silva e Castro, 2017). Dada a importância do fenômeno migratório para

aspectos espaciais, culturais e econômicos, seja no passado ou na atualidade, é fundamental analisar e avaliar o fenômeno migratório sob esses diferentes e múltiplos aspectos.

Neste trabalho, interessa-nos o fenômeno da imigração para o Brasil e, em particular, a imigração haitiana, iniciada após o terremoto de 2010 na República do Haiti. Esse fenômeno migratório tem aspectos diacrônicos e sincrônicos, o que significa que, para entender melhor a situação, precisamos de uma visão precisa e histórica dela.

Nos últimos anos, a situação política, ambiental e humana do Haiti tem sido historicamente um dos maiores desastres das Américas, e o fenômeno migratório que o acompanha tem um aspecto humanitário (Fernandes, Milesi, Farias, 2014). Essa tripla realidade aumenta as motivações para a emigração na sociedade haitiana (Santos et al., 2015). O fenômeno da migração haitiana é tanto um ato pontual quanto está historicamente enraizado em uma situação de pobreza crônica vivida pelos mais desfavorecidos (Télémaque, 2012).

A mobilidade haitiana não é um fenômeno recente; ela faz parte de uma trajetória histórica de longo prazo, marcada por sucessivas ondas de emigração desde o início do século XX. Essa mobilidade, tanto forçada quanto estratégica, moldou a identidade diaspórica do Haiti no Caribe e em todo o continente. Desde as primeiras décadas do século passado, e após a ocupação americana de 1915 a 1934, a migração haitiana tornou-se mais ampla, diversificada e internacionalizada, intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo global, às desigualdades estruturais e ao lugar atribuído ao Haiti na divisão internacional do trabalho.

O terremoto de 2010 foi um importante ponto de inflexão na história da migração haitiana contemporânea. Ao destruir a infraestrutura básica e piorar as condições de vida já precárias, o terremoto precipitou uma nova fase de migração para a América Latina e, em particular, para o Brasil, que na época havia se tornado uma potência econômica regional em crescimento, com um mercado de trabalho em demanda. Essa nova rota de migração, muitas vezes via República Dominicana, Equador e Peru, ilustrou a capacidade dos migrantes haitianos de se adaptarem às mudanças nas políticas de migração internacional (Massey, 2005; Audebert, 2016).

No entanto, a migração haitiana para o Brasil não se limita a um simples deslocamento geográfico ou econômico. Ela revela uma articulação complexa entre integração local e práticas transnacionais, em que os migrantes vivem entre vários mundos, negociando constantemente seu pertencimento e seu projeto de vida. Essa dinâmica é

particularmente visível na cidade de Chapecó, no estado de Santa Catarina, qui foi usada como campo empirico, onde as aspirações de integração, a precariedade do trabalho migrante e a manutenção ativa de vínculos com o Haiti se unem. Isso pode ser explicado pelo fato de as empresas agroalimentares de Chapecó (JBS, BRF, Aurora) operarem em um sistema de produção intensivo, baseado na redução dos custos de mão de obra e na competitividade global.

O fenômeno da migração haitiana para Chapecó não pode ser compreendido sem a análise da lógica econômica local por trás da atratividade dessa cidade de médio porte no sul do Brasil. Como um importante centro agroindustrial, Chapecó é um centro estratégico de empregos para imigrantes, graças às suas grandes empresas de processamento de carne. Esse contexto produtivo, combinado com a disponibilidade e a vulnerabilidade administrativa dos migrantes haitianos, sugere uma relação estreita e assimétrica entre as indústrias agroalimentares e a mobilidade migratória.

Este trabalho faz parte de uma perspectiva crítica que visa a ir além das dicotomias clássicas entre integração e assimilação, ou entre migração econômica e política. O Nosso interesse nessa pesquisa é destacar a dimensão transnacional do fenômeno migratório haitiano, analisando a maneira como os migrantes circulam, trocam, resistem e reconfiguram sua posição nas sociedades de partida, trânsito e recepção. Também examina como o capitalismo contemporâneo integra essas mobilidades em sua lógica de produção, explorando não apenas os recursos naturais, mas também os corpos e as jornadas migratórias.

Esse transnacionalismo é justificado na lógica de um fenômeno de desterritorialização e reterritorialização e em uma visão multiterritorial, ou seja, os haitianos estão constantemente redefinindo seu espaço de vida e, ao mesmo tempo, em uma coabitação territorial dupla, real e virtual (Haesbaert, 2004). No contexto da migração, precisamos entender uma forma mais flexível de territorialização que permita sobreposições que possam ser explicadas sucessiva ou simultaneamente. Essa é efetivamente uma territorialização múltipla - multiterritorialidade no sentido estrito, construída por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios com base na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Multiterritorialidade, no sentido da experiência de vários territórios ao mesmo tempo e da formulação de uma territorialização efetivamente múltipla, pela simples razão de que, embora o processo de territorialização comece no nível do indivíduo ou do pequeno grupo, todas as relações

sociais envolvem interação territorial, um entrelaçamento de diferentes territórios. De certa forma, estamos sempre vivenciando a "multiterritorialidade" (Haesbaert, 2004, p. 40).

Nesse contexto, as práticas sociais se tornaram mais ou menos confusamente multiescalares, com territórios em rede resultantes do estabelecimento de zonas territoriais descontínuas. No mesmo espírito, o objetivo é mostrar que a relação entre o indivíduo ou o grupo humano e o território não é uma via de mão dupla. Isso significa que não há nada que impeça um indivíduo ou grupo de produzir e viver em vários territórios; um único território é suficiente para cobrir todas as dimensões da vida de um indivíduo ou grupo, e é essa concepção dual da vida de um indivíduo ou grupo que este livro se propõe a mostrar. O indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo em seu próprio nível, no nível de sua família, de um grupo, de uma nação e, no caso do transmigrante, ele vive em seu país anfitrião, em seu país de origem, sozinho e com sua família ao mesmo tempo.

Uma das imagens mais comuns e arraigadas da imigração é uma resposta aos estágios históricos iniciais dos movimentos migratórios, nos quais se supõe que os migrantes chegam a outro país para ficar e gradualmente perdem seus vínculos com o país de origem. No entanto, em termos de práticas sociais transnacionais, essas concepções binárias não são mais válidas quando se trata de entender a complexidade da migração internacional atual, e os haitianos são um exemplo convincente para refutar isso. Eles desenvolvem redes, atividades, estilos de vida e ideologias que abrangem tanto as sociedades de origem quanto as de destino.

Transnacionalismo é o processo pelo qual os migrantes constroem campos sociais que ligam seu país de origem e seu país de assentamento; esses migrantes que constroem seus campos sociais são chamados de "transmigrantes". Os transmigrantes desenvolvem e mantêm uma série de relacionamentos - familiares, econômicos, sociais, organizacionais, religiosos e políticos - que transcendem as fronteiras. Os transmigrantes agem, tomam decisões, sentem-se envolvidos e desenvolvem identidades dentro de redes sociais que os ligam simultaneamente a duas ou mais sociedades (Glick Schille Bach; Szanton Blanc, p.80).

É importante mencionar que existe uma imaginação geográfica, ou consciência espacial, que nos permite reconhecer que as transações entre indivíduos e organizações são afetadas pelo espaço físico que os separa. Para David Harvey (1973), nem o tempo nem o lugar são conceitos invariáveis, mas sim um conjunto de variantes ligadas aos costumes humanos que criam e usam diferentes conceitos de espaço: o absoluto, o relativo e o relacional.

Há também razões pessoais para este trabalho. A preparação desta dissertação foi estimulada por um profundo desejo de realizar uma pesquisa que pudesse contribuir significativamente para o debate sobre a migração internacional contemporânea e, mais especificamente, sobre o caso dos migrantes haitianos no Brasil. Esse interesse não é apenas acadêmico: é também existencial, com raízes em minha própria jornada migratória.

Como estudante migrante haitiano que vive no Brasil, fomos confrontados com as realidades que esta pesquisa procura analisar: barreiras linguísticas, desafios de integração, formas sutis (e às vezes explícitas) de discriminação, mas também as formas de solidariedade, resiliência e construção coletiva que as comunidades haitianas empregam diariamente. Essa experiência pessoal oferece uma visão privilegiada, uma sensibilidade especial às dinâmicas sociais invisíveis e às histórias de vida que geralmente são ignoradas nas análises institucionais.

Portanto, este trabalho faz parte de um compromisso pessoal, intelectual e político. Como migrante, esta pesquisa é um exercício de exteriorização de uma experiência compartilhada, mas também é um esforço para obter uma compreensão crítica das realidades enfrentadas por inúmeras pessoas em situações migratórias. Seu objetivo é tornar visíveis vozes e trajetórias que muitas vezes são marginalizadas, desconstruir representações simplistas da migração haitiana e ajudar a popularizar as experiências cotidianas dos migrantes, que muitas vezes são invisíveis no discurso dominante. O objetivo também é restaurar a dimensão profundamente humana da pesquisa, combinando o rigor científico com o envolvimento pessoal, com vistas à justiça e à transformação social.

A migração contemporânea vai muito além da estrutura estreita em que muitas vezes é confinada, principalmente quando é reduzida a números, fluxos ou questões de segurança. Ela levanta questões sobre modelos de desenvolvimento, abordagens de integração, governança territorial, cidadania urbana e direitos humanos. Elas estão agora no epicentro das principais transformações sociais e geopolíticas globais e exigem abordagens interdisciplinares, críticas e multidisciplinares.

Portanto, este trabalho faz parte de uma ambição de longo prazo: contribuir, por meio de pesquisas, para uma compreensão mais refinada, mais humana e mais comprometida dos fenômenos migratórios, especialmente no Sul global. Ele também está preparando o caminho para futuras pesquisas em geografia, estudos urbanos e relações internacionais, onde o conhecimento gerado pode não apenas alimentar o debate acadêmico, mas também apoiar

políticas públicas, organizações da sociedade civil e, acima de tudo, as próprias pessoas que vivenciam a mobilidade.

Objetivo principal

O principal objetivo desta pesquisa é compreender a experiência migratória dos haitianos que vivem no Brasil, mais especificamente no município de Chapecó-SC, levando em conta sua co presença real e virtual entre o Haiti e o Brasil, analisando seu nível de integração, bem como as lógicas econômicas e sociais que estruturam sua trajetória migratória.

Objetivos específicos

1. Apresentar um quadro teórico e conceitual sobre migração internacional, com foco em seu desenvolvimento em escala transnacional, bem como nas implicações do capitalismo global na estruturação e intensificação dos fluxos migratórios contemporâneos.
2. Explorar os fundamentos históricos, sociais e espaciais da emigração haitiana, destacando sua dimensão estrutural por meio de uma análise contextual dos fatores que impulsionam a mobilidade (crises políticas e econômicas, desastres naturais, exclusão social).
3. Destacar a natureza transnacional da migração haitiana, mostrando como os migrantes mantêm vínculos duradouros - econômicos, emocionais, sociais e culturais - com seu país de origem, ao mesmo tempo em que se integram à economia brasileira,
4. Dar voz aos próprios migrantes, coletando suas histórias de vida, suas percepções, suas estratégias de adaptação e suas aspirações, a fim de reconstruir sua experiência em toda a sua complexidade humana e social.

Para entender esse aspecto transnacional da migração haitiana para o Brasil e sua integração, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais fatores explicam a natureza transnacional da migração haitiana para o Brasil?** Essa pergunta leva a outras, secundárias, mas importantes para a pesquisa: como os haitianos no Brasil navegam entre a integração local e a manutenção de seus vínculos transnacionais com o Haiti? A emigração haitiana está ligada ao papel do país na divisão internacional do trabalho? Para melhor responder a essas perguntas, formulamos as seguintes hipóteses:

- 1) A migração haitiana e seu caráter transnacional podem ser explicados pela proletarianização forçada e crescente de sua população, expropriação, privatização de bens comuns e ausência de serviços públicos e seguridade social (FMI, BM, SAP).
- 2) A migração haitiana para o Brasil seria uma forma de os haitianos encontrarem recursos (sejam eles sociais, psicológicos ou econômicos) para continuarem a assumir suas responsabilidades e as de suas famílias no país de origem.
- 3) O processo de integração dos haitianos no Brasil seria um elemento fundamental do aspecto transnacional dessa migração. Os vários obstáculos ao reconhecimento das habilidades intelectuais e técnicas dos migrantes, o fator racial, a cor da pele, constituem não apenas uma desvantagem em termos de seu desejo de se integrar ao mercado de trabalho brasileiro, mas também uma forma de decepção que leva os haitianos a desenvolver práticas transnacionais de autoafirmação.

Apresentação da área de estudo

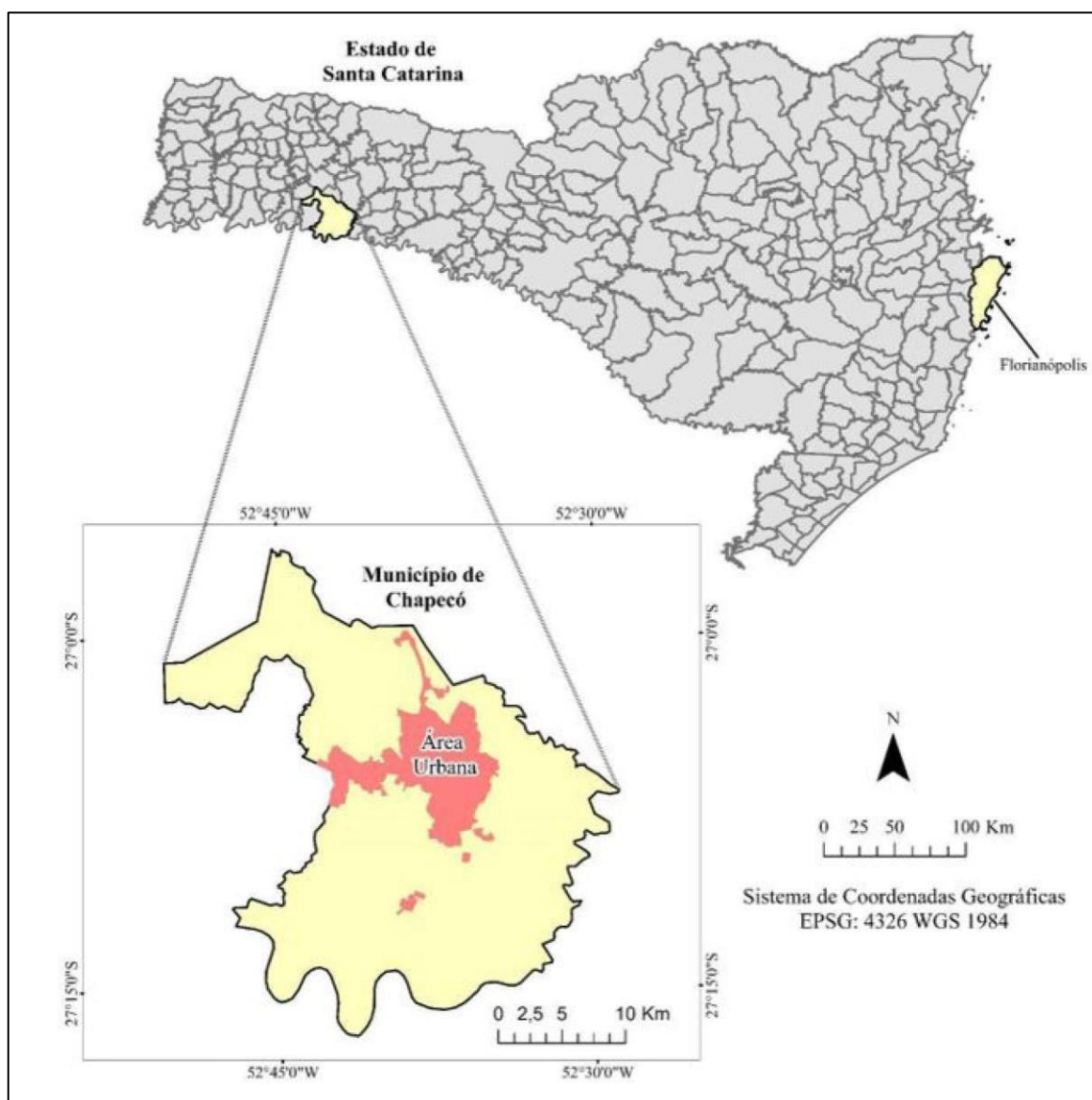
Para viabilizar a pesquisa, escolhemos a cidade de Chapecó, no estado de Santa Catarina (Figura 1), e os bairros com maior número de migrantes haitianos - Efapi, Jardim América, São Cristóvão - (Figura 2), a fim de espacializar e explicar melhor a integração e o caráter transnacional desse fenômeno.

De acordo com o IBGE (2015), o município de Chapecó foi fundado em 25 de agosto de 1917 e representou para a região oeste de Santa Catarina: a) a definição da região como parte integrante do contexto catarinense, uma nova unidade político-administrativa; b) a necessidade urgente de ação para colonizar a região por parte das autoridades constituídas em nível local e estadual; c) a transferência da colonização para a iniciativa privada. Assim, a colonização da região teve início com as primeiras manifestações da região recebendo ações e compromissos de empresas colonizadoras, por meio de venda e/ou doação pelo governo.

O município de Chapecó cobre uma área de 624,846 quilômetros quadrados e é o 32º maior dos 295 municípios do estado, com 254.785 habitantes, de acordo com o censo populacional do IBGE de 2022, e 3.500 haitianos atualmente, de acordo com a Prefeitura de Chapecó. De acordo com o IBGE, o salário médio mensal no emprego formal era de 2,7 salários mínimos em 2021. A proporção de pessoas empregadas em relação à população total era de 49,09%. Os dados do IBGE também mostram que 24,7% da população vive em

domicílios com renda mensal inferior a meio salário mínimo por pessoa.

Figura 1 – Localização do município de Chapecó, Santa Catarina, Brasil - 2023



Fonte: Varnier, Nascimento e Guasseli, 2023.

De fato, essa decisão se baseia na presença significativa de migrantes haitianos nessa cidade, conforme demonstram os estudos de Zenis e Filippim (2014), Magalhães e Baenniger (2016), Magalhães (2017), entre outros. De acordo com Cavalcanti e Leonardo (2015), houve um aumento de 406% entre 2011 e 2012, e de 254% em 2013. Esses três anos foram marcados pela predominância dos homens, que representavam 89% dos haitianos com carteira de trabalho assinada em 2011, 88% em 2012 e 86% em 2013, e hoje, segundo a Prefeitura de Chapecó, são 3.500. Essa presença significativa de haitianos em Chapecó pode ser explicada por razões econômicas e pela disponibilidade de empregos para eles.

Chapecó é uma cidade de médio porte localizada no oeste do estado de Santa Catarina. Com cerca de 250.000 habitantes, destaca-se como um dos principais centros econômicos do sul do Brasil, principalmente no setor agroalimentar. A cidade é considerada uma importante cidade no âmbito do agronegócio brasileiro. A presença de migrantes haitianos em Chapecó está totalmente alinhada com a dinâmica econômica local, especialmente com a demanda estrutural por mão de obra na agroindústria. Essa relação é marcada por uma forma de complementaridade econômica, mas também pela desigualdade socioespacial, que limita os haitianos a uma integração de baixo para cima, que é útil, mas pouco valorizada.

O desenvolvimento urbano do município de Chapecó (SC), no sul do Brasil, faz parte de uma trajetória intimamente ligada à consolidação de um modelo agroindustrial regional. Reconhecida como um centro estratégico nas cadeias de produção de carne (aves e suínos), Chapecó abriga um tecido econômico dominado por grandes empresas como a BRF, a Aurora Alimentos e outras cooperativas agroalimentares. Esse modelo de industrialização, profundamente enraizado na exploração de recursos agrícolas locais, moldou não apenas a economia municipal, mas também sua morfologia urbana e padrões de migração.

Nesse cenário, Chapecó está se tornando um destino preferido para trabalhadores migrantes, tanto internos quanto internacionais. A partir de 2010, a cidade viu um fluxo significativo de migrantes haitianos, motivados por oportunidades de trabalho nos matadouros e nas indústrias de processamento. Sua integração ao tecido produtivo local atende a uma demanda estrutural por mão de obra pouco qualificada, que se tornou mais urgente devido à natureza árdua do trabalho e às altas taxas de rotatividade.

No entanto, essa integração econômica não se traduz necessariamente em inclusão socioespacial equitativa. Os migrantes haitianos geralmente ocupam empregos braçais, com condições de trabalho precárias, e vivem em bairros periféricos com infraestrutura limitada, reforçando a lógica da segregação socioespacial.

De fato, como mostra o caso de Santa Catarina, os haitianos passaram de 0 (zero) para 1.281 trabalhadores com contrato de trabalho formal em apenas dois anos (Cavalcanti et al., 2015). Com relação à data de chegada ao Brasil, deve-se observar que o aumento acentuado da presença de haitianos no país teve início em 2013. Nesse sentido, é notável a velocidade com que os haitianos chegaram ao país e entraram no mercado de trabalho formal brasileiro.

De acordo com o banco de dados da RAIS (2015), aqueles que chegaram há menos

de um ano representavam 81% dos haitianos com contrato de trabalho formal em 2011, de um total de 814 haitianos oficialmente empregados no país. Em 2012, essa porcentagem subiu para 61% de um total de 4.117 e, em 2013, os recém-chegados com menos de um ano de idade representaram 63% de um total de 14.579 haitianos com um contrato de trabalho formal.

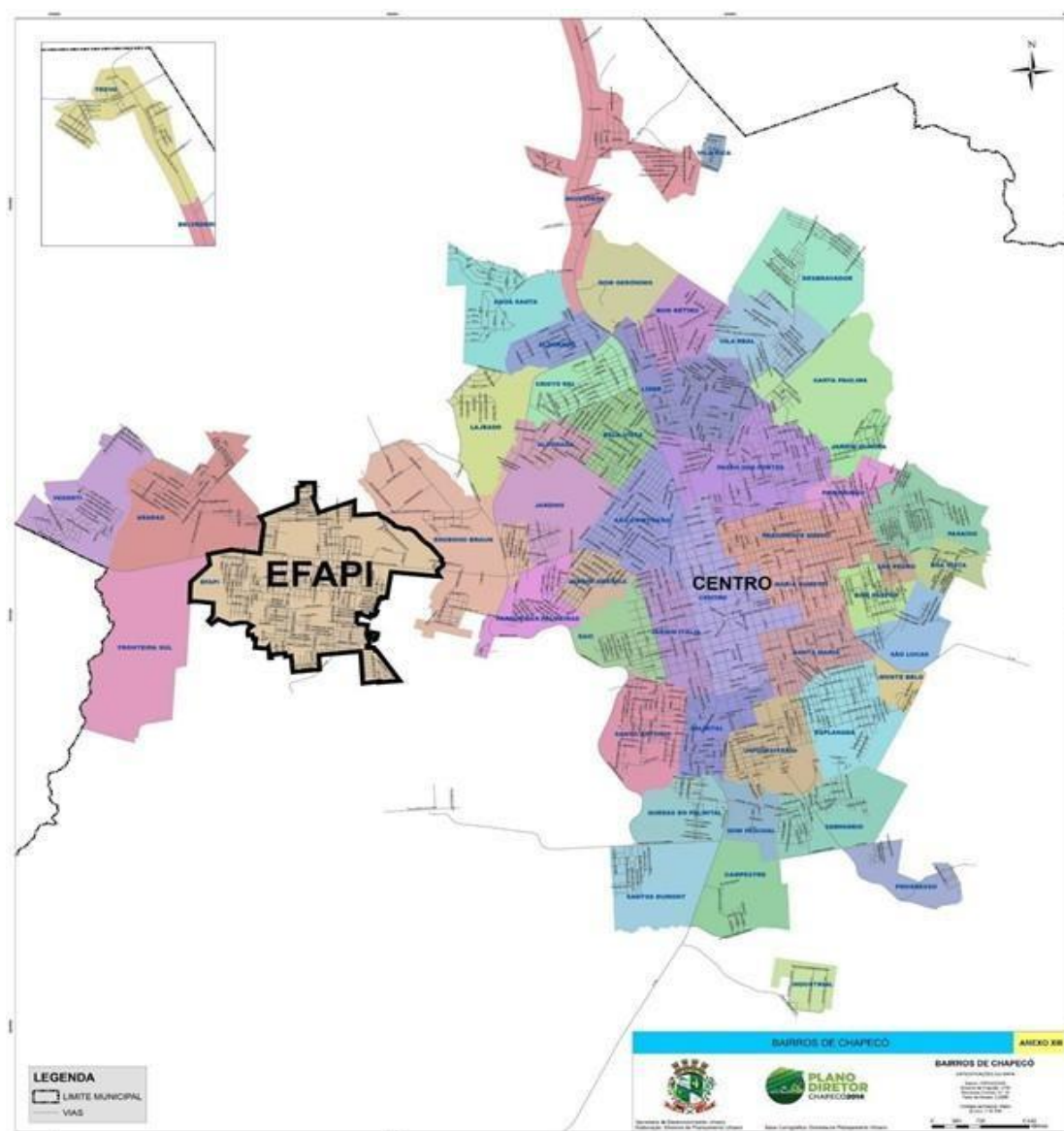
A principal nacionalidade no mercado de trabalho no final de 2015 ainda era a haitiana, o que demonstra e reforça a importância desse fluxo migratório para o país. Em Santa Catarina, por exemplo, os haitianos representavam 57,2% e os argentinos, 6,7%. No Rio Grande do Sul, os haitianos representaram 35,1% da força de trabalho migrante no Brasil. A República do Haiti foi o principal país em termos de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho brasileiro entre 2010 e 2014, respondendo por 26% do total. Somente em 2014, essa porcentagem foi ainda maior: 37% do total (Cavalcanti et al., 2015).

De acordo com o Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral (CNICG) do Brasil, entre 2011 e 2015, os haitianos lideraram a lista, com um total de 51.124 autorizações (88% do total). De fato, o aumento significativo no número de autorizações concedidas a migrantes haitianos em 2015 se deve à portaria conjunta do Ministério do Trabalho e do Ministério da Justiça e Cidadania, que reconheceu as razões humanitárias da migração de haitianos para o Brasil e decidiu autorizar a concessão de residência a imigrantes dessa nacionalidade (Brasil, 2015).

O Haiti está, portanto, no topo da lista dos países que mais emigram para o Brasil, dominando o ranking com uma média de idade que varia de 20 a 34 anos, depois de 35 a 49 anos, ou seja, uma população em idade ativa. Este estudo sobre a migração haitiana para o Brasil concentra-se no estado de Santa Catarina e, mais especificamente, no município de Chapecó.

O mapa a seguir mostra os bairros da cidade de Chapecó, com foco no bairro Efapi, onde vive a grande maioria dos haitianos, e sua localização em relação ao centro da cidade. De acordo com Mascarello, Lunkes e Casagrande (2017), há uma concentração da população haitiana no bairro Efapi devido à localização das unidades produtivas de empresas como BRF e Aurora Alimentos, que possuem um grande número de funcionários e absorvem grande parte da mão de obra haitiana.

Figura 2 – Mapa de bairros da cidade de Chapecó, com destaque para o bairro EFAPI em relação ao centro



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2014

Sobre o método

O método adotado nesta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, de baixo para cima, orientada por uma perspectiva microestrutural centrada nos próprios sujeitos migrantes. O objetivo é valorizar a voz, a experiência e a subjetividade dos migrantes haitianos que vivem em Chapecó, compreendendo suas jornadas, estratégias de enfrentamento e dinâmicas transnacionais a partir de sua própria perspectiva (Durant & Lusi, 2015).

Essa abordagem faz parte de uma perspectiva teórica materialista, histórica e dialética, que considera os fenômenos sociais não como realidades imutáveis, mas como processos dinâmicos, historicamente situados e atravessados por relações de produção, poder e conflitualidade. Nessa perspectiva, amplamente inspirada no trabalho de Sayad (1999) e Wallerstein (1974), a migração não é vista como uma simples escolha individual ou mobilidade geográfica neutra, mas como um fenômeno estruturado pelas desigualdades econômicas globais, pela divisão internacional do trabalho e pelas relações sociais de dominação, que se manifestam tanto local quanto internacionalmente.

Em consonância com o materialismo histórico e dialético, esta pesquisa baseia-se na ideia de que os fenômenos sociais - como a migração - não podem ser compreendidos isoladamente, mas devem ser analisados em termos de sua historicidade, suas contradições internas e seu lugar nas relações de produção, dominação e resistência. Trata-se, portanto, de uma abordagem totalizante, que vincula as dimensões objetivas (econômicas, políticas, estruturais) e subjetivas (experiências, percepções, estratégias) do fenômeno da migração. Por fim, o método de pesquisa faz parte de uma abordagem que visa restaurar a voz dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocá-los na dinâmica sistêmica que estrutura suas experiências.

Procedimentos metodológicos

Para tanto, foi mobilizado um conjunto de procedimentos metodológicos complementares, combinando ferramentas qualitativas e quantitativas, por meio de uma leitura dialética dos fatos sociais.

- Realização de uma revisão crítica da literatura científica e acadêmica, abrangendo tanto a migração internacional contemporânea quanto, mais especificamente, a migração haitiana em geral e para o Brasil em particular, e sua dimensão transnacional. O objetivo dessa etapa é construir uma estrutura teórica sólida, utilizando fontes de bibliotecas físicas e virtuais, bancos de dados acadêmicos, revistas especializadas, repositórios institucionais e plataformas digitais. Esta revisão integra perspectivas sociológicas, geográficas, políticas e econômicas a fim de contextualizar o fenômeno da migração em suas diversas dimensões.
- Realização de entrevistas semiestruturadas com migrantes haitianos que vivem no município de Chapecó, a fim de compreender suas experiências individuais de migração, identificar suas motivações, trajetórias e dificuldades encontradas, e entender suas

percepções de integração na sociedade local, seus sentimentos de pertencimento e seus planos para o futuro. Essa abordagem qualitativa permite dar voz às pessoas envolvidas, capturar a diversidade de suas histórias e destacar a lógica social subjacente às suas jornadas.

Essas entrevistas foram conduzidas na forma de diálogos abertos e naturais, semelhantes a conversas informais centradas na vida migratória dos entrevistados. Essa abordagem visava estabelecer um clima de confiança, incentivando a livre expressão das histórias de vida, sem rigidez ou imposição de uma estrutura formal. As entrevistas foram conduzidas em crioulo haitiano, a língua materna dos entrevistados, a fim de respeitar sua expressão autêntica e facilitar a comunicação fluida. Os comentários foram então traduzidos para o português usando aplicativos de tradução digital, para que pudessem ser transcritos, analisados e integrados ao corpus da pesquisa. Deve-se ressaltar que essas entrevistas não seguem uma lógica estatística, mas fazem parte de uma abordagem abrangente, centrada no significado das experiências, nos relatos subjetivos e na dinâmica social expressos pelos migrantes.

Além das entrevistas, um questionário estruturado foi desenvolvido e aplicado a uma amostra de migrantes haitianos que vivem em Chapecó. O objetivo desse método foi coletar dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados (idade, sexo, emprego, nível de escolaridade, status migratório, condições de moradia etc.), bem como identificar as formas de vínculo mantidas com o país de origem, como remessas, frequência de comunicação e planos de retorno. O objetivo também era medir certas tendências ou recorrências nas representações, expectativas e estratégias migratórias.

Para garantir a validade estatística dos resultados e uma representação equilibrada do grupo-alvo, o tamanho da amostra foi definido usando a fórmula clássica para populações finitas. Os resultados do questionário permitem, portanto, complementar as análises qualitativas, fornecendo uma leitura mais global e quantificada das características sociais, econômicas e migratórias do grupo pesquisado, respeitando os limites metodológicos associados ao acesso ao campo.

Os dados coletados durante o trabalho de campo serão objeto de uma análise rigorosa, vinculada às dimensões teóricas do projeto. Essa fase inclui transcrição e análise do conteúdo das entrevistas (temas, narrativas, regularidades), processamento dos dados quantitativos do questionário (frequências, referências cruzadas e simples), uma síntese dialética dos resultados, possibilitando a identificação das tendências, tensões, contradições e perspectivas reveladas pelo estudo.

Essa análise será apresentada na dissertação, de acordo com os princípios da pesquisa crítica e situada, preocupada tanto com as condições objetivas da migração quanto com as dinâmicas subjetivas que a atravessam.

A importância da pesquisa bibliográfica

De acordo com Koche (1997), a pesquisa bibliográfica é realizada com o objetivo de explicar uma teoria publicada em diferentes tipos de fontes: livros, artigos, manuais. Essa forma de pesquisa é essencial para conhecer e analisar as principais contribuições teóricas necessárias para entender o fenômeno da migração:

- Ampliar o nível de conhecimento em um determinado campo, permitindo que o pesquisador defina melhor um problema de pesquisa;
- Dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamento na construção de um modelo teórico que explique um problema, ou seja, como ferramenta auxiliar na construção e justificativa de determinadas hipóteses.
- Descrever e sistematizar o estado da arte no momento relevante para um determinado assunto ou problema.

A pesquisa bibliográfica não deve ser vista como um modelo rígido, mas como um modelo que pode ajudá-lo a planejar um estudo específico, que envolve principalmente a escolha do assunto, a delimitação do tema e a formulação do problema, a elaboração do plano de desenvolvimento da pesquisa, a identificação e localização de fontes e a obtenção do material, a leitura do material, a tomada de notas e, finalmente, a redação do trabalho.

Para a pesquisa bibliográfica, foram privilegiados alguns temas, tais como: migração e integração socioeconômica (Baenninger, 2010, 2012; Bandeira, 2009, 2010; Serpa, 2017, 2018; Lacerda, 2013, 2015; Piscitelli, 2008, 2016), migração e sofrimento social (Telles, 2003, 2006; Bento, 2005, 2010; Diniz, 2016, 2017; Marcondes, 2013, 2015; Ramalho, 2015, 2017), transnacionalismo (Baeninger, 2014, 2018; Piscitelli, 2012, 2016; Oliveira, 2016, 2017), Redes migratórias (Baeninger, 2011, 2012; Machado, 2014, 2015; Maranhão, 2016, 2017; Martes, 2000, 2011; Novais, 2013, 2016; Póvoa Neto, 2013, 2014), políticas migratórias (Baeninger, 2017, 2018; Póvoa Neto, 2013, 2014; Ventura, 2015, 2017; Fischel, 2015, 2017; Martes 2013, 2016), racismo e xenofobia (Lima, 2014, 2016; Cardoso, 2010, 2013; Gonçalves et al., 2007, 2015; Bernardino Costa, 2015, 2018) e finalmente a diáspora (Martes, 2011, 2014; Baenninger, 2015, 2017; Mariz, 2014, 2016;

Piscitelli, 2012, 2016; Bernardino Costa, 2016, 2017).

Esses documentos nos ajudaram a entender melhor o tema abordado nesta pesquisa. Ao lado da pesquisa bibliográfica, que foi importante neste trabalho, houve também a pesquisa documental. A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica em termos do procedimento de coleta de dados.

Pesquisa documental

A pesquisa documental utiliza fontes primárias (documentos oficiais, publicações parlamentares, publicações administrativas, documentos legais, arquivos privados, estatísticas), enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias (livros, boletins, jornais, monografias, teses e dissertações, artigos em fontes impressas e eletrônicas, revistas, material cartográfico etc.).

Sobre esse assunto, Marconi e Lakatos (2003) afirmam:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados se limita a documentos, escritos ou não. Os documentos, escritos ou não, são o que chamamos de fontes primárias. Eles podem estar disponíveis no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou posteriormente (Marconi e Lakatos, 2003, p. 174).

Deve-se observar, de acordo com Severino (2007), que essas fontes documentais não foram processadas criticamente e o conteúdo dos textos não foi analisado; elas ainda são matéria-prima a ser explorada pelo pesquisador e submetida à análise e à crítica, a fim de extrair o máximo possível de informações que não são aparentes à primeira vista. Essas informações nos permitiram compreender melhor os temas específicos de nossa pesquisa e foram utilizados alguns sites institucionais, como IBGE, DEMIG, CONARE, CNIg e outros, que me permitiram entender e analisar os elementos estruturantes da imigração haitiana no Brasil e também compreender a materialidade dos conceitos estudados neste trabalho.

Pesquisa de campo e levantamentos

De acordo com Suertegaray (2002), para os geógrafos e outros acadêmicos das ciências humanas, o trabalho de campo é um ato de observação da realidade, que é interpretado pelos olhos individuais do sujeito em relação ao outro sujeito. De acordo com Suertegaray (2002), essa interpretação se baseia no envolvimento do sujeito com o tema da pesquisa.

Daí surge a construção do conhecimento geográfico por meio do envolvimento dos pesquisadores em práticas sociais para uma melhor compreensão das realidades. A partir dessas práticas, o conhecimento é nutrido à medida que as contradições emergem e se tornam perceptíveis, criando uma imagem nova ou diferente da geografia. Nosso trabalho de campo é uma busca por uma nova geografia, mais atualizada e envolvida com fenômenos sociais e urbanos, bem como com práticas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A pesquisa de campo é essencial na geografia para a compreensão de eventos e fenômenos sociais e urbanos atuais, e forma a base deste estudo científico do problema da migração haitiana para o Brasil sob a perspectiva do transnacionalismo e da integração. Por essa razão, é necessário estabelecer a importância da pesquisa de campo, primeiramente por meio de entrevistas com haitianos que vivem na cidade de Chapecó, participando de diversas atividades culturais haitianas, a fim de compreender melhor esse fenômeno do qual eles são os agentes, para também entender seu nível de integração, sua implicação transnacionalista e, ainda, aplicar questionários para responder a algumas questões importantes para a compreensão desse fenômeno.

As entrevistas, realizadas sob uma perspectiva qualitativa, permitiram compreender a concepção dos haitianos sobre sua integração na sociedade brasileira, e foram acompanhadas de um questionário contendo perguntas sobre os motivos da migração e o nível de integração da população da cidade de Chapecó.

Os entrevistados foram selecionados com base na diversidade e em perfis aleatórios, bem como nos critérios de inclusão de todos os migrantes previamente contatados para a entrevista, e trabalhados a partir de uma perspectiva de rede, em que cada grupo de entrevistados indicou outras possíveis pessoas a serem abordadas. Também foi necessário usar um gravador de voz para fornecer esses depoimentos, bem como nomes fictícios para preservar a identidade do migrante em questão.

O número de respondentes do questionário foi escolhido com base em uma amostra bem definida. O número de respondentes do questionário foi de 350 entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025 e foi definido com base em uma amostragem formal usando a fórmula :

$$n = Z^2 \cdot p (1 - p) / e^2$$

Onde:

n: tamanho da amostra.

Z: escore Z correspondente ao nível de confiança (por exemplo, 1,96 para 95%).

p: proporção estimada da população com a característica em estudo.

e: margem de erro aceitável

Portanto, definimos:

$Z = 1,96$ (para um nível de confiança de 95%) $p = 0,5$ (suposição de variabilidade máxima) $e = 0,05$ (margem de erro de 5%), o que dá $n = 350$; essa fórmula é derivada dos princípios da amostragem probabilística, comumente usada nas ciências sociais (Gil, 2008).

Também vale a pena observar a complexidade e a diversidade das respostas obtidas em uma tentativa de atingir os objetivos propostos. Para proteger a identidade dos entrevistados, foram usados pseudônimos. A tabela será apresentada no final do trabalho com os pseudônimos dados aos entrevistados, bem como informações básicas para ajudar a contextualizar os relatos:

Com relação à análise das informações coletadas e à metodologia inerente à pesquisa, ela se caracteriza por um procedimento misto, baseado em dados coletados em campo e em entrevistas abertas com mais de 100 pessoas em grupos de cinco e dez pessoas durante um período bastante longo, já que não foi fácil encontrar essas pessoas de acordo com sua disponibilidade, sem esquecer as entrevistas que não forneceram informações muito relevantes, bem como os questionários entregues aos migrantes e as observações participantes. Depois que as entrevistas foram realizadas e devidamente transcritas, as informações foram processadas por meio de uma análise de conteúdo temático. Para os dados quantitativos, usamos softwares como Excel, SPSS e Power BI para analisar os dados.

Neste estudo, as entrevistas são consideradas como momentos de interação entre o pesquisador e os entrevistados, durante os quais são obtidas informações que revelam as memórias e os pontos de vista dos entrevistados, com o objetivo de recompor as experiências migratórias por meio de histórias de vida. Nosso interesse no estudo está concentrado nos migrantes haitianos, favorecendo uma variedade de entrevistados e estabelecendo diferentes perfis que abrangem diferentes segmentos sociais e faixas etárias. A perspectiva deste estudo é mista, entre qualitativa e quantitativa, com a intenção de usar os resultados das entrevistas para fazer categorizações, medições ou generalizações.

Por um lado, o objetivo é fazer generalizações e, por outro, estabelecer uma correlação entre os dados das entrevistas e as respostas aos questionários, o que envolve a tentativa de obter um universo de amostragem estatística com base no número de haitianos que vivem na cidade. O número de pessoas entrevistadas com base no questionário foi definido com base na amostragem usando a fórmula mencionada acima.

As etapas da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa se concentra especificamente na revisão da literatura e no estudo de fontes bibliográficas nas áreas de migração, integração e transnacionalismo migratório. A segunda etapa envolveu o estudo da natureza estrutural da migração haitiana e a coleta de dados qualitativos durante o trabalho de campo e de dados quantitativos de agências e organizações de migrantes e de migrantes em particular, com base em uma amostra bem definida, a fim de desenvolver uma análise comparativa dos dados, com a construção de gráficos, bem como uma pré-análise das entrevistas abertas.

Finalmente, a terceira etapa foi a organização e análise das informações qualitativas e quantitativas, a criação de argumentos e a categorização das ideias e informações coletadas. A quarta e última etapa envolveu a redação da dissertação de acordo com as normas da ABNT, usando teorias para responder a perguntas com base em inferências e conclusões que apoiem o problema central deste estudo.

Quadro 1 – Perfil das pessoas entrevistadas como parte da pesquisa

| Nº | Nome / Iniciais | Sexo | Idade | Ocupação/Família | Local da entrevista | Dados da entrevista | Tipo de entrevista |
|----|--------------------|------|-------|--------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| 1 | Lubin Pierre | M | 28 | Estudante da UFFS | Campus da UFFS | 22/09/2024 | Individual |
| 2 | Samanta | F | 26 | Trabalhador da BRF | Em um ônibus | 20/09/2024 | Individual |
| 3 | François | M | 33 | Motorista | Bairro Efapi | 05/10/2024 | Individual |
| 4 | Grupo de Migrantes | M/F | 25-30 | Diversos | Pastoral do migrante | 05/10/2024 | Grupo |
| 5 | Patrícia | M | 30 | Motorista de táxi | No táxi | 05/10/2024 | Individual |

| | | | | | | | |
|----|----------|---|----|-------------------------------|-------------------|-------------|------------|
| 6 | Rebecca | F | 33 | Trabalhadora da Aurora | Aurora | 06/10/2024 | Grupo |
| 7 | Carine | F | 35 | Trabalhadora da Aurora | No trabalho | 005/10/2024 | Grupo |
| 8 | Madeira | M | 28 | Professor/estudante de inglês | UFFS | 10/10/2024 | Individual |
| 10 | Wadna | F | 30 | Operadora de caixa | Atacadão | 15/10/2024 | Individual |
| 11 | Regine | F | 35 | Funcionária de padaria | Em casa | 15/10/2024 | Individual |
| 12 | Vladimir | M | 30 | Pastor | Na igreja | 20/10/2024 | Individual |
| 13 | Amos | M | 30 | Motorista de táxi | No táxi | 21/10/2024 | Individual |
| 14 | Ericka | F | 27 | Funcionária BRF | Local de trabalho | 21/10/2024 | Grupo |
| 15 | Jeffrey | M | 30 | Membro da igreja | Igreja | 27/10/2024 | Individual |
| 17 | Carine | F | 30 | Trabalhadora da Aurora | No trabalho | 29/10/2025 | Grupo |
| 18 | Ericka | F | 34 | Membro da igreja | Na igreja | 27/10/2024 | Grupo |
| 18 | Wismann | M | 40 | Membro da igreja | Igreja | 27/10/2024 | Grupo |
| 19 | Sodwin | M | 34 | Membro da igreja | Al`eglise | 02/11/2024 | Grupo |
| 20 | Francky | M | 30 | Membro da igreja | Igreja | 11/11/2024 | Grupo |

| | | | | | | | |
|----|-----------------------------------|------|----|-------------------|-------------|------------|------------|
| 21 | Júnior | M | 30 | Aurora | No trabalho | 15/11/2024 | Individual |
| 22 | Kannal | M | 25 | Aurora | No trabalho | 15/11/2024 | Inviduel |
| 23 | Sandrine | F | 27 | Panificadora | No trabalho | 20/11/2024 | Individual |
| 24 | Jeffelely | M | 24 | Estudante | UFFS | 23/11/2024 | Individual |
| 25 | Wisline | F | 34 | Panificadora | No trabalho | 25/11 2024 | Individual |
| 26 | Roseline | F | 28 | Panificadora | No trabalho | 02/12/2024 | Individual |
| 27 | Amos | M | 40 | RCW | No trabalho | 05/12/2024 | Grupo |
| 28 | Rubin | M | 32 | Aurora | No trabalho | 10/12/2024 | Individual |
| 29 | Associação de Migrantes Haitianos | M /F | - | BRF/aurora | Efapi | 15/12/2024 | Grupo |
| 30 | Samuel | M | - | Motorista de táxi | No táxi | 20/12/2024 | Individual |
| 31 | Grupo de estudantes da UFFS | M/F | - | Estudante | UFFS | 15/12/2024 | Grupo |
| 32 | Sebastien | M | - | Estudante | UFFS | 15/11/2024 | Individual |
| 33 | Medelus | M | - | Estudante | UFFS | 15/12/2024 | Individual |
| 34 | Wilbert | M | - | Taxista | Au taxi | 22/12/2024 | Individual |

| | | | | | | | |
|----|----------|---|---|-----------|---------|------------|------------|
| 35 | François | M | - | Taxista | Au taxi | 24/12/2024 | Individual |
| 36 | Jean | M | | Estudante | UFFS | 14/12/2024 | Individual |
| 37 | Yvenert | M | | Músico | Igreja | 25/12/2024 | Individual |

Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Local da pesquisa: Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

CAPÍTULO I

AS ORIGENS CAPITALISTAS DA MIGRAÇÃO

1.1 Dinâmica espacial e contradições geográficas no capitalismo

Ao longo da história do modo de produção capitalista, o espaço sempre fez parte dos circuitos de valorização do capital, seja por meio da mercantilização da terra, seja por meio do parcelamento ou do papel atribuído a cada um dos diferentes espaços na produção de riqueza; portanto, a produção do espaço tornou-se um elemento estratégico na acumulação de capital. De acordo com Henri Lefebvre (1999), o capitalismo tem se tornado cada vez mais dependente da produção e do consumo do espaço nas últimas décadas.

O capitalismo parece ter perdido o fôlego e encontrou um novo sopro de vida na conquista do espaço, (...) A estratégia vai além de simplesmente vender o espaço de forma fragmentada. Ela não se contenta em simplesmente integrar o espaço à produção de mais-valia; ela visa a uma reorganização completa da produção subordinada a centros de informação e de tomada de decisões (Lefebvre, 1999, p.142).

A relação entre o espaço e o modo de produção capitalista é vista como uma via de mão dupla, como parte de uma relação dialética complexa. O espaço não é apenas um locus passivo de relações sociais; ele desempenha um papel ativo, tanto como conhecimento quanto como ação, e é usado operacional e instrumentalmente pela classe hegemônica. De acordo com Lefebvre (1976), a burguesia, como classe dominante, tem um duplo poder sobre o espaço: por meio da propriedade privada da terra, que se estende a todo o espaço (com exceção dos direitos das coletividades e do Estado), e por meio da globalização, que é uma estratégia para o capitalista como meio de explorar recursos nos diferentes espaços geográficos do globo, por meio da criação e designação das funções de cada espaço na acumulação capitalista.

Para entender o papel do espaço na produção capitalista, precisamos levar em conta o monopólio de uma classe. Esse é o monopólio de uma classe que exclui principalmente os pobres da propriedade da terra e do capital derivado de seu uso (Harvey, 1980). A classe que detém a maior parte dos recursos pode, graças ao dinheiro, ocupar, moldar e fragmentar o espaço da maneira que melhor lhe convier. A maximização dos valores de troca produz vantagens desproporcionais para alguns grupos e oportunidades reduzidas para outros. Portanto, é necessário entender como o capital integra cada vez mais o espaço em seu processo de acumulação.

O espaço, como condição geral para a existência e a reprodução da sociedade, é usado na sociedade capitalista como um meio de produção para gerar mais-valia e, portanto, é consumido produtivamente. Esse consumo sempre envolve o desaparecimento de uma realidade material ou natural - energia, força de trabalho, um instrumento, por exemplo - a fim de transformá-la em valor agregado à mercadoria resultante do processo de trabalho. O consumo produtivo usa a realidade material ao mesmo tempo em que a produz (Lefebvre, 2000). E como a privatização dos meios de produção é uma característica geral do capitalismo, isso implica uma crescente privatização do espaço, na medida em que ele é incorporado ao capital como um meio de produção.

A dimensão utilitária do espaço, que de fato lhe confere um valor de uso para a sociedade, é sobreposta pelas determinações históricas de produção e reprodução social que, dentro da estrutura das relações capitalistas de produção, sintetizam o valor de troca e o valor de uso. O valor de troca é historicamente sobreposto ao valor de uso, o que significa que, para desfrutar de certos atributos de um lugar, é necessário realizar seu valor de troca. Portanto, os processos de valorização do espaço envolvem necessariamente sua mercantilização e, mais especificamente, a mercantilização dos lugares.

David Harvey (1989) se propôs a desenvolver uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista, com base na teoria social marxista, a fim de ajudar a explicar as transformações nas funções do Estado. O autor teoriza sobre como a dimensão espacial foi historicamente apropriada pelo capital e como sua dinâmica imprime uma racionalidade que garante, mesmo em meio a suas crises e contradições, a reprodução e a expansão das condições fundamentais da acumulação capitalista. A história da mudança social é parcialmente compreendida por meio da história das concepções de espaço e tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser feitos dessas concepções (Harvey, 1989, p.201).

Assim, todo o processo de transformação da sociedade deve levar em conta a estrutura complexa e a transformação das concepções e práticas espaciais e temporais (Harvey, 1989).

1.2 Em direção a uma divisão espacial do trabalho

Harvey (2004) aponta que Marx e Engels têm uma abordagem um tanto ambivalente do problema do desenvolvimento desigual e do ajuste espacial. Por um lado, há questões de

urbanização, de transformação geográfica que aparecem com destaque em seu argumento, mas, por outro lado, as ramificações potenciais, a reestruturação geográfica, tendem a se perder em uma modalidade retórica que privilegia o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia (Harvey, 2004). Ele nos lembra que as transformações geográficas foram, de fato, estratégicas para a burguesia, como classe em ascensão, para minar e subverter os poderes feudais limitados a territórios, enquanto buscava sua missão revolucionária ao poder (Harvey, 2004).

Harvey chama nossa atenção para uma contradição central, ligada ao fato de que, mesmo como um obstáculo a ser superado, a dimensão espacial deve ser apropriada pelo capital para organizá-lo e garantir a circulação de mercadorias no tempo socialmente necessário para sua realização, justamente como forma de superar o espaço pelo tempo. Ainda em seus estudos, Harvey (2005) mostra como Marx reconhece com frequência a importância do espaço e do lugar: entre os temas encontrados em suas obras estão a oposição entre cidade e campo, a importância da divisão territorial do trabalho, a concentração das forças produtivas em aglomerações urbanas, as diferenças geográficas no valor da força de trabalho e mesmo no funcionamento da lei do valor, e a importância de reduzir as barreiras espaciais por meio de inovações nos transportes e nas comunicações. (HARVEY, cit. 1982, 2005), essa divisão é a base da migração internacional no mundo capitalista.

1.3 A dinâmica do espaço e do tempo na acumulação capitalista

A combinação dessas duas dimensões oferece alternativas parciais às crises cíclicas do capital, e as duas estão visceralmente ligadas. Harvey parte do que considera ser as duas categorias básicas da existência humana: espaço e tempo (Harvey, 1989). Portanto, é necessário um debate aprofundado para desnaturalizar a existência dessas duas categorias em nossa vida cotidiana. A história dos conceitos de tempo, espaço e espaço-tempo na física tem sido marcada por grandes rupturas e reconstruções epistemológicas. Não se pode atribuir significados objetivos ao espaço sem levar em conta os processos materiais e históricos em que ele é produzido (Harvey, 1989).

Portanto, nessa dinâmica, o espaço não é mais uma limitação, já que o tempo necessário para atravessar esses territórios está diminuindo gradualmente (como os meios de transporte rápidos ou as transferências financeiras imediatas). Essa restrição temporal e espacial é essencial para a flexibilidade do capital, pois facilita a rápida transferência da

produção, do capital e da mão de obra para os locais com os maiores retornos.

Harvey (2005) usa um conceito-chave para entender o impacto da dinâmica capitalista no espaço e sua transformação em território, imprimindo lógicas operacionais que visam não apenas à reprodução do capital, mas também à superação de suas crises. As transformações das relações socioespaciais sob o capitalismo resultam na produção do que Harvey resume no conceito de coerência estruturada, ligada à constituição e ao consumo de um determinado espaço pelo capital.

A organização do espaço pela dinâmica dessa relação social, do capital, nos permite falar de uma diferença sutil entre espaço e capital como um espaço dotado de uma certa organização “orquestrada” pela dinâmica do capital é determinada pelas relações sociais e conflitos inerentes ao seu momento histórico e contexto cultural.

O globo nunca foi um campo de jogo nivelado no qual a acumulação capitalista pudesse colocar seus olhos. Ele foi, e continua sendo, uma superfície intensamente variada, ecológica, política, social e culturalmente diferenciada. Os fluxos de capital encontram certos terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes estágios de desenvolvimento (HARVEY, 2004, p. 51).

Além disso, essa organização do espaço envolve, em grande parte, tecnologias de produção e organização, o estabelecimento de infraestruturas físicas e sociais, a disposição e o dimensionamento de indústrias e empresas e sua interconexão, mas também mecanismos de repressão, levando à produção de um território que consiste em “um espaço no qual o capital pode circular sem os limites do lucro, sendo o tempo de rotação socialmente necessário excedido pelo custo e pelo tempo de viagem” (Harvey, 2005).

Para entender essa dinâmica, a compressão espaço-temporal visa criar as condições necessárias para o apaziguamento temporário dos conflitos, a reprodução da força de trabalho, a constituição de um exército industrial de reserva, utilizado durante os fenômenos migratórios, e a produção de excedentes capazes de alimentar o processo de acumulação de capital. A sobrevivência do capitalismo ao longo deste século só foi garantida pela transformação das relações espaço-temporais e pelo surgimento de estruturas geográficas específicas (Harvey, 2005).

A abordagem do movimento capitalista em relação ao tempo e ao espaço é complexa e variada, baseada na privatização, na urbanização, na especulação e no uso de recursos naturais e humanos. O objetivo dessas mudanças é otimizar a coleta de capital e, ao mesmo tempo, organizar o território de acordo com as necessidades da produção e do movimento

do capital. Esses tipos de apropriação frequentemente dão origem a disparidades geográficas, conflitos sociais e à deterioração da natureza, bem como a movimentos migratórios em massa.

A dinâmica capitalista se apropria intensamente da dimensão espacial, utilizando-a não apenas para sua própria reprodução, mas também de forma central para superar suas crises e ampliar sua ação, expandindo-se por meio de transformações técnicas e organizacionais em diferentes escalas. Essas expansões, combinadas com as distinções geográficas, geram desigualdades geográficas que ajudam a delimitar as relações de poder, a luta de classes e o comportamento coletivo.

O motor da expansão e a busca pela superacumulação produzem necessariamente excedentes de capital e trabalho. O processo de dominação e apropriação do espaço pelo capital é entendido em sua forma histórica, espacial e temporal, e não de forma fragmentada e atemporal.

1.4 Espaço e capitalismo: apropriação, acumulação e produção de dinâmicas socioespaciais desiguais

Harvey (2005) argumenta que o capitalismo conseguiu escapar das crises de superacumulação por meio da produção de espaço. O autor não se refere apenas à produção de novos espaços, mas também ao processo de refuncionalização dos espaços existentes. Assim, ele afirma que a expropriação faz parte do “capitalismo padrão, ou seja, o capitalismo derivado do capitalismo predatório e que suaviza as características especulativas e fraudulentas dos momentos primitivos” (Harvey, 2004).

Deve-se ressaltar que a participação do espaço nesse processo de acumulação capitalista não se dá sem a ação do Estado. O Estado desempenha um papel fundamental, tanto na valorização dos bens de capital (baixando o preço das matérias-primas, disponibilizando terras, reduzindo a carga tributária etc.) quanto na desvalorização dos bens de trabalho (aumentando a quantidade de mão de obra disponível no mercado, baixando o valor real dos salários por meio da desregulamentação da relação capital/trabalho).

No que diz respeito ao processo de valorização do capital, o Estado é responsável pela adoção de políticas que estimulam e reforçam sua acumulação nas diferentes fronteiras e escalas da economia globalizada. Como resultado, a dominação geográfica tem se tornado cada vez mais decisiva para a acumulação e, para garantir essa dominação, as classes

dominantes têm se apropriado cada vez mais dos direitos sociais que se materializam na e pela terra como meio de produção.

A tradução do processo de acumulação no espaço rima sem contraste com as desigualdades socioterritoriais e espaciais. Por um lado, há a ausência de intervenção urbana em determinadas áreas, a falta de serviços de consumo coletivo em uma determinada região da cidade e a manutenção de vastos estoques de terras não cultivadas em áreas centrais e periféricas; por outro lado, há uma área em que a intervenção estatal favoreceu a infraestrutura, os equipamentos e os serviços, bem como um conjunto de valores que legitimam a existência dessa outra área como atrativa para o capital.

A lógica subjacente a essa dinâmica de produção social do espaço não é a dualidade, mas a lógica dialética subjacente às relações sociais capitalistas. De acordo com essa lógica capitalista de apropriação do espaço, o que está em jogo é o crescimento econômico, não a promoção da qualidade de vida das pessoas. Consequentemente, as políticas públicas que sustentam essa lógica são as de “inclusão precária, instável e marginal” (Martins, 2004) ou de “inclusão forçada” (Fontes, 2008), que acabam por atacar as vulnerabilidades urbanas baseadas na experiência individual e privada.

Esse somatório de condições prejudiciais afeta grande parte da classe trabalhadora que, em condições de maior vulnerabilidade social, convive com a ausência e a não aplicação de direitos sociais já garantidos em marcos regulatórios nacionais e internacionais e que, muitas vezes, recorre à migração para escapar das enxurradas dessa acumulação espacial capitalista.

1.5 A expropriação da força de trabalho na acumulação capitalista

A soma da extorsão a que Kowarick (2009; 1991) se refere baseia-se em um processo permanente e contínuo de expropriação, que deve ser mantido e reproduzido em uma escala geográfica cada vez maior. Essa forma de acumulação, que se baseia fundamentalmente na expulsão dos camponeses da terra e na perda de seu controle sobre os meios de produção, essa expropriação que afeta todas as dimensões espaço-temporais da vida social, constitui a base de uma boa compreensão do fenômeno da migração no mundo atual, como afirma Fontes sobre o assunto.

O processo de expropriação não se limita à expropriação da terra, mas afeta as condições de produção de subsistência (individual e/ou familiar) que

permanecem apenas formalmente subordinadas ao capital. Ele deve ser imposto permanentemente para que os trabalhadores permaneçam disponíveis e dispostos (“livremente”) a vender sua força de trabalho onde quer que o capital precise dela. Dessa forma, a expropriação dos trabalhadores não pode ser reduzida a uma “pré-condição” que, uma vez cumprida, estaria concluída (Fontes, 2008, p. 26).

Essas formas diferentes e desiguais de expropriação só são possíveis porque, nesse modo de produção, a força de trabalho é privada das condições mínimas necessárias para sua sobrevivência e, portanto, é submetida à condição de mercadoria disponível no mercado, externalizada de sua condição sócio-humana de existência, pronta para ser vendida em qualquer parte do globo. Para entender a migração internacional, precisamos primeiro analisar a expropriação e a apropriação socioespacial do capitalismo.

Um dos elementos mais importantes da apropriação socioespacial do capitalismo é a criação e a reprodução da força de trabalho, que representa o que poderíamos chamar de capital variável. Esse capital variável está ligado ao tempo de trabalho não remunerado, que é transformado em lucro para os capitalistas e que também os ajuda a manter seu acúmulo de riqueza. Sobre esse assunto, Marx diz

A reprodução da força de trabalho é incessantemente incorporada ao capital como um meio de valorização, que não pode ser destacado dele e cuja submissão a ele é velada por mudanças nos capitais individuais aos quais vende; é, de fato, um momento na reprodução do próprio capital, na acumulação de capital e, portanto, na multiplicação do proletariado (Marx, 2013, p.690).

Para Marx (2013), é impossível pensar na reprodução capitalista sem levar em conta a reprodução da força de trabalho, porque é precisamente a força de trabalho e a disposição de vendê-la que fazem com que o próprio capital exista. O aumento do capital é intimamente proporcional ao aumento da força de trabalho e, ao mesmo tempo, cria as condições necessárias para a extração da mais-valia. Para o capitalismo, o espaço é o lugar por excelência para atingir esse objetivo e, nesse sentido, precisa ser apropriado e explorado em seu próprio interesse. Portanto, é importante incluir o trabalho assalariado.

Nesse caso, a mão de obra é comprada não para satisfazer as necessidades do comprador por meio de serviços ou produtos. O objetivo é a valorização do capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que aquele pelo qual foi pago, ou que contenham uma parcela de valor que não custe nada ao comprador e que, sempre assim, seja realizada por meio da venda de mercadorias. (Marx, 2013, p.695).

Para o capitalista, o salário é um meio de compensar o tempo de trabalho e não pode comprometer o capitalismo. Marx (2013) afirma, com razão, que se o preço do trabalho continua a subir é porque esse aumento não interrompe o progresso da acumulação. Somado a isso, é impensável acreditar que os trabalhadores, por meio dos salários, independentemente da fração de classe que representam, recebam ganhos que de fato correspondam ao seu valor de trabalho, pois isso ocorre dentro dos limites aceitáveis pelos capitalistas.

Todas as estratégias dos capitalistas (Fabricia, 2021), sejam elas salariais, de inserção tecnológica, científica ou de produtividade, são meios para aumentar a extração de mais-valia e a ampliação de uma população excedente de trabalhadores por outros métodos, como a expropriação.

O autor prossegue mostrando que esse excedente de trabalhadores é necessário para o capitalismo e, ao mesmo tempo, é a força motriz por trás da acumulação de capital. Ele representa como um exército industrial de reserva disponível para o capital onde quer que ele precise deles. E Marx (2013), nesse contexto, explica

A superpopulação de trabalhadores é um produto necessário na acumulação ou no desenvolvimento da riqueza com a base capitalista, essa superpopulação se converte em uma contrapartida ao avanço da acumulação capitalista, e até mesmo em uma condição de existência do modo de reprodução capitalista, fornece suas necessidades variáveis de valorização com material humano sempre pronto para ser explorado, quaisquer que sejam os limites do crescimento real da população (Marx, 2013, p.707).

Essa superpopulação relativa ou excedente de mão de obra é explicada por Marx como resultado de uma apropriação do espaço que é transformado em um bem capitalista, cujas ações são materializadas pelo pauperismo, lumpemproletarização, ou seja, pessoas que se encontram em situação de degradação, pessoas em situação de rua e incapazes de trabalhar (Marx, 2013). Paulo Netto (2001) abundante nesse sentido, menciona que o pauperismo é um fenômeno social que ocorre na gênese do capitalismo que recoloca as condições precárias de sobrevivência da classe trabalhadora e a expropriação de sua força de trabalho enquanto a quantidade de produção de riqueza aumenta e como consequência, Paulo Netto (2001) aponta.

Pela primeira vez na história, a pobreza aumentou em proporção direta ao aumento da capacidade social de produzir riquezas [...] Se, nas formas de sociedade anteriores à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a uma situação geral de escassez, hoje ela está ligada a um quadro geral que visa

reduzir à força a situação de escassez (Paulo Netto, 2001, p. 42-43).

Para entender as formas de apropriação socioespacial pela dinâmica capitalista, Harvey (2005) introduz a ideia de acumulação por desapropriação, que consiste na privatização e exploração do trabalho, da terra e dos recursos naturais para maximizar os lucros do capital. Isso inclui a aquisição de terras agrícolas, madeira e recursos hídricos, sem mencionar a proletarianização. Nesse sentido, Sassen (2014) acrescenta que o capitalismo expulsa as populações locais para permitir a exploração da terra e dos recursos naturais, o acúmulo de riqueza e a exploração da população, principalmente nos países em desenvolvimento.

De fato, uma das dimensões, que se refere ao processo inicial de produção de excedentes, ocorre fora da esfera da circulação. Os excedentes de capital e força de trabalho gerados na esfera da produção são mobilizados por meio de vários processos de acumulação primitiva, expropriação do trabalho e concentração geográfica (Harvey, 2005). Em outras palavras, o capital se apropria diretamente do espaço ao favorecer o estabelecimento de indústrias manufatureiras, geralmente em áreas onde o custo da mão de obra é baixo. Essa proletarianização gera situações de pobreza e também empreendimentos migratórios para continuar a servir ao capital em outros níveis.

Fabricia (2021) explica que a expropriação dos agricultores é uma causa do agravamento da pobreza, que está diretamente ligada à apropriação desigual da riqueza produzida. É um elemento crucial na criação e expansão de uma massa de trabalhadores em condição precária de sobrevivência, que constituem o exército industrial de reserva que mantém a oferta e a demanda de mão de obra, bem como de assalariados, ao mesmo tempo em que atende às necessidades de expansão do capital.

A coexistência de excedentes de força de trabalho e de capital, resultado da superacumulação, gera crises profundas e cíclicas na dinâmica do capital, e Harvey, em sua busca pela compreensão dessa coexistência, explica que os deslocamentos espaciais e temporais oferecem inúmeras possibilidades de absorção de excedentes, mas têm consequências dramáticas para a dinâmica da acumulação (Harvey, 2005).

1.6 As origens capitalistas da migração

O ponto essencial da acumulação capitalista está ligado ao exército industrial de reserva, pois quanto maior for este último em relação aos trabalhadores ativos, maior será a superpopulação relativa e maior será a pobreza. Tudo isso acontece porque quanto mais a acumulação de riqueza é gerenciada pela parte que detém os meios, por outro lado, aqueles que têm apenas sua força de trabalho à disposição experimentam a miséria. Aqui reside o caráter antagônico do modo de produção capitalista, que está intimamente ligado à acumulação de riqueza e à produção de miséria. Em outras palavras, a relação capitalista baseia-se historicamente no processo de separação entre trabalhadores e propriedade para a realização do trabalho (Montoro, 2016).

As origens do capitalismo se estendem por um período de tempo muito longo, aproximadamente do início do século XVI até meados do século XVIII (250 anos entre 1500 e 1750; no entanto, esse período pode ser estendido até o final do século para alcançar o marco histórico mais simbólico da revolução burguesa por excelência: a revolução francesa de 1789). (Montoro, 2016, p.148).

Montoro (2016) destaca que esse processo ocorreu inicialmente na Europa, a partir das primeiras décadas do século XVI, mas que, antes desse período, já estava em curso uma série de mudanças nas forças produtivas:

[...] a elas se junta, então, a migração das áreas rurais para as urbanas, graças ao aumento da produtividade no setor agrícola, que permite produzir a mesma quantidade, ou até mais, de produtos com menos trabalho. (Montoro, 2016, p. 148).

Com base nessa ideia, podemos dizer que a estrutura econômica capitalista deriva daquela da sociedade que a antecedeu - o feudalismo - e que há, portanto, um momento de transição em que o trabalhador deixa de ser servo e se vincula à terra para se tornar um vendedor de sua força de trabalho - onde quer que o capital manifeste tal necessidade (Fabricia, 2021). Nesse sentido, a legislação foi criada para permitir a expropriação de pequenos camponeses e dificultar sua permanência no campo. Assim, como homens “livres”, tiveram de se inserir, sempre que possível, no cenário de exploração capitalista nas cidades que começavam a se delinear com o advento da Revolução Industrial. Para Montoro (2016)

Dessa forma, outra contribuição é feita para o crescimento da população urbana. No campo da ciência e da tecnologia, também há potencial de desenvolvimento com uma série de descobertas que impulsionam a produção, especialmente por meio de sua mecanização. (Montoro, 2016, p. 148).

Com a inserção das máquinas no circuito de geração de valor, intensificou-se o movimento dos trabalhadores em busca de subsistência. Marx (2013) argumenta que, desde o final do século XV, foi criada uma legislação sanguinária contra os expropriados, ou seja, os trabalhadores. E Silva (2009) considera:

[...] essas leis foram utilizadas para forçar os trabalhadores a aceitarem baixos salários e inibir sua movimentação em busca de melhores condições [...] assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, forçada à vadiagem, foi submetida à rígida disciplina do sistema de trabalho assalariado por meio de uma legislação selvagem, cuja implementação incluía os poderes e a estrutura material do Estado. (Silva, 2009, p. 96).

Para Marx (2013), a dissolução dos espaços comunais e a expropriação agressiva da terra fizeram com que o “proletário livre” não se integrasse ao processo de manufatura que se iniciava, e declarou

Eles se tornaram massas de mendigos, ladrões e vagabundos, em parte por predisposição e, na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Assim, no final do século XV e durante o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem surgiu em toda a Europa Ocidental. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos com a transformação em vagabundos e indigentes. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e presumia que isso dependia de sua disposição de continuar trabalhando sob as antigas condições, que não existiam mais (Marx, 1996, p. 356).

É nesse ponto que, historicamente, começamos a entender as raízes do fenômeno da migração, a partir da apropriação do espaço pelo capitalismo, que o integra ao seu modo de produção de riquezas com vistas a uma maior acumulação de capital. Mesmo que a migração não seja exclusiva desse modo de produção, sua gênese no capitalismo está ligada à expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores e à necessidade de mão de obra.

A migração de mão de obra acompanha o processo de expansão do capital na direção da acumulação, porque essa última produz uma força de trabalho supérflua disponível para ser lançada em diferentes locais e ramos de produção. Em outras palavras, a apropriação do espaço, sua expropriação e o desenvolvimento de máquinas são intrínsecos ao processo de acumulação capitalista e produzem um grupo crescente de pessoas subempregadas, prontas para se deslocar para qualquer lugar que prometa um emprego e prontas para trabalhar em qualquer ramo de produção. Esse é o exército internacional de reserva ou exército de trabalhadores excedentes, que também está pressionando os assalariados a reduzirem seus salários. (Vendramini, 2018, p. 9).

Consequentemente, a migração no capitalismo tem um componente específico na

apropriação do espaço, sua expropriação como meio de realizar o trabalho, que é um componente intrínseco de seu modo de produção. Os trabalhadores privados de seus meios de sobrevivência tornam-se uma população supérflua, ora flutuante - atraídos e repelidos pelo mercado de trabalho -, ora latente à beira da expropriação -, ora estagnada em condições precárias de trabalho e, finalmente, em alguns casos, vivendo em condições de empobrecimento absoluto (Fabricia, 2021).

Por outro lado, devemos levar em conta o papel político dos sujeitos sociais que constroem e reconstroem suas histórias com base em crenças e valores motivados por escolhas subjetivas - individuais e/ou coletivas - e que, portanto, são agentes de transformação de sua própria realidade social, mediados pelas circunstâncias, sem esquecer que a mobilidade geográfica dos trabalhadores e do capital é um ponto essencial na acumulação capitalista (Marx, 2011).

1.7 Mobilidade geográfica de trabalhadores e acumulação de capital

A força de trabalho é uma mercadoria, mas as condições para sua mobilidade são muito específicas: é a única mercadoria que pode se movimentar sozinha no mercado sem a ajuda de ninguém. É por isso que o termo mobilidade da mão de obra ocupa um lugar especial no discurso econômico (Harvey, 1982). Na teoria burguesa, é uma forma de liberdade que o trabalhador possui para vender sua força de trabalho. Essa liberdade pode ser explicada em dois sentidos: por um lado, é uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como se fosse sua própria mercadoria; por outro lado, é alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, absolutamente desprovido de todo o trabalho e das coisas necessárias para a realização de sua força de trabalho.

Graças ao processo de acumulação primitiva de controle sobre os meios de produção (incluindo o acesso à terra), a maioria dos trabalhadores não têm outra opção a não ser vender sua força de trabalho ao capitalista para sobreviver. Como resultado, os trabalhadores viajam pelo mundo tentando escapar das depredações do capital e evitar os piores aspectos da exploração, sempre lutando, muitas vezes com algum sucesso ou, na maioria dos casos, sem sucesso, para melhorar sua sorte na vida (Harvey, 1982). Deve-se ressaltar, entretanto, que o capital não permanece inativo diante da mobilidade dos trabalhadores, uma vez que esse movimento ocorre tanto na história quanto na geografia do capitalismo.

Dito isso, um objeto essencialmente dominado pelo capital, o trabalhador

nada mais é do que capital variável, um aspecto do próprio capital. As leis que regem o movimento do capital variável estão integradas àquelas que regem a mobilidade e a acumulação do capital em geral (Harvey, 1982. P. 555).

De acordo com Marx (1984), sob as condições gerais do trabalho assalariado, a liberdade de movimento do trabalhador é transformada em seu oposto. Em busca de um emprego e de um salário decente, os trabalhadores são obrigados a seguir o capital onde quer que ele circule, e isso implica.

A abolição de todas as leis que impedem os trabalhadores de se deslocarem de uma esfera de produção para outra e de um centro local de produção para outro, e a eliminação de “todas as barreiras legais e tradicionais que impediriam [os capitalistas] de comprar esta ou aquela força de trabalho” (Marx, 1984, p. 196).

Essa abolição também incentiva os capitalistas a adotar processos de trabalho que não dependam de habilidades tradicionais monopolizadas. As implicações para os trabalhadores são inúmeras.

A diferença entre o capital e as formas particulares do processo de trabalho é imediatamente estendida ao trabalhador, enquanto os “trabalhadores livres” têm de aceitar que “seu trabalho sempre produz o mesmo produto, o dinheiro” (Marx 1984, p.196).

Em princípio, esses trabalhadores devem estar sempre prontos e dispostos a aceitar todas as variações possíveis em sua atividade que lhes prometam um salário melhor. Essas diferenças salariais possibilitam a coordenação dos movimentos dos trabalhadores de acordo com as demandas do capital. A versatilidade e a mobilidade geográfica da força de trabalho, bem como a indiferença dos trabalhadores em relação ao conteúdo de seu trabalho, são essenciais para a fluidez do capital (Harvey, 1984).

O autor prossegue mostrando que, quanto maior a mobilidade do trabalhador, mais fácil é para o capital adotar novos processos de trabalho e tirar proveito de locais de maior qualidade. A livre mobilidade geográfica da mão de obra, ou a disponibilidade de mão de obra, parece ser uma condição necessária para a acumulação de capital.

O exército de reserva dos desempregados, por exemplo, liberado pela mudança tecnológica de seus meios de sobrevivência por meio da expropriação, só pode criar condições favoráveis para uma maior acumulação se permanecer disponível para o capital Harvey (1984, p.555).

De fato, esse exército industrial de reserva não pode se dar ao luxo de morrer, a menos que o capital possa absorvê-lo e, nesse caso, mobilizá-lo em oposição ao exército ativo. Harvey (1984) explica que o capital precisa encontrar maneiras de manter um exército de reserva vivo e ativo por meio de benefícios de desemprego, seguridade social e programas de bem-estar, que geralmente são fornecidos pelo Estado, o braço político do capitalismo. Além de tornar essa força de trabalho de reserva disponível para o capital, há também sua mobilidade social e geográfica, que é orquestrada de acordo com as necessidades específicas do capital.

Harvey (1984) continua mostrando que, para os trabalhadores, a mobilidade geográfica tem um significado muito diferente, pois representa a possibilidade de escapar da tirania e da opressão, inclusive daquelas impostas aos trabalhadores pelo capital. Representa também a esperança e a luta por uma vida melhor, mesmo que essa luta favoreça o capital quando os trabalhadores respondem aos incentivos materiais que ele oferece (salários mais altos e melhores condições de trabalho), porque o capital está desesperado para mudar os fenômenos a seu favor.

O capital em geral usa a eterna busca dos trabalhadores por uma vida melhor, definida em termos materiais e monetários, como um meio de melhorar a qualidade de suas vidas, como um meio de obter uma vida acumulada melhor, organizando a mobilidade do trabalho de acordo com suas exigências e disciplina (Harvey, 1984, p. 560).

A partir disso, podemos dizer que a mobilidade geográfica dos trabalhadores torna possível equilibrar a taxa salarial para esse valor médio do trabalho, o que mantém a acumulação em equilíbrio (Marx, Engels, 1845). O resultado é que o trabalho não pode escapar totalmente das pressões do capital e se depara com a amarga escolha de fugir para buscar melhores condições de vida em outro lugar ou ficar parado e lutar. Em ambos os casos, o capital condiciona os trabalhadores à mobilidade, em outras palavras, à migração.

A migração sazonal, periódica ou de longo prazo (com remessas de dinheiro para cuidar da família em casa) são algumas das soluções intermediárias, em cujo caso a migração dos trabalhadores continua sendo um meio de tentar escapar das pressões do capital. Nunca foi uma escolha, mas imposta pelo capitalismo como parte da lógica de sua acumulação de capital, baseada na exploração de trabalhadores que são mobilizados em qualquer lugar do mundo, de acordo com a demanda do capital, por meio de movimentos migratórios.

1.8 Integração e transnacionalismo: uma relação de complementaridade

No contexto da interdisciplinaridade, apesar da amplitude das contribuições da geografia para as outras ciências sociais, é fundamental que não consideramos neste trabalho as definições existentes do conceito de integração, nomeadamente as sociológicas. A naturalização da integração dá origem a problemas teóricos e metodológicos que têm sido objeto de grandes debates na sociologia francesa e americana desde a década de 1940. É relevante definir o fenómeno de forma positiva para tentar fixá-lo, ou seja, estabelecendo as bases do que ele é; é igualmente atraente fazê-lo de forma negativa, afirmando o que ele não é. É por isso que é essencial submetê-lo a um estudo cuidadoso e dar-lhe toda a luz necessária para torná-lo totalmente inteligível no contexto da migração.

A partir das várias correntes sociológicas que buscaram definir a socialização, acreditamos que se trata de um processo que está relacionado e até mesmo se funde com o de integração (Khellil, 2005), definido como “a inclusão de um indivíduo em uma sociedade ou campo social cujos códigos ele compartilha” (Duclos, 2011; p. 85) e no qual diferentes estágios parecem se acumular. A inclusão do indivíduo nessa sociedade pressupõe que ele não tenha sido e não seja alheio às formas de funcionamento dessa sociedade, e essa definição pode ser adaptada à situação dos trabalhadores migrantes.

Essa definição pode ser adaptada à situação dos trabalhadores migrantes. De fato, embora a integração signifique compartilhar códigos, valores ou padrões comuns, o processo em si inclui um período de aprendizado ou aquisição (Duclos, 2011). Assim, a integração é estabelecida pela inclusão do indivíduo em uma esfera social, sendo que o processo inclui a aproximação entre o indivíduo e os outros membros da esfera social em questão, com o objetivo final de reconhecimento do pertencimento ao grupo social que o constitui e no qual se deseja integrá-lo; em outras palavras, a integração é uma espécie de legitimação social do migrante ou estrangeiro no país anfitrião (Van Haecht, 1998).

Ao adotar a ideia de que a socialização é múltipla (Van Haecht, 1998), o conceito de integração remete ao de aculturação, na medida em que o indivíduo que se integra é confrontado a um ambiente estrangeiro definido por uma cultura também estrangeira (Boyer, 2000). O conceito de aculturação tende, assim, a descrever a aprendizagem dessa cultura estrangeira e, portanto, dos códigos, normas e valores sem os quais o indivíduo não poderia se integrar, de

acordo com o conceito de socialização, mas também a articulação entre a cultura de origem e a nova cultura. Daí o interesse deste trabalho em compreender a integração dos haitianos na sociedade brasileira e seu apego ao país de origem, em uma abordagem de compreensão da interdependência compreensiva dessas duas realidades.

Na afirmação do estado de integração, levar-se-á em conta tanto o princípio da incorporação de uma comunidade em uma sociedade de acolhimento quanto a aceitação, considerando esse estado como o resultado de um ciclo binário (ou até ternário, quaternário e mais) de socialização primária e secundária que resulta em mudanças orgânicas, comportamentais ou linguísticas da comunidade haitiana (ou mesmo de sua população de origem) por meio de movimentos de empréstimos, aculturação ou enculturação. No entanto, é importante ressaltar que a integração também é oposta aos conceitos de “exclusão”, por um lado, e “transgressão/desvio”, por outro, e, finalmente, ao termo “não integração”.

À luz dessas diferentes explicações da integração, o estudo oscila entre a pesquisa de fenômenos de socialização e a pesquisa de manifestações de exclusão ou marginalização, a fim de circunscrever parcialmente e compreender melhor essa problemática do transnacionalismo, ou seja, essa dupla coabitação dos haitianos entre a sociedade brasileira e a sociedade haitiana.

1.9 Rumo a uma espacialidade da integração

As populações migrantes (Olivier; Damourette 2022) precisam se adaptar constantemente às novas condições de vida que encontram nos países para onde chegam, inserindo-se no âmbito de um projeto elaborado previamente. Em todos os casos, esse lugar desconhecido que é a cidade é uma passagem obrigatória em sua trajetória. Espaço de concentração de populações onde a multidão proporciona um anonimato que pode ser tanto benéfico quanto prejudicial, a cidade é o centro de relações sociais em constante mudança. Espaço de confronto e tensão, ela é uma etapa muitas vezes complicada no projeto migratório.

É, portanto, no meio urbano que os grupos migrantes devem construir uma dupla base: espacial e social. Uma não pode existir sem a outra. De fato, é da sua capacidade de se integrar no espaço que depende a constituição de um vínculo social verdadeiramente eficiente, capaz de promover uma integração plena na sociedade de acolhimento. A migração torna-se, nesse caso,

uma espécie de questionamento da cidade e do que constitui sua essência, ou seja, sua capacidade de se reconstituir, de fundir populações diversas, de recompor permanentemente esses espaços para se perpetuar ao longo da história. A esse respeito, a ONU declara

Uma abordagem da urbanização centrada nos direitos humanos deve dar especial atenção às necessidades de todos os migrantes e populações móveis, incluindo refugiados, vítimas de tráfico de seres humanos, pessoas deslocadas dentro do seu país e menores não acompanhados, por exemplo, no âmbito da prestação de serviços de saúde, educação ou habitação. Os migrantes, refugiados e deslocados internos não devem ser considerados simples beneficiários de ajuda e caridade, mas sim detentores de direitos, contribuintes e parceiros no desenvolvimento das cidades (Habitat III Issue Papers, 2015. p. 8).

Em suma, a questão migratória, assim que se tenta retirá-la da dramaturgia midiática, assume uma dimensão totalmente diferente e insere-se plenamente num continuum histórico e geográfico. Isso permite recolocar a migração no lugar que lhe pertence há séculos: “uma dinâmica poderosa na modelagem e evolução dos espaços e das sociedades” (Olivier Damourette. Ibid).

Nesta reflexão sobre o papel do espaço na integração, a cidade é vista como um espaço caracterizado pela densidade (populacional e urbanística), sendo que o meio urbano surge logicamente como o local de expressão das relações sociais, das relações de poder e dominação, dos processos de segmentação social em grupos mais ou menos distintos e claramente identificáveis. Essas relações sociais colocam os indivíduos em tensão no âmbito de dinâmicas de xenofobia, discriminação, racismo, confronto, negociação e aculturação que contribuem para a produção de espaços específicos de segregação socioespacial. Não se pode pensar em integração social sem pensar no espaço, o suporte dessa socialização.

Nesta reflexão sobre o papel do espaço na integração, a cidade é vista como um espaço caracterizado pela densidade (populacional e urbanística), sendo que o meio urbano surge logicamente como o local de expressão das relações sociais, das relações de poder e dominação, dos processos de segmentação social em grupos mais ou menos distintos e claramente identificáveis. Essas relações sociais colocam os indivíduos em tensão no âmbito de dinâmicas de xenofobia, discriminação, confronto, negociação e aculturação que contribuem para a produção de espaços específicos ou segregação socioespacial. Não se pode pensar em integração social sem pensar no espaço, o suporte dessa socialização.

A cidade é, portanto, vista como o lugar onde as relações sociais se perpetuam, mas também se renovam. Poderíamos dizer que, nesse sentido, a cidade é potencialmente emancipatória, na medida em que pode contribuir para libertar os indivíduos de sua condição dentro de um espaço urbano visto como uma obra coletiva (Lefebvre; 1967).

O direito à cidade manifesta-se como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, à habitação. O direito ao trabalho (à atividade participativa) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implícitos no direito à cidade (Lefebvre, 1967. p. 140).

Neste trabalho, não se trata apenas de integração social ou assimilação cultural, mas também de integração espacial e econômica. O espaço, como suporte dos fenômenos sociais, não pode ser deixado de lado nessa busca pela compreensão de uma possível cooperação entre integração e desenvolvimento do caráter transnacionalista nas práticas dos migrantes haitianos em Chapecó.

1.10 A espacialidade transnacional

Existem duas concepções do espaço, a primeira é chamada absolutista, que remonta a Descartes. Nessa concepção, o espaço é definido como a forma do mundo, é um receptáculo que recebe os fenômenos, o espaço tornou-se o que resta quando tudo foi removido (Max Jammer; 1994). Este último é o espaço no qual ou sobre o qual se encontram os corpos, sobre o qual eles se movem e estão situados. É ao escolher distinguir o corpo do suporte sobre o qual ele se move que se conclui espontaneamente pela existência de um suporte único, comum a todos os corpos e independente de seus movimentos. A segunda concepção é a de Leibniz, que vê o espaço como relações entre objetos, são os fenômenos que lhe dão forma. Essa abordagem se baseia na busca de coerências sociais e não de limites (Brunet, L; 1979).

A compreensão da espacialidade transnacional pode ser feita de acordo com essas duas abordagens. O transnacional pode ser concebido como um não espaço, ou seja, um lugar não físico, e pode estar em oposição ao espaço geográfico, tal como definido pela geografia e pelas relações internacionais. Do ponto de vista dos Estados, o transnacional ultrapassa o âmbito nacional dos Estados e torna-se prerrogativa de vários atores. O transnacionalismo, nesse caso, não é geográfico; por outro lado, o transnacional também pode ser uma aniquilação do espaço.

Assim, segundo Thomas (2003), o transnacional integra o conceito de aldeia global

criado pela globalização, ou seja, a redução da distância e o advento da consciência do mundo. O transnacionalismo é o produto do apagamento das restrições físicas, da compressão espacial e temporal, uma forma de alteridade do Estado. O transnacional torna-se uma espécie de abolição das fronteiras e da distância para os fenômenos. O espaço se dissolve na globalização cultural, política e econômica, é o espaço que forma os fenômenos globais e, particularmente, a migração.

A formação dos campos transnacionais foi inicialmente entendida como um sistema de mobilidades materiais induzidas pelas migrações: mobilidade das pessoas que circulam entre seus países de origem e de destino, mobilidade dos veículos que asseguram seu transporte e toda a infraestrutura circundante, mobilidade dos bens transportados por indivíduos com ou sem fins lucrativos, mobilidade do dinheiro enviado para a família ou para fins pessoais (Thomas Lacroix; 2018).

Consequentemente, o transnacionalismo é então um conjunto de ligações multiescalares que se desenvolvem a partir de micro-relações translocais e comunitárias, um murmúrio contínuo de envio de dinheiro, visitas e contatos à distância de práticas de vida relacionadas ao país de origem. Todas essas mobilidades se articulam em um processo de causalidade cumulativa entre migração e globalização. De fato, a era migratória contemporânea explica (Rouland Betty, 2015) em sua tese de doutorado sobre migração, marca a entrada em cena de novas comunidades móveis que se libertam das fronteiras internacionais, conectam os lugares que praticam, tecem uma rede de laços (materiais e ideais) entre as sociedades e os espaços percorridos e respondem de forma heterogênea a propostas econômicas espacializadas e que, finalmente, se tornaram transmigrantes.

A inter-relação entre o país de origem e o país de destino através de fluxos de informação, contatos pessoais, redes sociais e a forma como essas relações influenciam o destino dos fluxos migratórios (Mabogunje, 1970, p. 20).

Essa interação entre os países de origem e o país de acolhimento e as redes dá origem a um caráter transnacional e a espaços transnacionais e a uma comunidade transnacional que, em conjunto, se definem como:

Indivíduos que criaram comunidades que atravessam as fronteiras nacionais e que, num sentido muito concreto, não se situam verdadeiramente “nem aqui nem lá”, mas aqui e lá ao mesmo tempo. As atividades econômicas que sustentam essas comunidades baseiam-se precisamente nas diferenças de lucros criadas pelas fronteiras. Definimos “transnacionalismo” como o conjunto de processos pelos quais os

imigrantes tecem e mantêm relações sociais de natureza múltipla, ligando suas sociedades de origem e de acolhimento ” (Portes, 1999, p. 16).

Essa realidade migratória dá origem a comunidades e espaços transnacionais. Estes últimos e as estratégias migratórias que desenvolvem devem ser atualizados, por um lado, de acordo com as dinâmicas macroeconômicas e, por outro, espacializadas em função dos espaços que desenham e conectam e das redes que são criadas com o objetivo de manter essa vontade de mobilidade além do território, que são formais e informais, materiais ou imateriais, socioespaciais ou virtuais.

Massey (1988) define a rede migratória como:

O conjunto de laços interpessoais que conectam migrantes, futuros migrantes e não migrantes nos locais de origem e destino, por meio de laços de parentesco, amizade e uma origem comunitária compartilhada (Massey, 1988).

O caráter transnacional da migração internacional que se estabelece a partir das redes migratórias é parte integrante da migração haitiana e merece ser desenvolvido também para uma melhor compreensão da natureza do conceito neste trabalho de pesquisa.

1.11 Entre transnacionalismo e integração

Se há uma questão que permeia a literatura sobre o fenômeno do transnacionalismo, é a da possível contradição entre as atividades transnacionais e a integração dos imigrantes na sociedade de residência. Segundo Rosita e Gianni (2008), existem dois pontos de vista sobre esta questão: o primeiro considera o transnacionalismo como oposto à assimilação, como uma mudança de paradigma, enquanto o segundo considera que estas duas opções são compatíveis.

O significado tradicional de assimilação envolve a ideia de absorção e possui uma conotação normativa (Brubaker, 2001); nesse sentido, a manutenção dos laços sociais com o país de origem é vista como uma ameaça ao resultado esperado e parece profundamente contraditória. Outros especialistas contestam essa oposição binária entre assimilação e laços transnacionais. A Escola de Chicago interpreta essas práticas como uma etapa transitória pela qual passam certos grupos em seu processo de assimilação, situando-as em um quadro político de Estados-nações distintas, uma perspectiva que resolve a contradição entre o “transnacionalismo” e a assimilação.

A oposição entre atividades transnacionais e assimilação tem sido, até agora, mais abordada num contexto normativo, com referência a uma concepção da integração como um jogo de soma zero; este dossiê, por outro lado, aborda-a como uma questão empírica. Várias contribuições, cada uma à sua maneira, discutem o receio de antagonismo entre a formação e a manutenção de laços fortes entre indivíduos de um grupo e a formação de laços entre indivíduos pertencentes a diversos grupos.

Os estudos chegam à conclusão de que não pode haver contradição entre o investimento em atividades transnacionais e a integração no país de imigração. Não há antagonismo entre “bonding” e “bridging” (Putnam, 2000), uma vez que a integração não implica a perda da identidade cultural própria, mas um envolvimento mais forte em outro universo cultural e social. Além disso, a ausência de laços não parece ser um indicador de maior integração.

À semelhança de Lu e Touali (2007) no final do seu trabalho de campo na Bélgica, podemos concluir, para o conjunto dos estudos realizados, que a relação entre atividades transnacionais e integração se articula de várias maneiras. Para empreender essas atividades, os migrantes devem já estar funcionalmente integrados na sociedade de acolhimento; no entanto, sua relativa insatisfação com sua situação, seja ela escolhida ou imposta, os leva a se envolver muito mais em atividades transnacionais. Nesse contexto, a mobilização dos recursos necessários para realizar suas atividades transnacionais aumenta a capacidade dos indivíduos de se integrarem na sociedade de residência e, dessa interação, nasce uma fecunda transformação recíproca das representações dos grupos ativamente envolvidos, migrantes e autóctones.

Em suma, segundo Cavalcanti et al. (2017), a migração é relevante na forma como estrutura e reorganiza as sociedades, transformando-as em sociedades mais complexas e plurais. Nesse sentido, duas correntes teóricas importantes que discutem a migração tentam explicar por que as migrações ocorrem no tempo e no espaço e como as migrações permanecem no tempo e no espaço. Cavalcanti et al. (2017) afirmam que as migrações modernas podem ser ilustradas em quatro momentos.

Durante o primeiro período, o período mercantil, os fluxos migratórios eram realizados principalmente por europeus, através dos processos de colonização ou do crescimento econômico do capitalismo mercantil [...] Durante o período conhecido como era industrial e da urbanização (1800-1925), as migrações eram essencialmente Norte-Sul ou Norte-Norte, com ênfase na partida dos europeus para os países da América do Norte.

Após 1925 e até o fim da Segunda Guerra Mundial, os fluxos internacionais de migração diminuíram, período conhecido pela limitação da migração, que ocorreu essencialmente por duas razões: a Grande Depressão de 1929 e o período entre as duas guerras. Por fim, Massey (1999) destaca o período pós-industrial (após 1960), durante o qual as migrações internacionais adquiriram novos contornos, nomeadamente com um movimento maioritariamente Sul-Norte. (Cavalcanti et al., 2017, p. 13- 14).

Segundo Cavalcanti et al (2017), as migrações internacionais não ocorrem apenas na direção Sul-Norte, mas também há migrações Sul-Sul, com grande expressividade e diversidade. As migrações Sul-Sul aumentaram nos últimos anos e, no Brasil, desde 2010, o país recebeu pessoas de países do Sul global, como cubanos, venezuelanos e haitianos. As migrações internacionais, segundo Fabricia (2021), são um fenômeno complexo e com múltiplas causas e, conseqüentemente, não é possível pensar que apenas uma teoria explique todos os processos das migrações internacionais. Há um conjunto de teorias que se esforçam por explicar o porquê, as causas e os processos motivacionais que levam as pessoas a migrar de um país para outro, o que é um esforço constante (Cavalcanti et al. 2017, p.16).

De acordo com os autores da teoria clássica, que apresenta o modelo clássico de atração e expulsão, há muito tempo se tenta explicar as migrações. Calvacanti et al (2017), citando Ravenstein (1885), a partir do qual foram elaboradas as leis da migração para esclarecer os motivos e os objetivos desse fenômeno e, segundo ele, 1) os migrantes têm como destino os centros urbanos, o que é consequência das características naturais da migração e universal em todos os países 2) o movimento de dispersão é contrário à absorção 3) cada perspectiva principal de migração gera uma contracorrente compensatória 4) os cidadãos migram muito menos do que as pessoas das periferias 5) as mulheres migram mais do que os homens (Ravenstein apud Fabricia 2021).

No campo das perspectivas teóricas que buscam analisar as migrações internacionais, os estudos produzidos por Ravenstein (1885) são considerados precursores para a compreensão das migrações internacionais. No entanto, existem outras abordagens, como a teoria da nova economia da migração e do mercado de trabalho segmentado, que analisa aspectos específicos relacionados à migração. A primeira analisa a escolha do grupo social, que não é tratada como uma simples escolha individual, mas como elementos que são decididos nas famílias.

A teoria do mercado de trabalho, com Michael Piore (1979) como precursor, em seu livro *Birds of Passages*, apesar de não ser uma obra restrita à análise das migrações, teve

grande importância. Nessa obra, a estrutura do mercado de trabalho nos países de destino. Nessa abordagem teórica, os migrantes são destinados a empregos não desejados pela população nacional, com bases étnicas e não étnicas, com controles e fiscalizações mais acentuados.

Outra teoria, a do sistema mundial, afirma que a migração é um produto da dominação capitalista colonial e pós-colonial exercida pelos países centrais do Norte global sobre os países centrais da periferia e da semiperiferia (Cavalcanti et al. , 2018, p. 20), ou seja, que a migração internacional é resultado da desproporção que existe no capitalismo entre os países centrais e dependentes. Essa teoria apresenta, em certa medida, algumas semelhanças com a teoria social crítica, mas para o estudo proposto neste trabalho, é necessário compreender em detalhes como funcionam as contradições e as tendências diretas nas migrações internacionais.

A migração sempre ocupou um lugar central nos debates das ciências sociais, especialmente nos campos da geografia humana, da sociologia crítica e da antropologia das mobilidades. Essas disciplinas têm questionado constantemente as causas profundas, as dinâmicas espaciais e as consequências sociais dos deslocamentos humanos em escala local e global.

Nessa ótica, a migração haitiana e, mais especificamente, a migração para o Brasil não pode ser analisada apenas através de trajetórias individuais ou motivações pontuais. Ela requer uma leitura estrutural, capaz de destacar as lógicas históricas, econômicas, políticas e sociais que a organizam. É a partir desse quadro teórico que se abre este capítulo, que visa compreender a migração haitiana em sua dimensão sistêmica. Trata-se de recolocar as mobilidades haitianas em uma configuração global de dependência, exclusão e segmentação do mercado de trabalho mundial, identificando os mecanismos estruturais internos ao Haiti e externos, ligados à globalização, que favorecem ou condicionam essas partidas. Essa abordagem permitirá, assim, destacar as características fundamentais da migração haitiana contemporânea, começando pela que teve como destino o Brasil nas últimas duas décadas.

CAPÍTULO II

UMA COMPREENSÃO ESTRUTURAL DA MIGRAÇÃO HAITIANA

2.1 Dinâmica da migração haitiana: entre história, contextos, redes transnacionais e envolvimento dos EUA

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos estavam preocupados com a ideia de conter e, em seguida, expulsar da bacia do Caribe o poder comercial, militar e marítimo da Alemanha, que estava se tornando uma ameaça crescente na região e no Haiti em particular. Esse desejo de ocupar o Haiti não foi sem consequências para a situação migratória do país. De acordo com Audebert (2012), a emigração da população haitiana durante a ocupação norte-americana foi incentivada pela deterioração das condições de vida rural, pelas expropriações, pelo trabalho forçado, pelo mau tratamento dos camponeses pelos ocupantes e pela propaganda que prometia altos salários nas plantações de açúcar dos países vizinhos.

De acordo com Manigat (2004), entre as razões para a cobiça do Haiti e sua ocupação estavam, em primeiro lugar, sua posição estratégica na rota do Canal do Panamá, em segundo lugar, a necessidade de liberalização econômica para que o país pudesse desempenhar melhor seu papel na divisão internacional do trabalho, ter controle sobre seu comércio exterior e sua dívida externa e, em terceiro lugar, a necessidade racista de mostrar que os negros eram incapazes de se autogovernar.

Desde o início do século XX, com a construção do canal, o Haiti ganhou importância devido à sua posição estratégica, e um dos objetivos da ocupação americana era garantir o controle da linha de navegação que levava ao canal (Alex, 2020). Ao chegar ao Haiti, a presença americana substituiu a agricultura de subsistência pela agricultura comercial de exportação em larga escala, principalmente borracha, sisal, banana e cana-de-açúcar, expropriando maciçamente os camponeses locais e, além disso, o Banco Nacional do Haiti ficou sob o controle do City Bank of New York (Castor, 2016).

De acordo com Lores e Machado (2014), em 1889, a empresa norte-americana United Fruit Company começou a operar na região cubana de Banes, mas teve que enfrentar uma escassez de mão de obra local para construir a fábrica e as ferrovias. A partir desse momento, começou um fluxo migratório de antilhanos, especialmente haitianos e jamaicanos, que foram o primeiro grupo a chegar à cidade em 1900. Nos anos seguintes, a empresa continuou a contratar imigrantes, principalmente haitianos, na maioria das vezes de forma ilegal.

Audebert concorda com essa opinião:

A partida dos camponeses para o exterior foi mais ou menos diretamente favorecida pela nova função do Haiti no Mediterrâneo americano, a de um reservatório de mão de obra abundante e barata destinada a trabalhar nas plantações desenvolvidas pelo capital norte-americano nos países vizinhos (Audebert, 2012, p. 12).

Os braceros, como eram chamados, constituíam uma migração sazonal. Todos os anos, eram recrutados nas zonas rurais do Haiti e da Jamaica e enviados para Cuba, onde permaneciam principalmente durante a colheita da cana-de-açúcar, mas também trabalhavam nas plantações de café e nas explorações de algodão. A contratação dessa mão de obra era vantajosa porque era barata, muito produtiva e não exigia uma relação de trabalho estável, já que os trabalhadores eram demitidos e enviados de volta para seus países durante a entressafra. Na colheita de 1927, por exemplo, 74% dos braceros tinham ido pelo menos uma vez a Banes (Alex, 2021).

Esses movimentos migratórios são pouco conhecidos em termos estatísticos, mas os autores que trabalharam sobre o assunto geralmente concordam que as migrações para a República Dominicana e Cuba foram da ordem de várias centenas de milhares de trabalhadores (Castor, 1978; Lundhal, 1979).

Lemoine (1981) assinala, a este respeito, que os investimentos norte-americanos em 1929 na agricultura haitiana foram oito vezes menores do que na República Dominicana e cem vezes menores do que em Cuba. O crescimento da produção de cana-de-açúcar no Caribe coincidiu com a queda da produção de beterraba sacarina nos campos europeus devastados pela guerra, e esses investimentos incentivaram o fenômeno migratório no Haiti. De fato, os movimentos migratórios haitianos são uma continuação de uma antiga tradição de êxodo rural. É um fenômeno no qual se desenvolveu um know-how migratório e mercantil para compensar a falta de recursos locais que a população enfrenta, especialmente durante a presença dos Estados Unidos, durante a ocupação de 1915 (Suzy Castor;), a migração foi erigida como instrumento político de gestão das populações ocupadas e também de fornecimento de mão de obra para o espaço caribenho, no âmbito da função atribuída ao país pelo capitalismo norte-americano.

A entrada do Haiti na era da emigração em massa deve ser contextualizada no estabelecimento duradouro de uma relação de dependência econômica, geopolítica e cultural, cujo motor foi a ocupação militar americana. (Audebert, 2012, p. 15).

A este respeito, o primeiro grande fluxo de emigração de haitianos para o exterior ocorreu durante o período de ocupação simultânea do Haiti (1915-1934) e da República

Dominicana (1912-1924) pelas forças armadas americanas. Joseph (2015) indica que, em 1944, estimava-se em 80.000 o número de haitianos vivendo em Cuba. Baptiste e Vieira (2016) estimam que esse número seja superior a 200.000 na década de 2010. Este aumento deve-se aos fluxos significativos dos últimos anos da ditadura dos Duvalier, à instabilidade resultante do golpe de Estado de 2004 e, mais recentemente, aos fluxos consecutivos ao terremoto de 2010. Como Cuba fica a cerca de cem quilômetros do Haiti, muitos haitianos a consideram um destino alternativo ou um local de passagem e correm o risco de atravessá-la a bordo de embarcações frágeis. Em 2011, por exemplo, 38 pessoas morreram após o naufrágio de uma embarcação ao largo de Guantánamo.

Foi também durante as primeiras décadas do século XX que começou a contratação de braceros para as zonas de cana-de-açúcar da República Dominicana. Assim como em Cuba, a escassez de mão de obra foi compensada pelo trabalho sazonal de milhares de antilhanos, inicialmente originários das ilhas anglófonas do Caribe, mas cuja grande maioria vinha e continua vindo do Haiti. A contratação foi irregular até 1919 e, por isso, não existem números confiáveis sobre a presença haitiana no país durante esse período. A partir dessa data, o governo de ocupação militar americano formalizou um sistema de contratos regulamentados para a importação desses trabalhadores, cujo número chegava a cerca de 5.000 por ano (Wooding e Moseley-Williams, 2004).

Durante décadas, os braceros, contratados nas zonas rurais do Haiti, constituíram a base da mão de obra que sustentou a produção de açúcar na República Dominicana. Eles começaram a viver perto das áreas de cana-de-açúcar em assentamentos conhecidos como bateyes — inicialmente alojamentos para trabalhadores, posteriormente transformados em bairros cuja população é majoritariamente haitiana ou dominicano-haitiana.

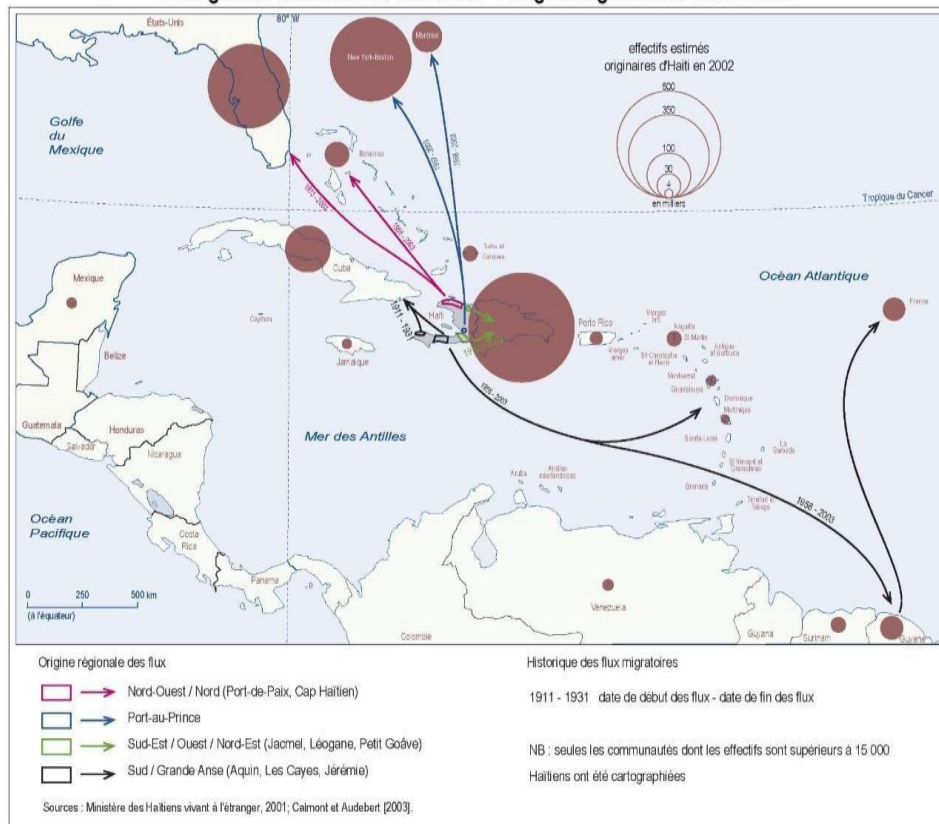
Nesses locais, faltam serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Ainda são espaços segregados em várias regiões do país. “Atualmente, existem cerca de 30.000 famílias bateyanas. Todas sofrem com os resultados da negligência dos proprietários de açúcar, do governo e dos países importadores, como os Estados Unidos ou o Reino Unido” (Revuelta, 2017, p.1).

O crescimento da indústria açucareira americana no Caribe, particularmente em Cuba e na República Dominicana, levou a uma escassez de mão de obra para trabalhar nas plantações desses dois países desde o final do século XIX e início do século XX. Essa escassez foi suprida em grande parte por camponeses haitianos no âmbito de políticas específicas e temporárias. Essas migrações organizadas para os países vizinhos constituíram um fato de magnitude sem precedentes na história do país e levaram o mundo rural haitiano

à era da emigração em grande escala.

No âmbito da divisão internacional do trabalho nas Caraíbas instituída pelos Estados Unidos, verificaram-se importantes movimentos migratórios do Haiti para Cuba, a República Dominicana e, mais tarde, as Bahamas. Cada um desses movimentos foi acompanhado pela criação de redes migratórias que reforçaram os laços entre uma região específica do Haiti e o país de destino (Audebert 2012, 14).

Figura 3 – A emigração haitiana no século XX: origem e destino regionais
L'émigration haitienne au XXe siècle : origine régionale et destination



Fonte: Calmont e Audebert, 2003.

A emigração haitiana é também, de forma estrutural, uma consequência da difícil situação econômica do país. Uma vez estabelecidos os fluxos migratórios, as flutuações na demanda por mão de obra nos países de destino tiveram grande influência na evolução dos fluxos migratórios haitianos, que permaneceram relativamente sustentados (Perusek, 1984).

2.2 O papel expansionista dos Estados Unidos na mobilidade da mão de obra haitiana

Num contexto de crescente expansionismo e intervencionismo de Washington no seu “Mediterrâneo” no início do século XX, o Haiti — cuja situação geopolítica assumiu uma

importância crescente — tornou-se uma dependência comercial e política dos Estados Unidos, que exerceram uma influência quase exclusiva sobre o país. Foi no âmbito dessa nova forma de dependência que se desenvolveu a emigração para os países vizinhos e, mais tarde, para os próprios Estados Unidos. “Entre 30.000 e 40.000 haitianos, chamados braceros, migraram temporariamente para Cuba todos os anos entre 1913 e 1931” (Wooding e Moseley-Williams, 2009, p. 36).

Outro destino da migração haitiana é o arquipélago das Bahamas. Essa migração começou na década de 1950, quando o crescimento do turismo e o estabelecimento de empresas offshore exigiram a contratação de trabalhadores migrantes dos Estados Unidos, mas também do Caribe. Alfonso (2012) especifica que, durante esse período, a migração era principalmente temporária. Os haitianos ficavam por um tempo, juntavam dinheiro e voltavam para o Haiti. Nas décadas seguintes, com a consolidação do país como destino turístico e a transição para a independência — que ocorreu em 1973 —, os haitianos começaram a migrar por conta própria e foram empregados nos setores de hotelaria, construção e agricultura.

Ermitte St Jacques (2011) afirma a esse respeito:

A migração haitiana para as Bahamas começou em meados da década de 1940, quando empresas ligadas à agricultura e à exploração florestal começaram a recrutar para suprir a escassez de mão de obra nesses setores de trabalho. Após os primeiros esforços de recrutamento, os trabalhadores haitianos começaram a migrar por conta própria. Na década de 1950, pescadores do norte e noroeste do Haiti se juntaram às Bahamas, Grand Turca e Caicos para curtas temporadas em embarcações precárias construídas pelos próprios viajantes (Ermitte, 2011, p. 80).

Audebert (2012) mostra que os estrangeiros ocupam 30% dos 28.000 empregos não qualificados da economia, especialmente nos setores de turismo, construção e agricultura. Estima-se que haja entre 40.000 e 70.000 haitianos nas Bahamas, incluindo os supostos indocumentados e as crianças nascidas na ilha que só têm direito a solicitar a nacionalidade Bahamiana aos 18 anos de idade. Desde 1963, as autoridades das Bahamas começaram a expulsar os haitianos sem documentos. Nas últimas décadas, o número médio de haitianos deportados atingiu 6.000 por ano.

Segundo Jascques (2011), assim como na República Dominicana, os haitianos nas Bahamas são vítimas de discriminação racial generalizada. Eles são acusados de sobrecarregar os serviços de saúde e educação e, como correm o risco de serem deportados, sofrem grande segregação residencial em favelas onde faltam serviços básicos. O trabalho manual dos haitianos na agricultura, paisagismo, construção, hotelaria e restauração é comumente chamado de “trabalho haitiano”, o que talvez indique que os haitianos ocupam

o lugar do “outro”, do não estabelecido, na sociedade nacional.

Autores como Jacques (2011) e Alfonso (2012) afirmam que a localização das Bahamas no Caribe contribuiu para sua configuração como ponto de trânsito para a migração haitiana, ou seja, um destino temporário que serve para conectar o noroeste do Haiti e o sul da Flórida. No entanto, Alfonso (2012) acrescenta que a posição ocupada por esse país no cenário geopolítico regional reflete diretamente as práticas transnacionais desses migrantes. Ele sugere que os haitianos que vão para lá não são pobres a ponto de permanecer no Haiti ou migrar para a República Dominicana, mas também não têm recursos suficientes para ir diretamente para os Estados Unidos ou o Canadá.

Nesse mesmo ano de 1963, os primeiros haitianos chegam à Guiana para trabalhar nas plantações de banana do departamento ultramarino. Esse evento explicaria a forte presença de haitianos na Guiana vindos do sul e sudeste da França. Muitos dos que já viviam na Guiana aproveitaram a oportunidade para ir para a França. Durante a mesma década, alguns, já estabelecidos na Martinica e na Guadalupe, foram para o Suriname para trabalhar nas plantações de banana. Mais tarde, o país se tornou um ponto de trânsito para chegar à Guiana Francesa (Laëthier, 2011; Handerson, 2015).

A língua francesa também contribuiu para a instalação de milhares de haitianos nos territórios franceses ultramarinos da Guadalupe, Martinica, São Martinho e Guiana Francesa. Nesses locais, a população haitiana representa entre 30% e 50% da população migrante (Laëthier, 2015) e, desde a década de 1960, tem tido um impacto profundo nas relações com a população local e outros grupos de migrantes, pois se trata de um grupo importante que manteve sua visibilidade e suscitou rejeições.

Segundo Alfonso (2012), as estimativas indicam que entre 15.000 e 20.000 haitianos vivem na Guadalupe, 15.000 em Saint-Martin, menos de 10.000 na Martinica e cerca de 40.000 na Guiana Francesa. No entanto, o mesmo autor adverte que esses números variam, uma vez que muitos haitianos se deslocam e podem permanecer por mais ou menos tempo até chegarem a outro destino. Além disso, a mobilidade recente, desde 2010, pode ter adicionado ainda mais migrantes a esses destinos, como foi o caso na Guiana Francesa.

A migração haitiana para os territórios franceses do Caribe começou com a mobilidade da mão de obra no início da década de 1960. Trabalhando em diversas áreas, principalmente na agricultura e na construção civil, esses migrantes eram indispensáveis, pois, na época, esses territórios não eram suficientemente povoados para produzir e contribuir para a economia francesa. A título indicativo, na Guiana, a população estrangeira correspondia a 1/10 em 1946 e passou para 1/3 em 1990. Surinameses, brasileiros e,

sobretudo, haitianos estão na origem do crescimento da população local (Calmont, 1993).

O ano de 1963 representa a chegada dos primeiros haitianos à Guiana [francesa], quando Blan Lili comprou um barco em Miami, que chamou de La Croix du Sud, para levar um grupo de uma dúzia de haitianos à Guiana [francesa], com o objetivo de abrir uma fábrica agrícola em Cayenne com sua mão de obra (Joseph, 2015, p. 229).

Essa migração aumentou até atingir uma média anual de 2.000 pessoas entre 1980 e 1984 (Calmont, 1993). Naquela época, os vistos de residência na Guiana Francesa já eram condicionados à comprovação de emprego. Essa restrição levou ao surgimento de uma nova rota passando pelo Suriname, que se tornou um local de passagem para a maioria dos haitianos. Munidos de um visto temporário surinamês, os haitianos se dirigem à Guiana Francesa, principalmente às cidades de Saint-Laurent-du-Maroni e Cayenne. Apesar do surgimento do Suriname como ponto de passagem, Joseph (2015) relata que os primeiros haitianos que chegaram ao país foram recrutados no Haiti para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar em 1977, lançando assim as bases para futuras migrações.

Outros começaram a usar esse país como um local de estadia temporária, uma pausa necessária na jornada para o departamento francês vizinho. Diante da dificuldade de obter documentos para residir na Guiana Francesa, muitos se estabeleceram em Paramaribo e criaram as bases de redes migratórias que se mantiveram ao longo das décadas.

A nova “rota do Suriname” é utilizada por aqueles que não conseguem obter passaporte, visto ou qualquer outro documento, como, por exemplo, um convite por escrito de um parente que já tenha residido legalmente na Guiana. Eles então recorrem às redes migratórias, também chamadas de “veine” em crioulo. É claro que existe outra maneira, mais legal, de entrar na Guiana: o migrante pode comprar um visto de curta duração com a menção “Departamentos Franceses da América” e permanecer no local. Mas o custo é muito alto. Uma alternativa menos dispendiosa é a “rota do Suriname” com os rakètè, os contrabandistas. Estes contrabandistas trabalham com “agências” (ajans), redes de intermediários que se distribuem ao longo da rota (Laëthier, 2015, p. 233).

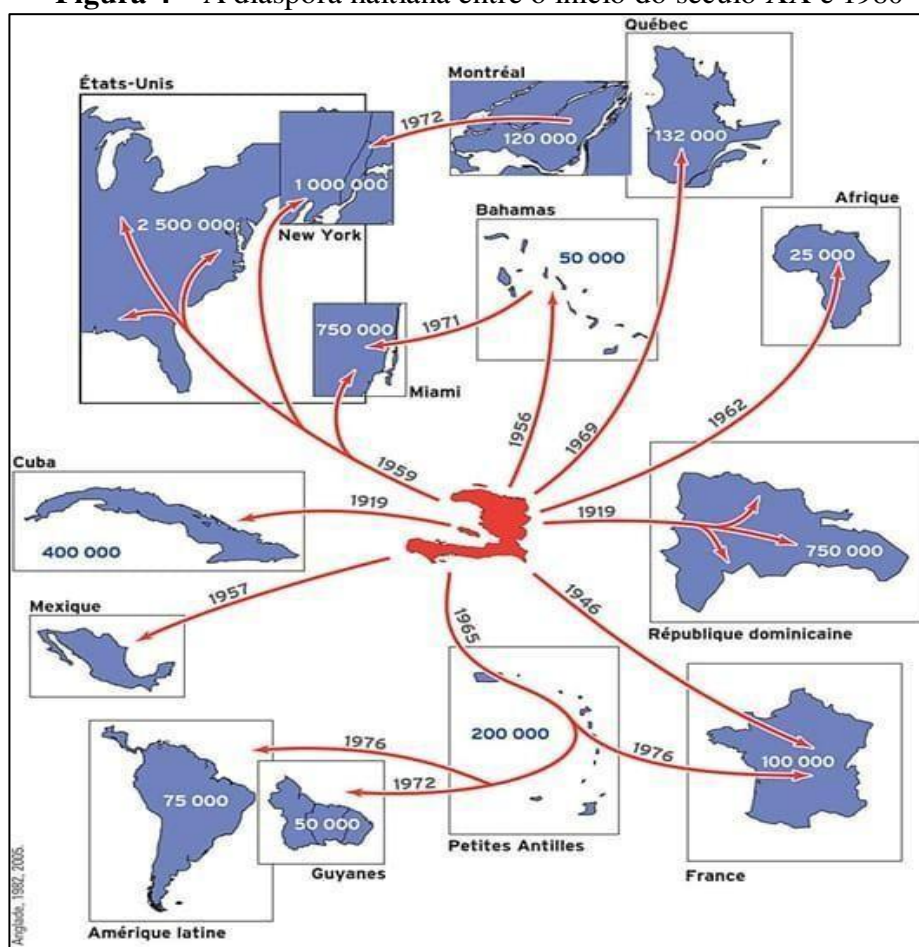
Outros países e ilhas do Caribe também fazem parte da diáspora haitiana, com populações migrantes numericamente menos importantes, mas igualmente relevantes para refletir sobre os processos que moldam o que chamamos aqui de espaço transnacional haitiano, nomeadamente a partir da articulação desses destinos com o Haiti, mas também com outros locais. É o caso, por exemplo, dos cerca de 10.000 haitianos que vivem nas Ilhas Turcas e Caicos, uma possessão britânica que incorporou o trabalho dos haitianos na expansão do turismo na década de 1990 (Alfonso, 2012).

Apesar da residência de centenas, senão milhares de haitianos, alguns locais estão intimamente associados ao trânsito, em particular para os Estados Unidos. É o caso de

Porto Rico e da Jamaica que, devido à sua proximidade, serviram como pontos estratégicos em momentos de grande tensão no Haiti (Alfonso, 2012). Mais recentemente, a Venezuela passou a fazer parte das rotas haitianas para o Brasil, embora, segundo Machado (2010), os censos venezuelanos tenham registrado um fluxo fraco, mas permanente, desde a década de 1950, chegando no início dos anos 2000 com uma população oficializada de cerca de 1.661 haitianos no país.

Em suma, os Estados Unidos, por meio de sua política econômica, militar e intervencionista no Caribe e no Haiti em particular, atribuíram a ele o papel de fornecedor de mão de obra para a América. Essa função moldou o caráter migratório desse país. Ao criar, por meio de sua política neoliberal, um exército de mão de obra a serviço do capital, pronto para ser utilizado onde quer que o capital precise, mais precisamente no Caribe e no continente americano em geral. A migração haitiana tem múltiplas causas e, em seu seio, variados projetos migratórios individuais e coletivos, mas está ligada principalmente ao papel do país na acumulação de riqueza no continente americano. Ela se baseia nas relações geopolíticas desiguais que marcaram a recolonização do Haiti durante os séculos XIX e XX.

Figura 4 – A diáspora haitiana entre o início do século XX e 1980



Fonte: Aglande, 1982

2.3 As ditaduras dos Duvaliers e suas novas rotas migratórias

O segundo período importante da história migratória do Haiti é o dos Duvalier. Este período tem uma amplitude sem precedentes, orienta-se agora prioritariamente para a América do Norte e, acima de tudo, diz respeito pela primeira vez indistintamente a todas as classes sociais. A pobreza, apesar de sua intensidade e generalização para a grande maioria da população, não constitui por si só um fator satisfatório para explicar e dar conta da complexidade de uma emigração que, em condições muitas vezes dramáticas, privou o país de mais de 20% de sua população.

Aubert (2012) formula a hipótese de que cada um dos três grandes períodos da história contemporânea do Haiti, a saber, os de Duvalier Pai (1957-1971), Duvalier Filho (1971-1986) e o período pós-duvalierista (de 1986 até hoje) — destacam um tipo de relação particular entre terror político, aplicação de políticas neoliberais e estagnação econômica, que contribuíram para manter a migração haitiana. Ele continua mostrando que a gestão política e territorial é caracterizada historicamente por uma centralização que se traduz na crescente marginalização do mundo rural, bem como na implantação e perpetuação de um sistema econômico que privilegia a “predação, a expropriação” em detrimento da redistribuição equitativa das terras, dos recursos nacionais e da produção de commodities destinadas à exportação em detrimento da produção de alimentos.

O abandono do mundo camponês à sua própria sorte e suas consequências diretas, a manutenção de técnicas agrícolas rudimentares e a dramática erosão dos solos, combinados com a pressão demográfica, geraram uma fome crônica no campo (Audebert 2012, p. 23).

Efeito combinado da opressão política e da perda de esperança em um futuro melhor, a emigração parece então ser a única alternativa para os haitianos e, especialmente, para os camponeses. Ela surgiu como uma solução ainda mais oportuna para o camponês, pois a venda de seu pedaço de terra para financiar sua partida constituía um meio de escapar da extorsão fundiária institucionalizada. No entanto, esses fatores não serão compreendidos sem a inserção do Haiti em um plano político global ligado não apenas ao apoio das ditaduras de Duvalier, mas também ao contexto da Guerra Fria, com o objetivo de evitar um novo Cuba no Caribe.

Por outro lado, estima Anglade (1982) que o aumento do preço dos produtos agrícolas nos anos dessa época suscitou o interesse crescente dos “grandes donos” (grandes proprietários de terras) pela produção de alimentos. Estes procederam então à expropriação

de terras de dezenas de milhares de camponeses, com a bênção do regime e, por vezes, com o capital de organizações não governamentais que prometiam valorizá-las, tornando o êxodo rural e a emigração as únicas alternativas para centenas de milhares de camponeses.

Sob o regime de Duvalier filho, as zonas rurais empobrecidas sofreram um êxodo rural acelerado para a capital, onde as indústrias de montagem se desenvolveram. Trata-se de uma proletarianização dos camponeses através da expropriação, com o objetivo de os disponibilizar para servir o capital, não só na subcontratação no Haiti, mas também noutros locais do mundo.

Consequentemente, Caprio (1993) estima:

A taxa de crescimento dessas indústrias era de cerca de 10 a 20% ao ano e muitas famílias rurais especulavam sobre a expansão desse setor e as possibilidades de criação de empregos diretos e indiretos que ele poderia gerar (Caprio, 1993: 276).

No setor têxtil, a maioria dos empregos recém-criados foi destinada a mulheres de origem modesta, mas com um nível mínimo de instrução. As aldeias que já tinham alguns de seus membros em Porto Príncipe e beneficiavam de acesso a infraestruturas rodoviárias secundárias que as ligavam à capital tornaram-se fontes importantes do êxodo rural, com o desenvolvimento de redes migratórias que atraíam parentes, vizinhos e amigos. No entanto, como o mundo urbano oferecia poucas perspectivas reais de emprego, os antigos moradores rurais muitas vezes prolongavam sua migração interna com uma emigração externa, quando tinham essa possibilidade.

Outro aspecto importante na compreensão estrutural da migração haitiana é a aplicação de programas de ajuste estrutural, sob o signo da desregulamentação e da privatização, que tiveram como efeito, nomeadamente, o questionamento das proteções tarifárias. Isso constituiu, de fato, uma das principais fontes do êxodo para as cidades, especialmente para a capital, onde alimentam a favelização e vivem com suas famílias em condições miseráveis, para depois se dirigirem para outros países do mundo.

Audebert (2012) estima que as perspectivas de futuro no Haiti parecem bastante sombrias para uma parte da população cuja vida cotidiana é difícil. Aqueles que possuem um visto, um passaporte estrangeiro ou parentes na diáspora consideram a emigração como a opção mais provável.

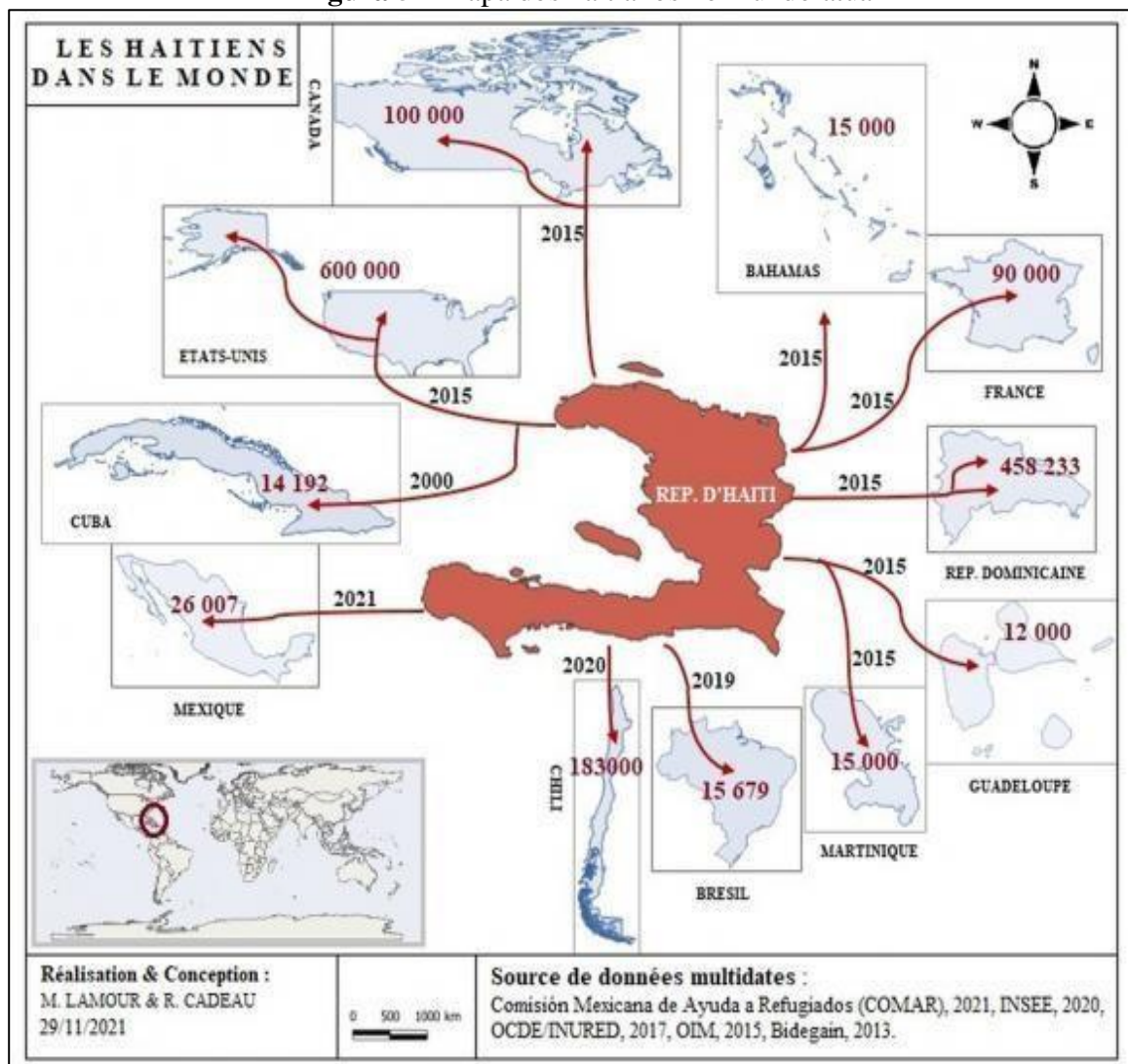
A emigração tem sido frequentemente assimilada no Haiti a uma fuga, uma renúncia, no contexto de uma resposta às enormes restrições internas que os haitianos enfrentam, mas na realidade ela também aparece como uma soma de estratégias individuais complexas de

sobrevivência coletiva, não desprovidas de coragem, abnegação e luta contra as ações do capitalismo em seus efeitos imperialistas. Além disso, na continuidade da função histórica atribuída ao Haiti pelo sistema capitalista ocidental, as restrições externas, que se concretizam no papel econômico e no tratamento legal específico reservado ao trabalhador migrante haitiano, também pesaram fortemente sobre seu destino e sobre a morfologia de sua diáspora.

Foi no contexto dessa dependência econômica histórica que se desenvolveram fluxos migratórios cada vez maiores. Organizados pelo capital norte-americano para os países vizinhos, esses fluxos foram então direcionados para os Estados Unidos durante o período contemporâneo. Nesse sentido, a migração internacional haitiana reproduziu o padrão histórico do Caribe com base na relação entre dependência estrutural e migração (Audebert, 2012, p.50).

Tem-se, assim, a presença de haitianos em diferentes países do mundo (Figura 5).

Figura 5 - Mapa dos haitianos no mundo atual



As condições históricas particulares em que a migração haitiana foi produzida têm como pano de fundo a perda duradoura da esperança da população por um futuro melhor em seu próprio país e o papel atribuído ao país pelo capitalismo ocidental, o que explica esse fenômeno migratório, suas formas particulares e a diversidade de locais de destino, ou seja, sua natureza transnacional. Assim, o Haiti se tornou um centro de migração internacional no Caribe, com o Mar do Caribe se tornando um campo de testes para os haitianos. Como resultado das novas estratégias capitalistas globais impostas pelos Estados Unidos como zonas francas industriais dentro da geografia do capital, o Haiti se tornou um país de emigração devido à expropriação e à proletarianização dos camponeses, uma característica criada pelo capitalismo global como parte da acumulação de capital e durante seus vários estágios na exploração do Haiti.

2.4 As dinâmicas haitianas nas Caraíbas

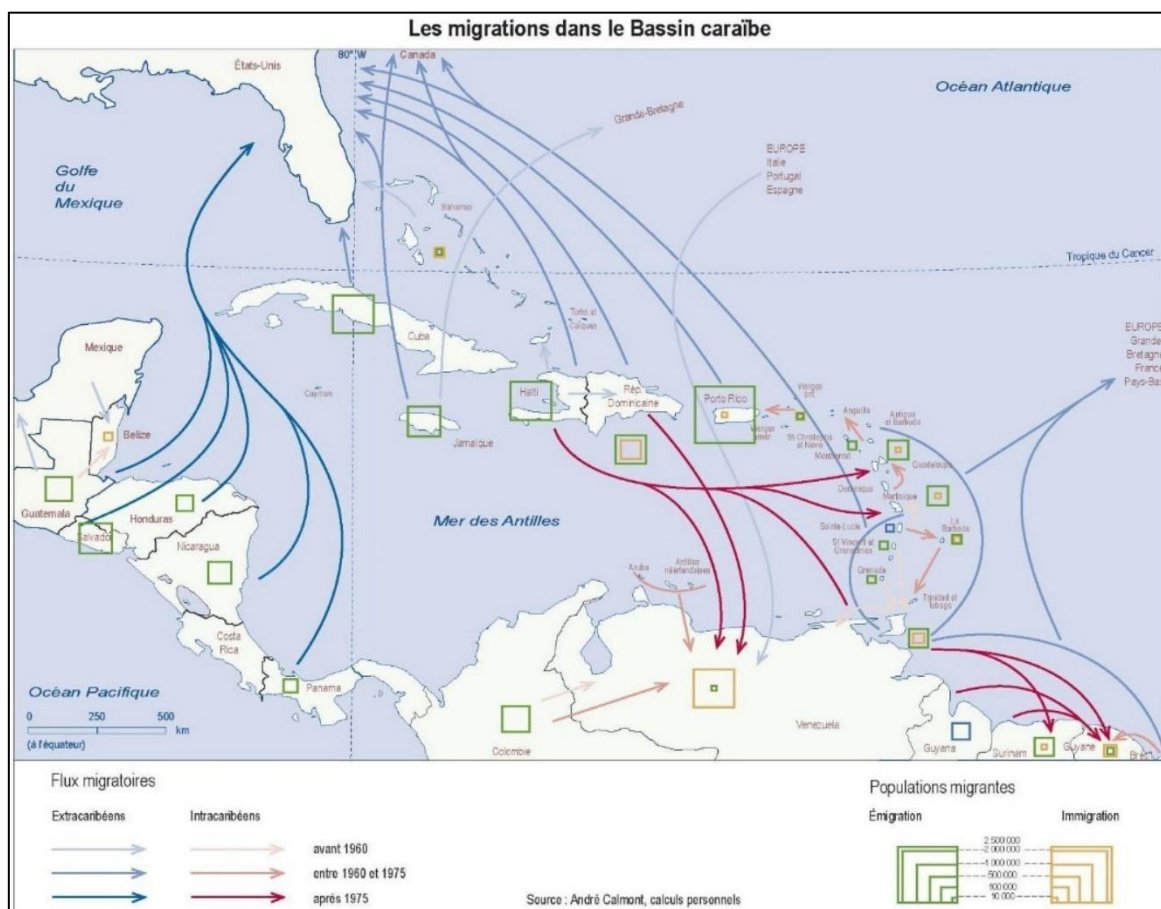
A migração no contexto antilhano está no centro da gênese histórica e das dinâmicas contemporâneas das sociedades caribenhas e, como tal, continua a ser um elemento essencial para compreender o funcionamento atual dessas sociedades (Trouillot, 1992). As raízes históricas do fenômeno são profundas, com uma população de origem essencialmente exógena, baseada em grande parte no tráfico transatlântico de escravos africanos, sob o manto do capitalismo mundial que era colonial/moderno e eurocêntrico (Quijano, 2005), bem como nas migrações de trabalho asiáticas (subcontinente indiano, China do Sul e Java, em particular), africanas e europeias (Audebert, 2021). As migrações caribenhas contemporâneas apresentam uma série de características que lhes conferem uma relativa singularidade.

As sociedades insulares envolvidas, nomeadamente o Haiti, foram construídas a partir da mobilidade, no sentido em que nasceram de movimentos populacionais que, por sua vez, fundamentam a sua identidade coletiva como uma herança, uma perspectiva e um motor da sua dinâmica social atual. Além disso, a construção histórica da bacia caribenha como um “mare nostrum” norte-americano (intervencionismo e expansionismo dos Estados Unidos) teve efeitos diretos sobre a amplitude, a natureza e a orientação dos fluxos migratórios.

Como em outras partes das Américas, e de forma mais ou menos sustentada, as dinâmicas migratórias — forçadas, livres ou sob contrato — têm atuado continuamente na região há cinco séculos, trabalhando profundamente as sociedades insulares e as do entorno da bacia antilhana (Domenach, 2002; Dorigny e Gainot, 2006; Calmont e Audebert, 2007). A intensificação das migrações intra-caribenhas constituiu uma evolução importante do

período pós-escravista e se confirmou ao longo do século XX (Lemoine, 1981; Lundhal, 1982; Marshall, 1979), enquanto o período contemporâneo foi marcado por importantes movimentos populacionais das Antilhas para as sociedades pós-industriais do Norte e, mais recentemente, para o continente sul-americano (Joseph, 2015; Cavalcanti, Oliveira, Tonhati, 2014). Essa inversão da tendência migratória e a entrada na era da emigração sustentável resultaram em uma ampliação do espaço de vida dos caribenhos.

Figura 6 – As migrações na Bacia do Caribe



De acordo com Audebert (2021), existem dois fatores capazes de explicar essa tendência migratória haitiana no mundo caribenho. O primeiro fator explicativo desses fluxos migratórios antilhanos diz respeito ao status institucional de vários territórios antilhanos, caracterizado por uma dependência política em relação às metrópoles com as quais mantêm laços econômicos e migratórios privilegiados. O segundo fator determinante na origem dos fluxos migratórios que explica a presença de importantes comunidades emigradas antilhanas, principalmente na América do Norte, está relacionado ao papel geopolítico e estratégico dos territórios caribenhos no contexto da Guerra Fria durante a

segunda metade do século XX.

Os regimes ditatoriais ou autoritários apoiados por Washington (Duvalier no Haiti, Trujillo e Balaguer na República Dominicana) ou, pelo contrário, aqueles em ruptura com os Estados Unidos (Castro em Cuba, Manley na Jamaica) tiveram efeitos consideráveis no desenvolvimento dos fluxos migratórios na região. No entanto, os cidadãos caribenhos são altamente móveis na região, partindo principalmente dos países mais pobres ou agrários para mercados de alto padrão e com rendimentos mais elevados, como as Bahamas, as Antilhas ou as Ilhas Turcas, e durante o período 2000-2002, os Estados Unidos da América e o Canadá foram os principais destinos desses fluxos, recebendo 64,3% dos haitianos, dos quais uma parte significativa era altamente qualificada (Paul, 2008; Jadotte, 2009). A América Latina e o Caribe representam 25% desses fluxos (Migration DRC, 2007).

Os dados disponíveis mostram que, em 2005, havia mais de 834.000 migrantes haitianos no mundo, ou seja, cerca de 10% da população do Haiti. Desse número, cerca de 131.500 (16%) viviam no Caribe, especialmente na República Dominicana (12%). O Haiti é o terceiro país de origem dos migrantes no Caribe, atrás da República Dominicana e de Cuba. No entanto, o volume real da migração haitiana continua subestimado, ou mesmo desconhecido.

O número de haitianos na República Dominicana, por exemplo, pode ser dez vezes superior ao número estimado (Paul, 2008). É possível que os números reais sejam maiores após o terremoto de 2010, que provocou movimentos massivos dessa população. A migração dos haitianos para os países do Caribe mostra que esse movimento é resultado de dinâmicas de exploração, dependência e marginalização. Devido às políticas neocoloniais, os haitianos se deslocam e servem como mão de obra barata nas economias regionais.

Essas migrações revelam-se tanto um indicador da globalização quanto um elemento constitutivo dessa globalização no mundo americano e caribenho, e esses dois elementos têm efeitos retroativos. Isso justifica a compreensão dos contextos migratórios locais em sua profundidade e no contexto evolutivo global do mundo capitalista, através das mudanças de escala dos espaços de recrutamento de mão de obra pela globalização e pela migração internacional, que são dois conceitos complementares na compreensão da migração haitiana. Além disso, é importante destacar que as diferenças salariais e a divisão regional do trabalho influenciaram o volume e a orientação dos fluxos migratórios intra-caribenhos.

De fato, a emigração tornou-se cada vez mais inevitável no destino do Haiti durante o período contemporâneo, a ponto de a diáspora ser hoje visível em todos os domínios da

vida social haitiana: mudança nos padrões de consumo e na qualidade da habitação das famílias que recebem transferências de dinheiro e bens, surgimento de novos modelos culturais e novas imagens e formas de expressão identitária veiculadas por artistas da diáspora, intensificação do comércio informal de produtos importados, cuja compra é parcialmente financiada com as transferências da diáspora, novas formas de descentralização que se concretizam no surgimento de iniciativas locais de desenvolvimento impostas externamente por associações de migrantes (Audebert, 2012).

2.5 Rumo à implementação de uma estratégia de sobrevivência

De acordo com Audebert (2012), os migrantes haitianos estabelecidos no Caribe enfrentam dificuldades de inserção em mercados de trabalho frequentemente muito competitivos, onde são sistematicamente incorporados na base da escala, em empregos difíceis, mal remunerados e precários. O autor prossegue mostrando que suas condições de vida e moradia, muitas vezes precárias, refletem sua vulnerabilidade econômica e jurídica. Os haitianos são particularmente sujeitos à discriminação em toda a região. Para enfrentar essas múltiplas restrições sociais, estratégias econômicas informais de sobrevivência são imaginadas no âmbito das relações com o país de origem ou com países terceiros, com o objetivo de melhorar suas condições de vida.

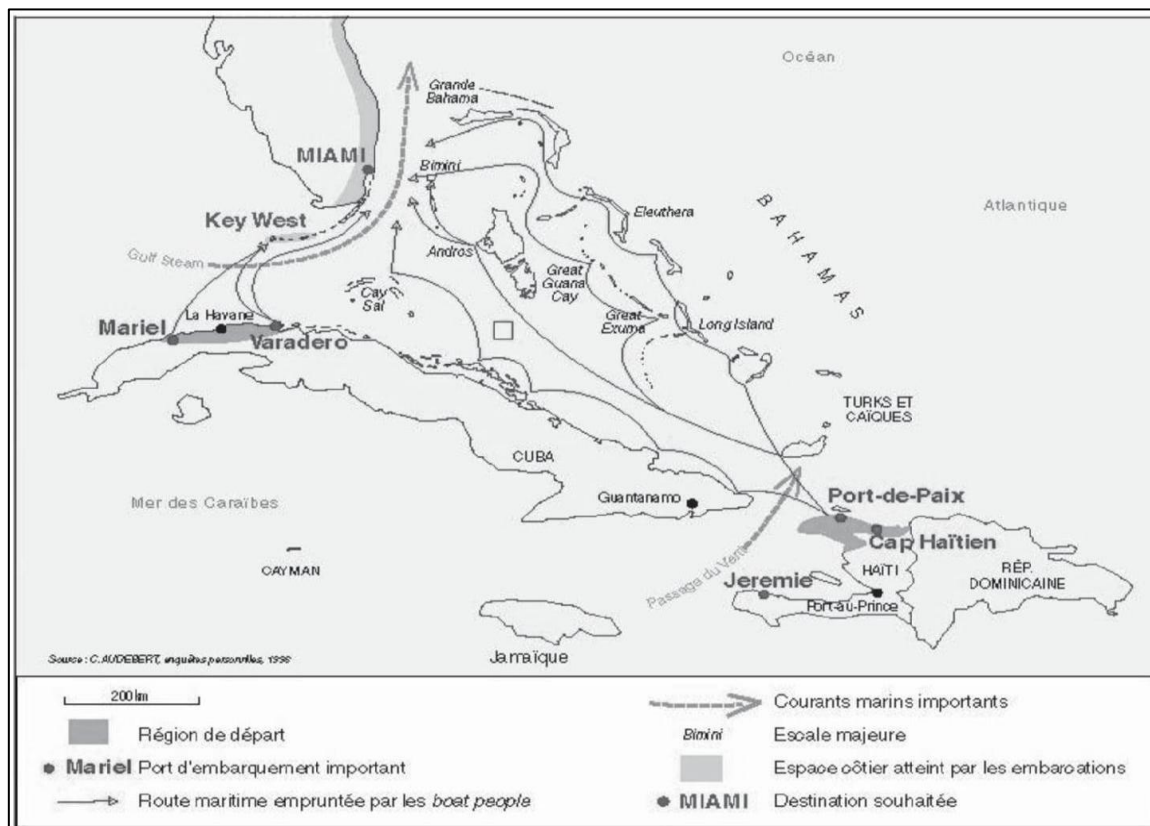
O comércio informal haitiano se internacionalizou, inicialmente aproveitando a diferença de renda com a vizinha República Dominicana, principalmente com a venda de roupas usadas e produtos agrícolas. Com a acumulação de capital, os comerciantes haitianos complexificaram as redes, diversificando seus locais de abastecimento e venda, bem como os produtos comercializados. Os enclaves comerciais com isenção de impostos das Ilhas Cayman, Bahamas, Aruba e Panamá tornaram-se zonas privilegiadas de abastecimento de roupas, produtos e acessórios de beleza, joias, bens eletrônicos e eletrodomésticos. (Audebert, 2012, p. 90).

A implantação e a eficácia das redes circulatórias dos comerciantes haitianos no Caribe são esclarecedoras, pois a circulação foi para essa população uma resposta a situações migratórias incertas, sinônimo de discriminação e relegação. Os trabalhadores clandestinos haitianos são utilizados como mão de obra auxiliar indispensável ao dinamismo da construção civil, da hotelaria e restauração e da agricultura em muitos países da região.

Cédric Audebert (2009) concorda com essa opinião, acrescentando que, devido às condições extremas vividas no país de origem e ao caráter imperioso de uma migração frequentemente caracterizada por um estatuto jurídico precário, as suas condições de

emprego explicam que os seus salários sejam os mais baixos e que sejam os primeiros a ser despedidos em caso de crise.

Figura 7 - Mapa da distribuição dos haitianos no Caribe



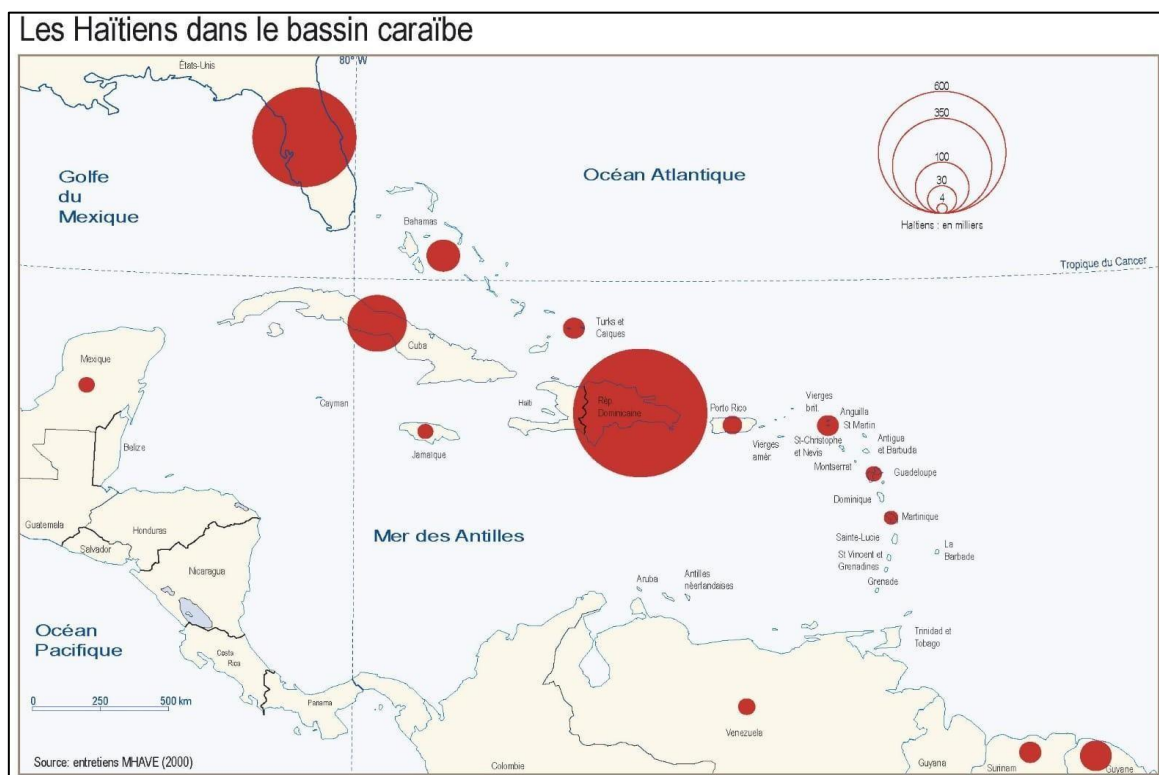
Fonte: Audebert, 2009.

Nesse caso, no entanto, eles usam sua dispersão geográfica como um recurso, contando precisamente com os diferenciais econômicos inerentes à divisão internacional do trabalho mencionada anteriormente. Eles valorizam cada local no Caribe de acordo com o diferencial de padrão de vida ou com as vantagens conferidas por seu status de zona de livre comércio (Audebert, 2009a).

As mercadorias são vendidas no Haiti ou nas áreas onde os migrantes haitianos se estabeleceram, sendo que a escolha do produto e do destino é feita com base no padrão de vida médio - presumivelmente alto - da área em questão e na oportunidade de desenvolvimento local da atividade informal. A comercialização de roupas, acessórios de beleza e produtos turísticos e artesanais é particularmente bem desenvolvida nos mercados das Índias Ocidentais Francesas (Audebert, 2012, p. 92). Portanto, as redes de comércio informal foram desenvolvidas em todo o Caribe em resposta às dificuldades de integração econômica enfrentadas pelos migrantes em seus respectivos contextos sociais.

Entretanto, embora tenham sido concebidas para mitigar os efeitos ambivalentes da divisão internacional do trabalho e da geografia seletiva dos investimentos relacionados, essas redes de globalização de base reproduzem padrões geográficos preexistentes, aproveitando as vantagens logísticas dos centros metropolitanos (Audebert, 2009).

Figura 8 - Haitianos na bacia do Caribe



Fonte: Université des Antilles, les Haïtiens dans le bassin des Antilles AIHP GEODE, 2000.

2.6 A natureza da migração haitiana

A dimensão transnacional da migração nas Caraíbas tem origem no sistema mercantilista triangular que ligava a Europa, África e as Américas. Ela não se manifesta apenas nas duas faces da mesma moeda que foram a emigração europeia e a instalação de milhões de indivíduos nas Américas e, em menor escala, na África, mas também se traduziu em importantes movimentos regionais de populações indígenas e em uma recomposição sem precedentes dos equilíbrios geopolíticos locais: fuga, recuo, deslocamento forçado de populações ameríndias, contração ou expansão de reinos africanos beneficiários ou alvos do tráfico, polarização migratória em torno dos entrepostos e portos (Audebert 2012; 2014).

A crescente interdependência das economias e sociedades que fundamenta o processo de transnacionalismo migratório também se opera no âmbito da regionalização do mundo (Audebert, 2010, 2011): a criação de mercados comuns e a implementação de acordos

multilaterais visando a liberalização do comércio e dos investimentos internacionais redesenharam a geografia econômica do mundo, consagrando um punhado de potências regionais e metrópoles internacionais como centros de comando econômico com forte capacidade polarizadora e organizadores dos fluxos comerciais, organizacionais, financeiros e migratórios em escala regional.

A migração haitiana é uma expansão do espaço transnacional do Haiti. Através dela, o país se estende além de suas fronteiras e amplia sua diáspora física e simbolicamente. Pelas razões já explicadas, novos espaços são incorporados a essa sociedade transnacional, recriando laços entre os locais de origem, trânsito e destino, reconfigurando o mapa da diáspora e, conseqüentemente, o do Haiti.

É importante ressaltar também que o aumento das disparidades socioeconômicas no Haiti e demográficas no mundo ocidental em termos de escassez de mão de obra, bem como a questão da renda, foram determinantes na evolução desse contexto migratório haitiano. e a esta situação acrescentam-se as tensões geopolíticas (endurecimento das medidas fronteiriças dos países de acolhimento históricos), os seus controles sociopolíticos e econômicos e as crises ambientais (ciclones, terremotos) que participaram ativamente na complexificação da geografia dos fluxos migratórios haitianos a partir de 2010.

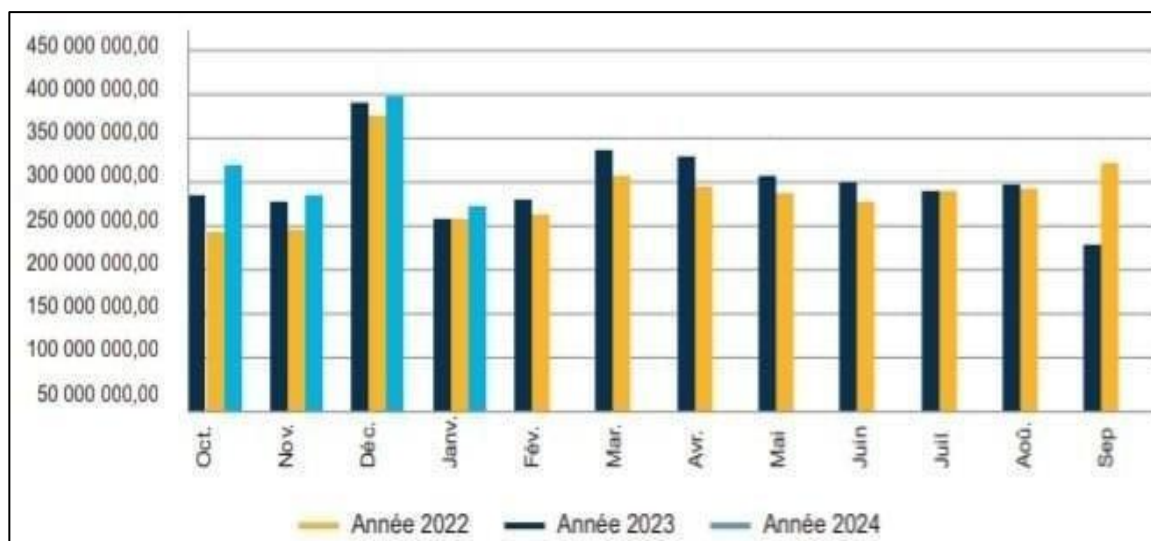
De fato, a transnacionalidade da migração haitiana é de ordem econômica, devido à interpenetração das economias favorecida pela globalização, à manutenção de formas migratórias mais tradicionais e ao surgimento de categorias de migrantes caracterizadas, entre outras coisas, pela fluidez de suas práticas de mobilidade: estudantes internacionais, aposentados, homens e mulheres de negócios, funcionários de empresas multinacionais.

A migração haitiana e seu caráter transnacional se impuseram como atores importantes, embora mais discretos, é uma forma de globalização de baixo para cima (Tarrius 2002), com os madan Sara no mercado caribenho. É também o desenvolvimento de uma relação dos migrantes com o país de origem através da transferência de dinheiro para pagar as despesas de viagem e cuidar dos familiares que ficaram para trás. O migrante haitiano continua sendo o responsável por sua família, apesar de sua ausência. A emigração haitiana é, pela natureza das relações com o Haiti e seus diferentes percursos, uma migração transnacional, e a integração desses migrantes constitui um meio de ampliar esse caráter.

Antes que os migrantes haitianos possam se "proteger" investindo em seu país de origem, eles precisam cumprir obrigações mais urgentes no local. Os migrantes são responsáveis pelo pagamento da educação (taxas escolares, uniformes, materiais escolares) das crianças que deixaram sob os cuidados de outras pessoas e, muitas vezes, também pela educação de

seus sogros - irmãos e irmãs, sobrinhas e sobrinhos. Graças aos fundos enviados pelos migrantes para a educação, quase todas as crianças em idade escolar do vilarejo frequentam a escola, que está proliferando na região. A educação é uma forma de preparar (ou produzir) um pai ou uma mãe para uma futura migração, e o financiamento de suas passagens é outra responsabilidade dos migrantes (Richman, 2005 p.76).

Gráfico 1 - Fluxos de remessas recebidos no Haiti entre 2022-2024



Fonte: BRH, abril de 2024.

Abdemalek Sayad (1998) afirma que a condição de migrante coloca o indivíduo em uma situação em que ele é obrigado a aceitar os trabalhos mais difíceis e menos remunerados. No entanto, a experiência haitiana mostra que essa situação é mais complexa, pois os haitianos reclamam de seus salários e deixam seus empregos para procurar outro devido aos baixos salários, à precariedade e aos maus-tratos no local de trabalho. caso não haja melhora, o migrante haitiano está disposto a deixar o país que considera não ser vantajoso para ele em busca de outro onde espera encontrar melhores condições de vida. Isso explica a realidade migratória dos haitianos que deixam o Brasil para ir ao México com a esperança de entrar nos Estados Unidos atravessando todos os países da América do Sul. Isso refuta a ideia de que os migrantes são passivos diante dos baixos salários ou reféns de empregos menos qualificados e precários.

Além disso, a maioria dos migrantes haitianos no Brasil, por exemplo, não estava em sua primeira viagem ou não veio diretamente do Haiti, alguns já se encontravam fora do território nacional e vieram para a Tríplice Fronteira do Brasil, Colômbia e Peru ou do Brasil, Bolívia e Peru. Quando decidiram viajar, eles viviam principalmente na República Dominicana, no Chile ou no Equador. Além dos países mencionados, outros já haviam

vivido na Guiana Francesa, nos Estados Unidos, nas Bahamas, em Guadalupe, em Grand Turck e em Curaçao, entre outros.

É importante ressaltar que, em algumas ocasiões, eles foram expulsos devido à falta de vistos de residência permanente nesses locais. Essa configuração da mobilidade internacional haitiana, as partidas e saídas não do local de origem, mas de um espaço internacional e transnacional, muda a abordagem dos campos migratórios que se baseava e privilegiava o conhecimento dos fluxos de partidas do local de origem (Handerson 2013).

Diferentes recursos espaciais são utilizados e negociados para constituir o espaço da mobilidade haitiana. Os locais de chegada e partida são múltiplos e diversificados, caracterizando não apenas a multipolaridade das migrações transnacionais com a existência de países que são vistos como de trânsito ou de residência, dependendo da expectativa do migrante, que é um peregrino a serviço do capital em qualquer lugar do mundo e está em busca de melhores condições de vida, ou seja, locais onde sua força de trabalho será melhor remunerada em função do nível de industrialização, conforme formulado por Emmanuel Ma Mung (1992) em seu trabalho sobre os chineses na França. Essa multipolaridade estabelece a “interpolaridade” das relações.

Essas relações físicas (migrações de pessoas), financeiras, comerciais e industriais são estabelecidas e sustentadas por redes de solidariedade familiar e comunitária, interesses econômicos e, muitas vezes, políticos convergentes, daí a transnacionalidade migratória, independentemente de sua integração ou não.

Em suma, a migração haitiana para o Brasil não pode ser reduzida a um simples fenômeno de deslocamento geográfico: trata-se, acima de tudo, de um processo social complexo, que se constrói a partir de experiências individuais, mas se inscreve em lógicas coletivas de solidariedade familiar, reprodução social e estratégia migratória. Essas dinâmicas revelam que a migração não se limita a um ato isolado, mas responde a configurações familiares e comunitárias, nas quais cada partida contribui para sustentar aqueles que permanecem no país, ao mesmo tempo em que prepara o caminho para futuros migrantes.

Muitas famílias haitianas têm mecanismos internos para organizar a mobilidade, geralmente com base em critérios de responsabilidade, gênero, habilidades ou idade. A escolha de quem vai embora, quando e como não é uma questão de acaso. Ela se baseia em uma série de negociações e decisões estratégicas, levando em conta os recursos disponíveis e as perspectivas de sucesso. Como Massey, Alarcón, Durand e González (1987) apontam, esses processos migratórios se baseiam em redes sociais transnacionais, nas quais a

experiência do primeiro migrante se torna um recurso simbólico e material para os que o seguem.

À luz dessas considerações, torna-se essencial passar para uma análise empírica das trajetórias migratórias haitianas observadas no decorrer desta pesquisa. O capítulo seguinte apresentará os dados coletados em campo, destacando a lógica das escolhas migratórias, os perfis sociais dos migrantes, as formas de organização coletiva em torno da migração nos contextos haitiano e brasileiro, as práticas transnacionais e o nível de integração desses migrantes na sociedade.

CAPÍTULO III

A MIGRAÇÃO HAITIANO PARA O BRASIL: o caso de Chapecó

3.1 Contextualização

A migração haitiana é uma expansão do espaço transnacional do Haiti. Através dela, o país se estende além de suas fronteiras e amplia sua diáspora física e simbolicamente. Pelas razões já explicadas, novos espaços são incorporados a essa sociedade transnacional, recriando laços entre os locais de origem, trânsito e destino, reconfigurando o mapa da diáspora e, conseqüentemente, o do Haiti. A migração para o Brasil é, nesse contexto, uma extensão recente desse espaço, uma forma de reunir espaços que antes estavam desconectados.

Assim, a partir de 2010, o Brasil passa a fazer parte do cotidiano das famílias haitianas, seja como espaço de trânsito ou de residência. É preciso situar a onda migratória haitiana para o Brasil, em primeiro lugar, no contexto dos ajustes relacionados ao terremoto de 2010, da política migratória brasileira, pela concessão de vistos humanitários graças à aprovação da lei 13.445/2017, que trata do caso dos migrantes haitianos e potenciais e, finalmente, como uma alternativa, diante das tentativas de entrada nos Estados Unidos, na França e no Canadá, que são destinos prioritários.

Cavalcanti et al. (2015) concordam com essa visão ao constatar a presença de haitianos no Brasil. Para ele, dois dados corroboram a importância desse coletivo. Em primeiro lugar, sua presença numérica. Enquanto no início desta década, pouco mais de duas dúzias de haitianos faziam parte do mercado de trabalho brasileiro, em três anos (entre 2011 e 2013), os haitianos se tornaram a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, ultrapassando os portugueses. Em segundo lugar, há a questão política. Eles são o único grupo de migrantes coberto pela Resolução Normativa CNIg nº 97, de 12 de janeiro de 2012, que “prevê a concessão de vistos permanentes previstos no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a cidadãos haitianos por razões humanitárias”.

É nesse contexto que centenas de haitianos chegaram ao Brasil, pela fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, principalmente na cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, e mais tarde, em 2012, pela fronteira entre o Brasil, Bolívia e Peru, na cidade de Brasília, no estado do Acre. No entanto, é importante ressaltar que, antes desse período, a presença haitiana no Brasil era insignificante. Além disso, em um estudo (Araújo e Oliveira, 2014) destacou que, até 1940, as nacionalidades dos migrantes, cujo número era insignificante, eram identificadas nos censos como “outras”, mas, desde então, todas elas são identificadas, independentemente do seu número. Assim, 16 haitianos foram registrados no Brasil em 1940, 21 em 1950, 159 em 1960, 90 em 1970, 127 em 1980, 141 em 1991,

15 em 2000 e 36 em 2010 (Araújo e Oliveira, 2014). Como se trata de um número pequeno de migrantes em todo o Brasil, essa migração não foi estudada até 2010.

Segundo Fernandes e Faria (2017), nos primeiros meses, o número de entradas não chamou a atenção das autoridades brasileiras e, meses depois, com o aumento do número de pedidos de refúgio, o CONARE encaminhou o caso ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que criou um grupo de trabalho em outubro do mesmo ano. Segundo os autores, os membros do CNIg tinham então a impressão de que se tratava de um fluxo migratório de curta duração para a Guiana Francesa, com o Brasil desempenhando o papel de país de trânsito para outros destinos.

Como já mencionamos, apesar do trânsito para a Guiana Francesa, o Brasil tornou-se, nos anos seguintes, um dos principais destinos da migração haitiana no mundo, reconfigurando o cenário da migração internacional na América Latina. De forma inesperada. O Brasil entrou na rota da diáspora haitiana e teve que responder rapidamente ao movimento que começou no final de 2010 e se intensificou ao longo dos anos” (Fernandes e Faria, 2017, p.146).

3.2 Rotas e redes migratórias

Do ponto de vista etnográfico, a trajetória dos primeiros chegados a Tabatinga que deixaram o Haiti passou pela República Dominicana, com escala no Panamá. Em seguida, seguiram para o Equador, Lima, no Peru, de Lima para Iquitós, de lá para Santa Rosa e para a Tríplice Fronteira. Outros partiram do Haiti, fizeram escala no Panamá e seguiram diretamente para o Peru até a Tríplice Fronteira. Existem também várias rotas e circuitos diferentes, alguns partiram de Porto Príncipe diretamente para Lima, no Peru; de lá, para Iquitós; depois para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros atravessaram o Peru e a Bolívia até a fronteira com o estado do Acre (Costa, 2011; Fernandes, Milesi e Faria, 2012; Silva, 2012).

Para entrar no Brasil, eles tiveram que superar uma série de obstáculos, incluindo a necessidade de obter um visto de entrada, que deveria ser emitido enquanto ainda estavam em seu país de origem. Como a maioria deles já se encontrava na República Dominicana, a solução consistia em procurar outra via de entrada, uma vez que seriam impedidos de entrar nos aeroportos sem a autorização necessária (Silva, 2012, p. 304).

Na migração haitiana para o Brasil, as formas e as rotas estão se diversificando. Ao longo do ano de 2011, as cidades fronteiriças receberam um número crescente de haitianos em busca de refúgio, alegando “fugir do terremoto”. A escolha da rota parece depender das

condições econômicas, do nível de educação, das redes sociais e migratórias e do local de origem (Handerson, Joseph 2015). No entanto, aqueles que chegaram a Manaus nos primeiros meses não permaneceram na cidade, mas viajaram para outros destinos, incluindo a Guiana Francesa (Costa, 2011).

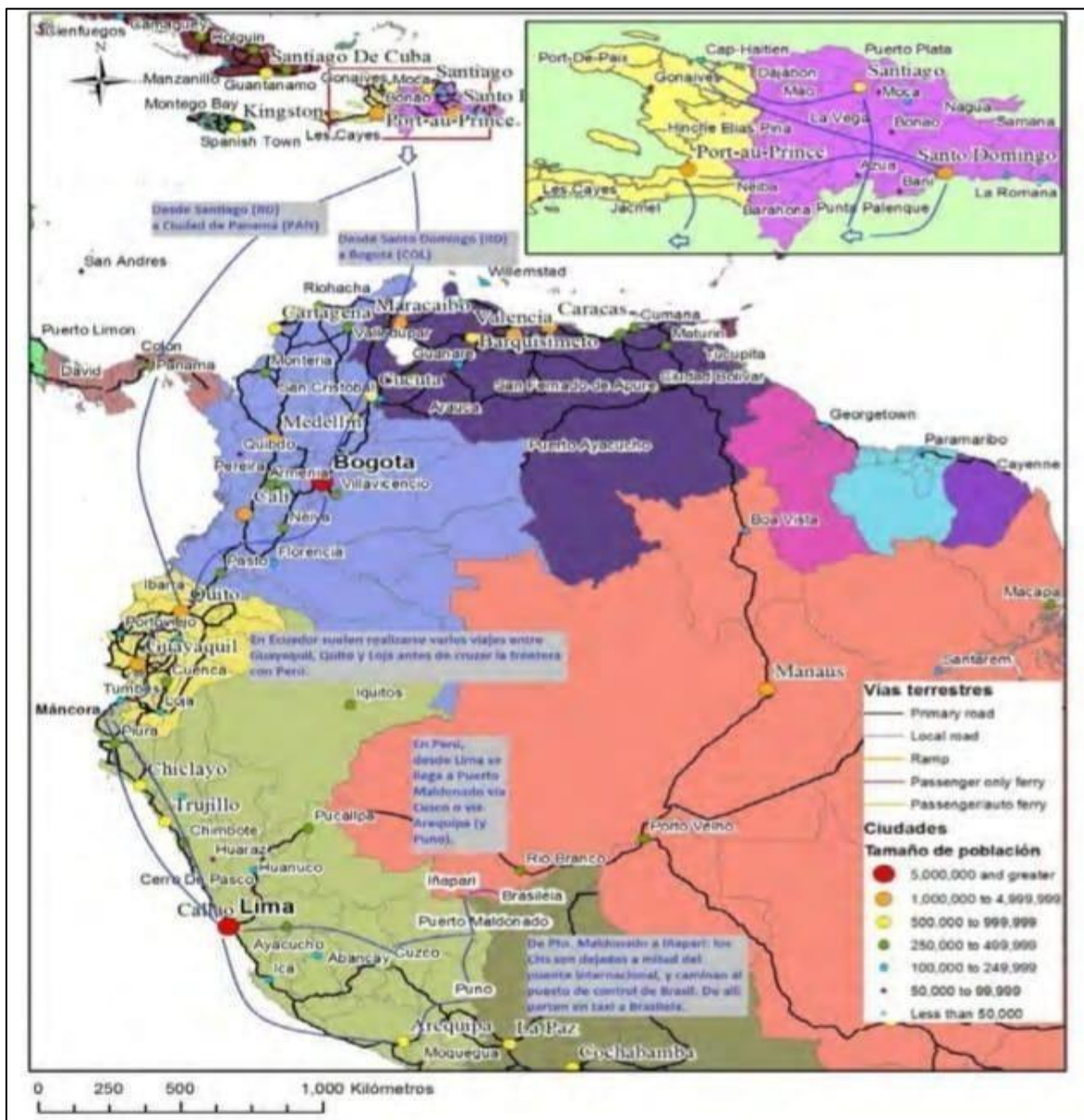
Os imigrantes haitianos chegam a Manaus após uma viagem que pode durar até três meses, nunca menos de um mês. Uma verdadeira via crucis. Uma história marcada pela angústia e pelo sofrimento, pela privação e pela fome, por noites sem dormir em “alojamentos” minúsculos e superlotados. Eles chegam a Manaus exaustos e, na maioria das vezes, sem um centavo no bolso (Costa, 2011. p. 84).

Os haitianos entraram por Tabatinga e seguiram para Manaus em um ritmo crescente até 2012. Nos anos seguintes, a principal porta de entrada da Amazônia passou a ser o Acre. As dificuldades para chegar a Manaus e acessar outros destinos a partir dessa cidade podem explicar a mudança de rotas. Em Manaus, segundo Silva (2016), das mais de 8.000 pessoas que passaram pela cidade, cerca de 1.000 permaneceram, algumas ocupando empregos nos setores da construção civil, comércio e serviços. Outras buscam sobreviver com atividades informais nas ruas, como a venda de alimentos, sorvetes, água e objetos diversos. É assim que a cidade de Acre vai conhecer, por sua vez, a chegada de milhares de migrantes haitianos.

De 2012 até hoje, muitos migrantes chegaram ao Brasil, Mamed e Lima (2016). Alguns desses migrantes estavam sem documentos, o que explica em grande parte o uso de rotas terrestres em vez de rotas aéreas. O número de haitianos que entraram no Acre aumentou até 2014. A partir de 2015, a maioria das chegadas se deu por aeroportos do sul e sudeste do Brasil, como resultado da emissão de vistos humanitários pela embaixada brasileira em Porto Príncipe.

Os haitianos passam pelo Acre e, ao longo dos anos, a fronteira se tornou uma espécie de “rito de passagem” (Cotinguiba e Continguiba, 2016). Evitando o risco de deportação nos aeroportos, milhares deles têm buscado uma alternativa mais longa, mais cara e mais perigosa, dado o abuso e a extorsão que sofreram ao longo do caminho. No entanto, quando chegam ao Brasil, esses imigrantes se deparam com uma situação pouco esperada devido à precariedade dos serviços, à espera de documentos de transporte ou de serem contratados por uma empresa. O caráter temporário e consciente de sua presença marca uma situação de liminaridade. Embora estejam em solo brasileiro, a travessia não está completa, pois dependem de seus documentos e, em muitos casos, de um emprego, para ter mobilidade no Brasil.

Figura 9 -As rotas dos haitianos



Fonte: Vásquez, Busse e Izaguirre, 2015.

A partir daí, pode-se concluir que a migração haitiana para o Brasil é de natureza transnacional, o que se manifesta não apenas nas rotas percorridas pelos migrantes, mas também nas práticas destes mesmo após chegarem ao Brasil, pois o migrante haitiano não se desliga do seu país de origem. Handerson (2015) explica que os haitianos que partem retornam temporariamente ao Haiti, principalmente para reafirmar os laços com a família deixada no Haiti, os amigos e as casas construídas lá, uma relação muito forte com sua família que vai além do envio de dinheiro, objetos e da construção de casas. Handerson (2015) destaca que é uma espécie de dever moral, talvez o principal, enviar alguém para buscar, ajudar a “entrar” alguns dos membros mais próximos da família, bem como ajudar a

obter um visto permanente no país.

Esses verbos em crioulo - *voye chèche*, *voye lajan antre* - são usados para designar as viagens por meios legais e clandestinos, bem como as relações desenvolvidas com aqueles que permaneceram no Haiti. Trata-se de uma atitude de valorização da família, de honra, diante do reconhecimento às famílias e amigos no Haiti. E no caso do Brasil, programas de migração como o Visto Humanitário, do qual a OIM é responsável, e o programa de reunificação familiar proporcionam aos migrantes haitianos no Brasil os meios para trazer suas famílias com eles para o Brasil.

3.3 O transnacionalismo da migração haitiana no Brasil, um conjunto de estratégias de reprodução social e econômica e de sobrevivência

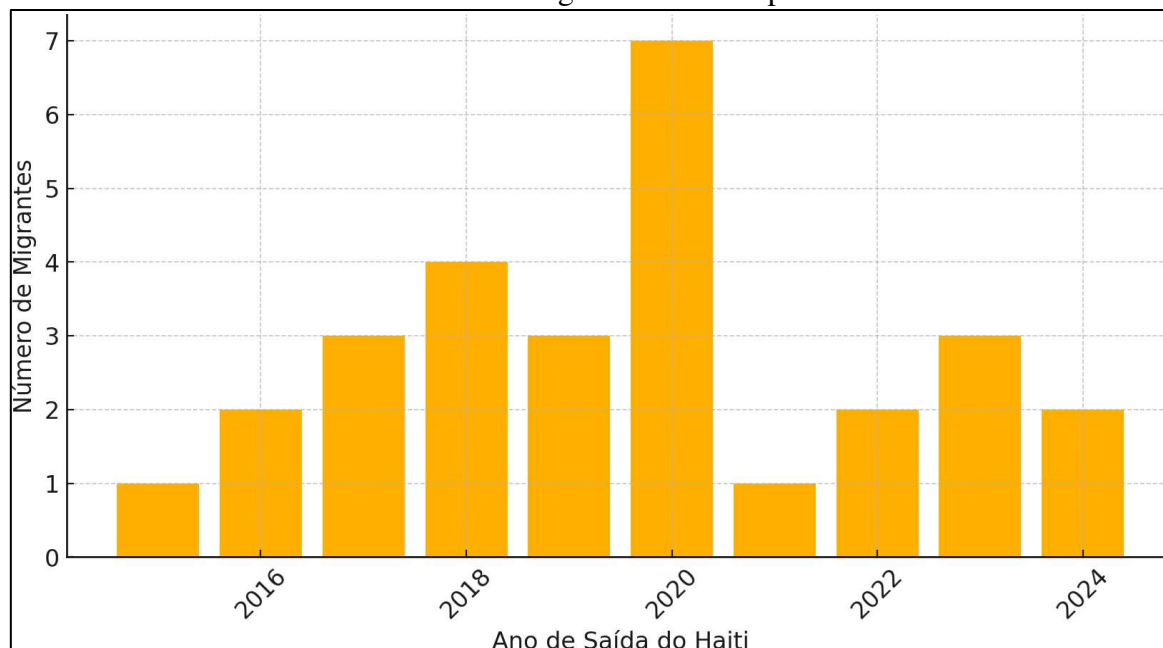
O objetivo perseguido até agora neste trabalho é analisar o alcance das atividades transnacionais dos migrantes haitianos em Chapecó por meio de observações não sistemáticas atualmente existentes e realizar uma avaliação das atividades transnacionais e seu nível de integração desses imigrantes em Chapecó.

É importante notar que, inserida em uma lógica de produção global, a configuração migratória haitiana foi desencadeada e continua até hoje, no contexto da demanda por mão de obra americana, e é constituída por diferentes tipos de fluxos migratórios, incluindo movimentos migratórios, crises humanitárias e ambientais. A migração haitiana corresponde às transformações resultantes da reestruturação do capitalismo no continente americano e no Caribe (Sassen, 2010), da inserção dos países no sistema geopolítico e de suas políticas migratórias (Hammer, 2009) e do papel consequente que esses locais assumem na divisão internacional do trabalho (Santos, 2002). De 2016 a 2024, os migrantes haitianos continuam seu processo de migração e o Brasil, que está nessa linha, continua a sê-lo, o que se explica pelos seguintes dados (Gráfico 2).

Este aumento ao longo do ano de 2020 pode estar relacionado com as condições difíceis no Haiti, tais como instabilidade política, dificuldades econômicas ou crises humanitárias. Eventos como manifestações antigovernamentais ou catástrofes naturais aceleraram o êxodo. A busca por estabilidade econômica e social no Brasil, combinada com a relativa abertura do país aos migrantes haitianos, contribuiu para esse fluxo de migrantes que continua até hoje. No entanto, de acordo com os dados deste gráfico, há uma queda após 2020. Essa queda pode estar relacionada à pandemia da COVID-19, que restringiu as viagens internacionais e afetou economicamente os migrantes em potencial. Além disso, o contexto

global da pandemia pode ter desencorajado a migração por motivos de saúde e incertezas econômicas.

Gráfico 2 – Número de migrantes haitinos por ano de saída



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

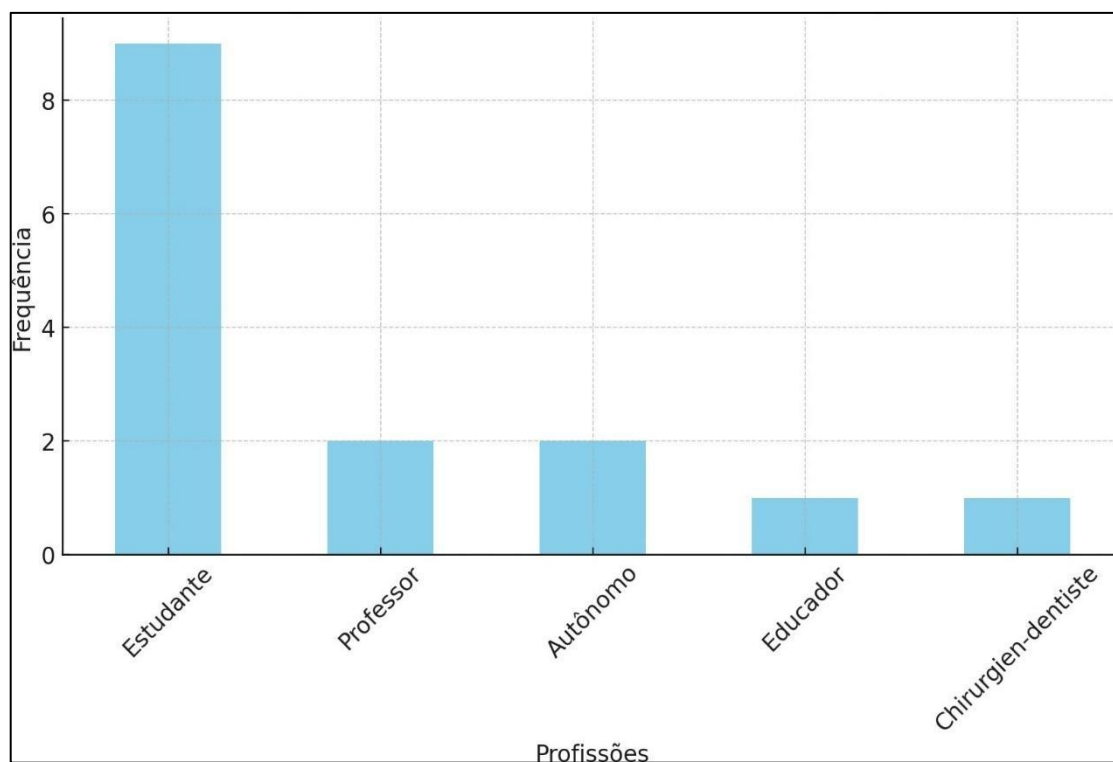
No entanto, sendo uma realidade endêmica e motivo do aumento da crise política no Haiti e suas implicações socioeconômicas, a migração voltou a ser a única alternativa de luta e resistência diante da manifesta vontade de destruição da vida e da liberdade no Haiti, daí a retomada em 2022 e 2024. esse aumento também pode refletir uma recuperação da capacidade migratória, à medida que as restrições foram flexibilizadas e novas oportunidades no Brasil se tornaram viáveis. Também pode indicar que as redes familiares e sociais já estabelecidas no Brasil atraíram novos migrantes.

De fato, a migração haitiana é fortemente influenciada por fatores estruturais no Haiti e pelas condições de acolhimento no Brasil, o pico de 2020 pode ser explicado pelas crises políticas e econômicas agudas que o país do Haiti está enfrentando. A emigração haitiana está configurada em um elemento histórico socialmente construído no país de origem, um elemento constitutivo da migração de crise (Clochard, 2007), que está enraizada em um fenômeno socialmente condicionado que reflete problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários endêmicos e permanentes (Simon, 1995; Clochard, 2007).

A migração haitiana é o reflexo da perda de esperança que a população enfrenta, e particularmente os jovens haitianos migraram em busca de melhores condições econômicas.

As profissões exercidas no Haiti, como professores e trabalhadores independentes, indicam que os migrantes muitas vezes deixaram o país com uma educação e competências profissionais que, infelizmente, são deixadas de lado para integrar outros mercados como mão de obra barata. Por fim, é preciso levar em conta também o alcance transnacional dessa migração, ou seja, a continuidade da migração ao longo dos anos indica a existência de redes migratórias sólidas. Os haitianos que já estavam no Brasil tiveram que ajudar seus familiares e amigos a migrar para se integrarem.

Gráfico 3 – As cinco principais profissões do Haiti antes da migração



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

De acordo com esses dados, o grupo mais importante é constituído por estudantes, o que indica que muitos migrantes eram jovens que já frequentavam a escola ou a universidade, sugerindo que a migração pode estar relacionada à falta de oportunidades educacionais ou econômicas no Haiti, com os jovens em busca de melhores condições de estudo ou trabalho no Brasil. A ênfase nos estudantes também pode indicar uma intenção de formar uma força de trabalho qualificada que, devido à falta de oportunidades no Haiti, busca realizar seu potencial no exterior.

O sistema capitalista global marginaliza economias periféricas como o Haiti. O país, historicamente dependente de importações e exportações controladas pelas grandes

potências, tem dificuldade em desenvolver uma economia nacional diversificada. Isso se reflete nos dados pela predominância de estudantes e trabalhadores autônomos entre os migrantes, o que indica uma falta de empregos formais e uma dependência de estratégias informais de sobrevivência no Haiti.

A presença de professores e educadores destaca que uma proporção significativa dos migrantes tinha experiência e formação acadêmica. A presença desse grupo sugere que houve uma perda de profissionais formados no Haiti, pois essas pessoas estão em busca de melhores condições de trabalho e desenvolvimento profissional no Brasil. A presença significativa de professores, educadores e profissionais qualificados entre os migrantes está relacionada à falta de infraestrutura educacional e econômica, um resultado direto do subdesenvolvimento promovido pelas políticas neoliberais globais no Haiti. Muitos haitianos qualificados deixam o país porque não encontram um mercado de trabalho adequado ou reconhecimento, o que reflete uma característica do capitalismo que valoriza o trabalho nos países centrais, enquanto negligencia as economias periféricas.

A presença de trabalhadores independentes entre as profissões indica que muitos migrantes já estavam acostumados a trabalhar por conta própria, o que reflete as dificuldades do emprego formal no Haiti. Isso sugere que essas pessoas tinham espírito empreendedor ou a necessidade de se adaptar às condições econômicas locais antes de emigrar. No entanto, o capitalismo, frequentemente associado à intervenção estrangeira no Haiti, agravou as crises políticas e econômicas e serviu como barreira a qualquer forma de emancipação econômica. Do embargo econômico às intervenções recentes, a instabilidade social e política do país foi reforçada pela exploração capitalista do Haiti e, como consequência, pela migração em massa de jovens.

Essas crises geram desigualdades socioeconômicas extremas, que são uma das principais causas da migração de pessoas de diversas profissões. No contexto do capitalismo global, a migração internacional é muitas vezes a única saída para as pessoas que vivem em países periféricos como o Haiti. O sistema cria uma desigualdade de oportunidades dentro de um mesmo país e entre países, o que leva as pessoas a buscar melhores condições de vida em países com economias mais fortes.

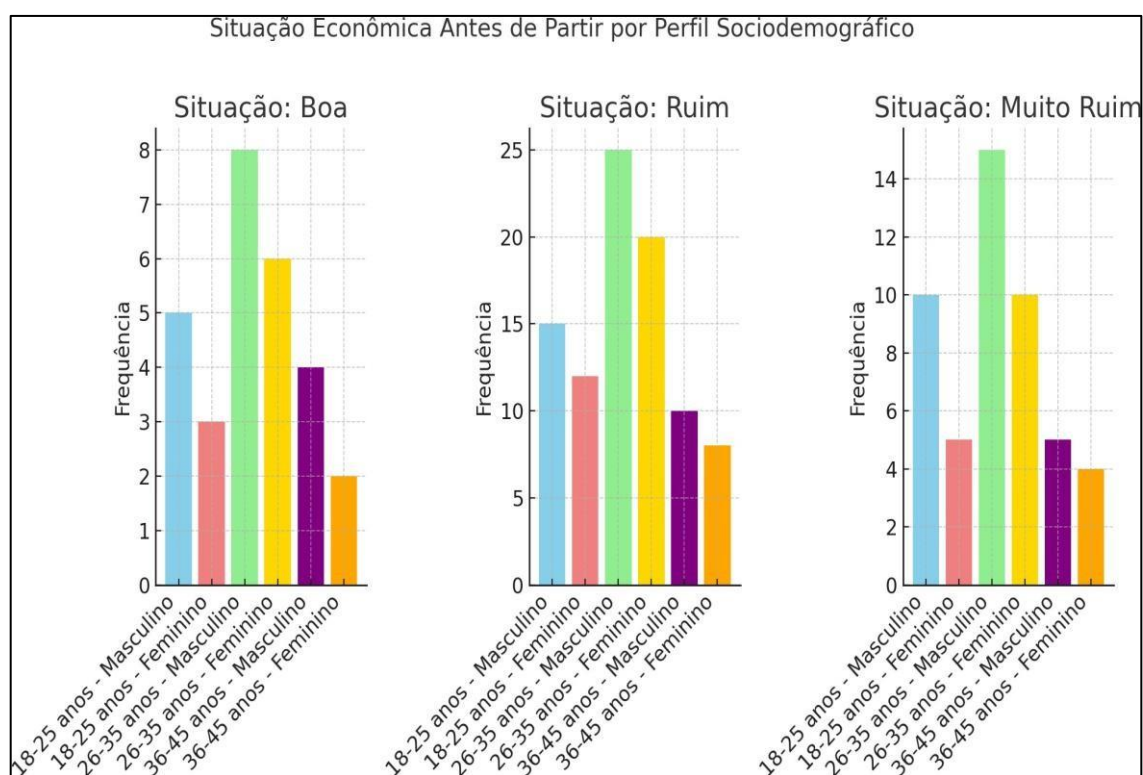
Para Covarrubias (2010), o desenvolvimento do capitalismo no Haiti é resultado do comércio colonial, das revoltas de escravos, da independência e da marginalização do país, criando hierarquias e classes no Haiti, elementos da apropriação pelo capital da mobilidade internacional da mão de obra haitiana. O Haiti permanece ligado a uma rede de múltiplas dependências, a um conjunto de relações de dominação cujo motor é o capitalismo em escala

mundial (Grodin, 1985, p. 87).

A migração haitiana é, de fato, uma solução para os problemas da mão de obra americana e permite que o sistema se equilibre e se reinvente em períodos de crise. Além disso, é preciso levar em conta a criação de instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC), diferentes estruturas que freiam o desenvolvimento nos países dominados, cuja organização econômica é orientada para os lucros dos países dominantes e, conseqüentemente, leva à deterioração da vida e à necessidade de migrar para outros espaços melhor posicionados na escala capitalista ou para outros espaços periféricos capitalistas.

A migração haitiana para o Brasil e para Chapecó, em particular, segue a lógica dessa busca por vida e liberdade. Assim, em nossa pesquisa para entender melhor essa situação e aqueles que explicam o desejo de migrar dos jovens haitianos, é importante observar a situação econômica dos migrantes antes de deixarem o país.

Gráfico 4 – Situação econômica antes de partir do perfil socioeconômico



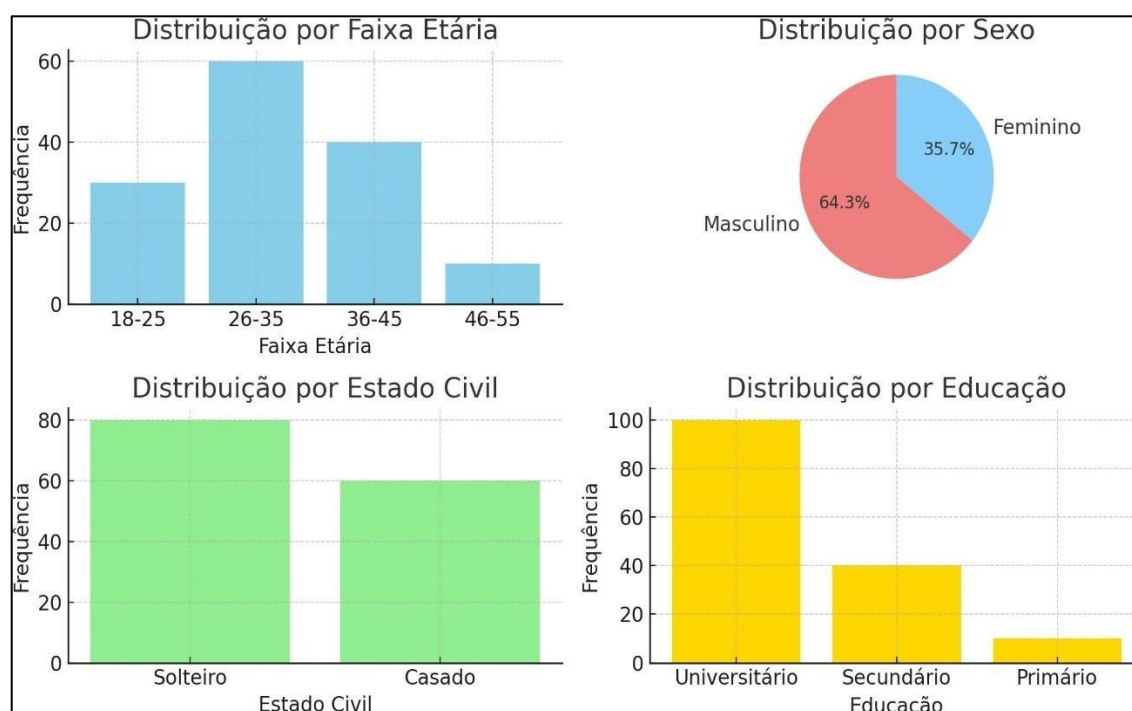
Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Esses dados nos mostram que a migração haitiana é uma consequência direta das crises estruturais interconectadas e das consequências das ações dos capitalistas nacionais e internacionais, bem como das crises políticas, econômicas e ambientais em curso. De fato, a busca por melhores condições de vida no Brasil reflete não apenas as limitações encontradas

no Haiti, mas também o desejo de reconstruir uma vida digna em um contexto de esperança e resiliência.

O gráfico 5 apresenta informações a respeito do perfil demográfico dos migrantes haitianos. Com base nos dados analisados, pudemos observar que a maioria dos migrantes se situa na faixa etária de 26 a 35 anos, seguida pela faixa de 36 a 45 anos e pela faixa de 18 a 25 anos. em seguida, a proporção de homens migrantes é maior (cerca de 64%) do que a de mulheres (36%), além disso, a maioria é solteira, embora haja uma proporção significativa de pessoas casadas e, finalmente, a grande maioria possui diploma universitário, uma proporção menor segue o ensino médio e uma proporção mínima o ensino fundamental.

Gráfico 5 – Perfil demográfico dos migrantes haitianos



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Esses dados sobre os perfis sociodemográficos dos migrantes permitem observar, de 2016 a 2024, uma informação relevante entre os migrantes haitianos em Chapecó, que é clássica da migração de crise: um volume significativo de homens, jovens, solteiros e em idade produtiva, que se colocam à disposição do capital. Este fenómeno que ocorre no Haiti é compreendido no contexto da globalização, em que os haitianos são obrigados a emigrar para outros países devido às crescentes desigualdades que reinam tanto no país como a nível global, à falta de segurança, o elevado desemprego, a falta de acesso à saúde e à liberdade, são fatores que influenciam a decisão de migrar (Martin, 2004).

Essa emigração de jovens também é compreendida no contexto das desigualdades sociais que existem no Haiti, essas desigualdades são o processo pelo qual surgem situações de diferenciação social, associadas principalmente a questões econômicas e que tendem a reduzir a condição humana (Marx, Engels, 2000). Segundo Salgado (2010), essas desigualdades são sociais na medida em que considera essa diferenciação como um produto da interação entre os sujeitos sociais, diante da desigualdade de oportunidades que culmina no país e do acaparamento de oportunidades por um pequeno grupo de privilegiados no nível micro e pelo grande capitalismo no nível macro. Essa análise baseou-se na declaração deste jovem chamado Lubin durante as entrevistas.

O país não dá oportunidades aos jovens. Se eu não tivesse deixado o país hoje, não saberia onde estaria. Ir para a universidade depois dos meus estudos clássicos seria uma grande perda para os meus pais, pois as possibilidades de encontrar um emprego depois eram quase inexistentes (hoje, com a crise humanitária e de segurança que o país atravessa, isso se tornou ainda pior), então preferi que eles fizessem um único investimento, me mandassem viajar e vir para o Brasil, hoje sou útil para eles, o que não seria possível se tivesse ficado no Haiti. Aliás, tenho amigos que não decidiram deixar o país, preferiram pagar a universidade, que não lhes serve para nada, porque não podem trabalhar e continuam à mercê dos pais (Lubin, 28 anos).

A situação descrita por este jovem é a realidade de um país que não cria oportunidades para seus cidadãos, que são formados apenas para estar disponíveis para o capital, onde ele é necessário. Ela é caracterizada por decisões políticas que vão contra a mobilidade das massas, mas que também são impostas pelas instituições econômicas capitalistas mais influentes do planeta, compostas por empresas transnacionais, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, por meio de suas decisões e políticas de ajuste estrutural (Eddy Lucien, 2015) que, em seguida, procede à proletarianização dos jovens, transformando-os em uma arma de mão de obra (Harvey, 1983) disponível a serviço do capital, de acordo com seu papel de fornecedor de mão de obra designado pelo capitalismo americano em seu processo de acumulação de riqueza.

Instituições como o FMI e o Banco Mundial impuseram políticas neoliberais ao Haiti, como a redução dos subsídios agrícolas e a abertura dos mercados. Essas políticas destruíram os setores produtivos locais, como a agricultura, tornando o país dependente de importações de alimentos (como o arroz proveniente dos Estados Unidos). O contexto de emigração desses jovens também pode ser explicado pelo discurso desta jovem que explica.

Tenho um irmão que estudou agronomia no Haiti e não quis deixar o país,

embora nossa família quisesse, mas ele preferiu ir para a universidade e, até agora, não consegue encontrar emprego. É um país onde, independentemente dos seus esforços, você não pode ser útil se não tiver contatos para ajudá-lo a encontrar um emprego ou partir para o exterior (Samantha, 26 anos).

A migração haitiana está historicamente ligada à busca por liberdade e vida (Audebert, 2012) e continua sendo hoje um meio para o capitalismo encontrar mão de obra. Grande parte da economia haitiana depende das remessas feitas por migrantes que trabalham em países desenvolvidos. Essa situação é sintomática de um sistema em que o capital humano do país é exportado devido à falta de oportunidades a nível nacional e para que o migrante haitiano possa encontrar meios de sobrevivência para si e sua família, às vezes isso exige a venda de parte de seus bens.

Mudar-se para o Brasil não foi uma decisão fácil de tomar. Minha família teve que pensar muito sobre isso. Para conseguir o dinheiro necessário para a viagem, tivemos que vender uma propriedade que a família possuía. Esse dinheiro foi usado para fazer meu passaporte, obter meu visto e pagar minha passagem aérea para vir para o Brasil, pois minha família passou por uma situação de crise econômica e não sabíamos como sair dela, e o país estava ficando cada vez pior, de 2016 até hoje, meu irmão mais novo veio para cá e, por sua vez, vai se virar para trazer nossa irmã mais nova (Françoise, 33 anos).

Diante das dinâmicas socioespaciais que estruturam a sociedade haitiana contemporânea, os fluxos migratórios atuais não podem ser interpretados como um simples movimento de exílio, mas como uma reação espacial a uma territorialidade que se tornou inviável. É crucial compreender que o território haitiano não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido, marcado por assimetrias de poder e uma crescente desapropriação dos meios de subsistência.

A migração, nesse contexto, torna-se uma recomposição voluntária das relações com o espaço, uma forma de os indivíduos se livrarem de um território que se tornou restritivo, sufocante e até hostil. Migrar torna-se, então, um ato espacial de resistência, uma rejeição do poder estatal falho e uma tentativa de reinscrição em outro espaço que ofereça direitos e possibilidades.

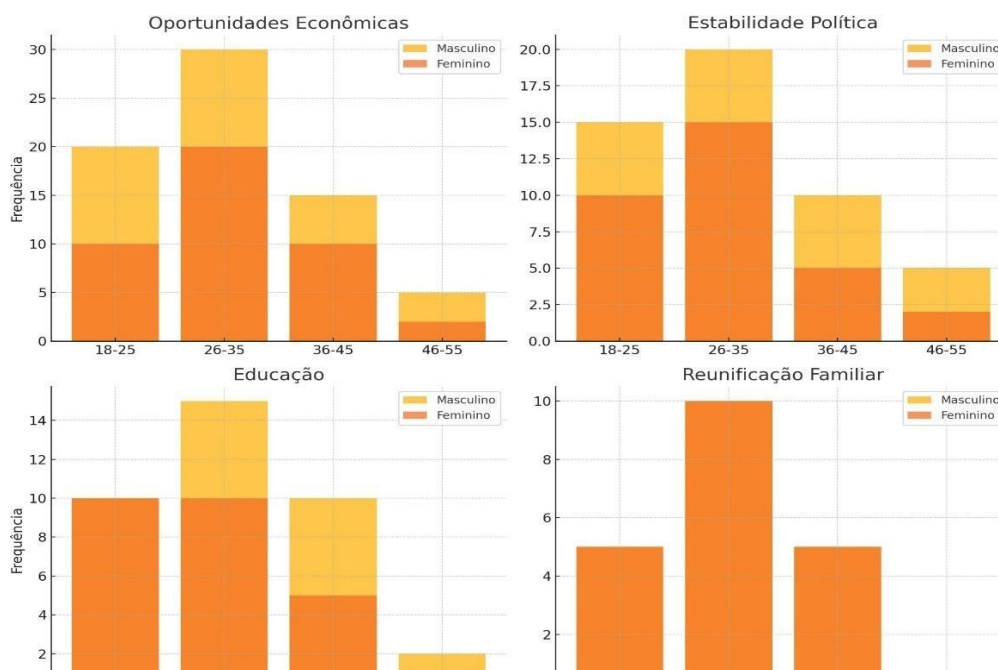
Ao deixar o Haiti, os migrantes não estão simplesmente fugindo de um lugar; eles estão reconfigurando sua relação com o território, inscrevendo sua trajetória em uma lógica de mobilidade forçada, mas significativa. Eles deixam um espaço onde são marginalizados para tentar chegar a territórios de reconhecimento, onde o acesso a recursos, segurança e cidadania, por mais limitado que seja, representa uma forma de reabilitação espacial e social.

Essa migração também se insere em uma lógica transnacional, em que o deslocamento individual está intimamente ligado à sobrevivência coletiva. De fato, os migrantes haitianos, ao se projetarem em outros espaços, muitas vezes perseguem um duplo objetivo: reconstruir-se em outro lugar e, ao mesmo tempo, apoiar aqueles que permaneceram no país. Por meio de transferências financeiras, ajudas pontuais ou projetos comunitários à distância, eles participam ativamente da reprodução social de suas famílias, bem como das redes afetivas e econômicas transfronteiriças.

Essa relação com o espaço torna-se, portanto, multipolar, articulando o “lá” e o “aqui”, em uma territorialidade em expansão onde o migrante atua como ponte entre vários mundos. A partir daí, a migração haitiana não pode ser reduzida a uma simples fuga geográfica: ela encarna uma mobilidade geopolítica e social complexa, na interseção entre exílio, resistência e transnacionalismo.

Esse processo de desterritorialização/reterritorialização e multiterritorialização assemelha-se a uma estratégia de reapropriação do espaço social, numa perspectiva em que o indivíduo se torna ator de seu próprio itinerário. Ele não mais sofre passivamente o confinamento territorial, mas usa a mobilidade como uma forma de espacialização do direito de existir. Nesse sentido, as trajetórias migratórias haitianas encarnam uma geografia da dignidade, uma tentativa de reinscrição em territórios de futuro diante do colapso dos territórios do cotidiano.

Gráfico 6 – Motivos da migração



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Os gráficos acima mostram a distribuição dos motivos de migração por faixa etária e por sexo. O motivo econômico é o mais forte entre homens e mulheres com idades entre 26 e 35 anos, sendo que a proporção de mulheres por esse motivo é ligeiramente inferior à dos homens em todas as faixas etárias. No que diz respeito à busca por estabilidade e segurança política, os homens e as mulheres com idades entre 26 e 35 anos lideram essa categoria. A diferença entre os sexos é menor do que para outros motivos, por exemplo, para motivos relacionados à educação: homens e mulheres dos grupos etários mais jovens (18-25 anos) estão muito presentes. A motivação diminui nos grupos mais velhos. E, finalmente, no que diz respeito ao reagrupamento familiar, este motivo é menos frequente, mas é relativamente constante entre homens e mulheres na faixa etária dos 18 aos 35 anos.

A realidade socioeconômica e política é caracterizada por crises crônicas, com altas taxas de desemprego e subemprego, bem como infraestruturas limitadas que impedem o desenvolvimento de empresas e empregos formais. A situação de pobreza no Haiti é muito difundida e muitos haitianos buscam melhores condições de vida no exterior. A predominância de jovens adultos (26-35 anos) que migram em busca de oportunidades econômicas reflete a busca por empregos e renda em outros países, como o Brasil, onde setores como construção, agricultura e empresas de terceirização costumam absorver os imigrantes haitianos.

A maior presença masculina está de acordo com as expectativas culturais haitianas, segundo as quais os homens assumem o papel de provedores financeiros, especialmente em contextos de dificuldades econômicas.

Além disso, sabe-se que há um efeito retroativo entre os problemas econômicos, sociais e a instabilidade política, esta última permanente e crônica no Haiti, que se manifesta por meio de mudanças frequentes de governo, corrupção, manifestações e violência política. Esses fatores geram insegurança para a população. Essa instabilidade também afeta o funcionamento das instituições públicas e o acesso a serviços básicos, como saúde, segurança e educação.

Em relação aos dados, os migrantes em busca de estabilidade política, concentrados na faixa etária de 26 a 35 anos, podem indicar que essa população busca escapar da violência e da incerteza política. Essas tensões políticas estão frequentemente ligadas à interferência internacional (Seintenfus, 2015) que pretende impor aos países chefes de Estado capazes de aplicar a sua política neoliberal (Chomsky, 2021). Os jovens adultos, que são frequentemente os mais afetados pelos conflitos e crises políticas, migram para países politicamente mais estáveis, como o Brasil.

Desde o período colonial, o capitalismo mundial se estruturou em torno de uma divisão espacial hierarquizada do trabalho, baseada na oposição entre centros e periferias. Essa organização, iniciada pelo modelo metrópole/colônia, visava otimizar a extração de recursos naturais nos territórios dominados e garantir a comercialização de produtos manufaturados em mercados cativos. Essa lógica se perpetuou e se transformou com o capitalismo globalizado contemporâneo, onde a divisão internacional do trabalho constitui um dos pilares fundamentais da acumulação capitalista.

O Haiti, historicamente integrado neste sistema como território periférico, permanece hoje fortemente dependente das dinâmicas econômicas mundiais, sem controlar suas alavancas. O país ilustra perfeitamente os efeitos da reestruturação flexível do capital, em que as grandes potências econômicas, por meio de multinacionais ou acordos bilaterais, terceirizam sua produção e deslocam os fluxos de mão de obra de acordo com suas necessidades.

Nesse contexto, a migração haitiana para o Brasil, especialmente a partir de 2010, é um exemplo emblemático dessa lógica de exploração transnacional. O Brasil, então em pleno crescimento, precisava de mão de obra pouco qualificada nos setores da construção, da agroindústria e dos serviços urbanos. Os migrantes haitianos, empurrados pela crise socioeconômica e pelo colapso do Estado haitiano, tornaram-se então uma mão de obra flexível, barata e disponível, respondendo perfeitamente às exigências do capital brasileiro.

Essa migração não se explica, portanto, apenas por causas internas ao Haiti, mas pela inserção do país em um sistema-mundo onde as periferias “exportam” sua força de trabalho para atender às necessidades de reprodução do capital nas semiperiferias ou nos centros. Assistimos assim a uma mobilidade forçada do trabalho, em que o indivíduo se torna uma engrenagem intercambiável nas cadeias globais de valor, sem proteção social real nem estabilidade.

Este fenômeno destaca a forma como o capitalismo globalizado organiza o espaço mundial de forma assimétrica, adaptando a circulação dos trabalhadores às necessidades flutuantes dos mercados, mantendo ao mesmo tempo as periferias num estado de dependência estrutural. A migração haitiana para o Brasil, longe de ser uma simples busca por oportunidades, aparece então como um efeito direto da lógica extrativista e utilitarista do capitalismo mundial, que mobiliza corpos e recursos humanos em função das zonas de oportunidade e exploração.

Harvey (2010), em *A Geografia do Capital*, nos permite compreender essa vontade manifesta dos haitianos de migrar para outros países, ele explica que a realidade capitalista

dá origem a uma relação assimétrica de troca entre países dominantes e países dominados, essa relação garante a manutenção do subdesenvolvimento de certos espaços que são considerados reservas de mão de obra e permitem o escoamento dos excedentes e o confinamento da desvalorização de ativos nesses espaços.

Essa situação leva aqueles que vivem na periferia do mundo globalizado a quererem migrar para o centro, a fim de encontrar melhores condições de vida, onde a exploração é menos exagerada e o valor da força de trabalho é mais valorizado, em outro nível do capitalismo, e continua na precarização do trabalho. Essa explicação de Harvey encontra sua materialização no discurso de Patrick, que mora em Chapecó desde 2018.

A emigração surgiu como uma nova alternativa para reconstruir minha vida. Discuti esse novo projeto com os membros da minha família. Na verdade, usei meus próprios recursos para preparar a viagem. Renovei meu passaporte. Também comprei meu visto em uma agência de viagens. Os outros membros da minha família me ajudaram a completar os fundos necessários para a viagem. Meu irmão mais velho, que mora nos Estados Unidos, me enviou roupas novas. Meu pai, que mora nos Estados Unidos, também me enviou dinheiro para a passagem aérea (Patrick, homem, 30 anos, motorista de táxi).

De fato, essa afirmação se encontra na forma de organização do mundo explicada por Harvey. Essa organização permite uma melhor circulação do capital e também uma subdivisão desigual do espaço mundial em diferentes escalas (cidade, campo, hierarquia urbana, países dominantes e desenvolvidos e países dominados e subdesenvolvidos).

Harvey (2008), em *A geografia da dominação*, menciona que o capitalismo se alimenta dessas desigualdades para garantir o papel específico de cada espaço na produção de capital, mas também para uma melhor acumulação de lucros por meio da terceirização, da substituição da mão de obra muito cara ou idosa, sem esquecer a concorrência entre os trabalhadores por meio da migração, crises, valorização de ativos e produção de espaços desiguais, alguns não são valorizados (terceirização, migrações, precarização do trabalho) para que outros concentrem cada vez mais riqueza.

Somos jovens em nosso país, com todas as nossas forças, mas não conseguimos encontrar trabalho. Além da insegurança em nossas vidas, não há vida no Haiti. Aqui, você encontrará trabalho para fazer de qualquer maneira, para seu benefício e o da família que você deixou no Haiti. Eles não precisam de nós no Haiti, nós vamos para onde eles precisam de nós (Rebeca, 33 anos, trabalhadora da Aurora).

A partir dessa declaração, podemos tentar compreender o papel atribuído ao Haiti, que é fornecer mão de obra para toda a América por meio de uma proletarização desenfreada

e da criação de zonas francas industriais disponíveis para subcontratação. Em relação aos dados desses gráficos, a predominância de mulheres na faixa etária de 26 a 35 anos que buscam se educar pode estar relacionada às aspirações de melhorar suas condições de vida e seu status social, querendo escapar dessa redução que lhes é imposta pelo capital trabalhista na produção das grandes empresas.

Esses dados mostram que os haitianos que migram para o Brasil refletem não apenas a busca por melhores condições econômicas, mas também a fuga de um contexto de insegurança e falta de oportunidades no Haiti. A interseção das crises sociais, políticas e econômicas alimenta uma migração multifacetada. Santos (2011) explica que a internacionalização do sistema capitalista, ou seja, a onipresença do sistema financeiro e seu impacto em todo o mundo, é a produção de mais perversidade e desigualdades manifestadas pelo estado crônico de desemprego, o aumento da pobreza e a perda de qualidade de vida da classe média, além da migração da população dos países perdedores da globalização capitalista.

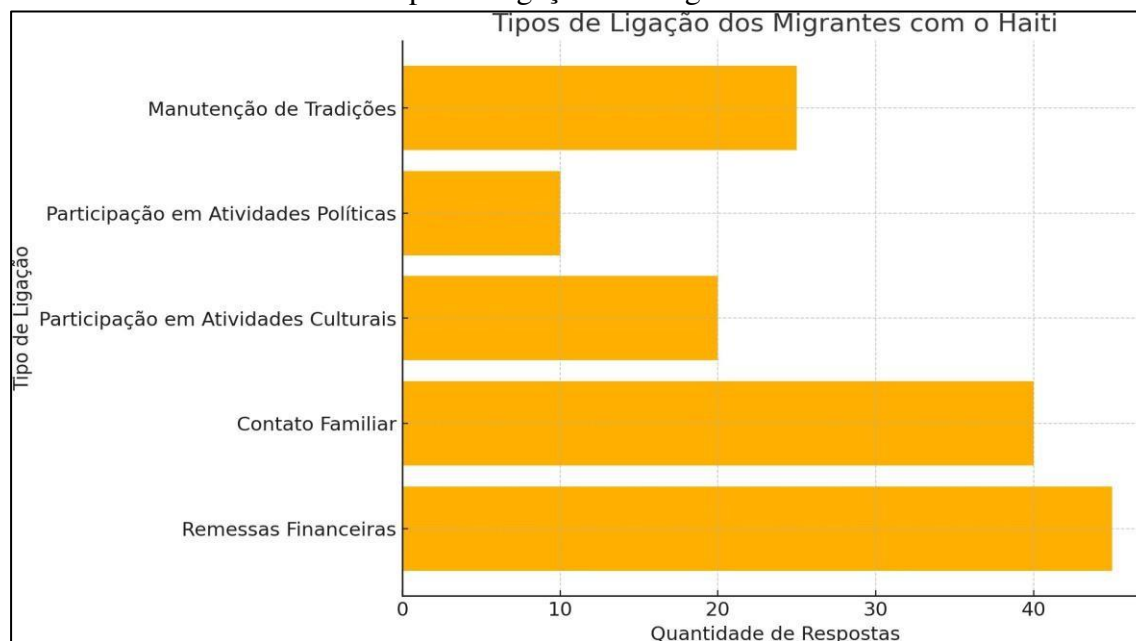
3.4 Práticas econômicas transnacionais: transferências de dinheiro como estratégia de sobrevivência e reprodução

Com base no material empírico de nossa pesquisa, vimos que as atividades transnacionais dos haitianos são prova de sua multiterritorialidade e existência dupla. Nesta seção, nossa análise se concentra nos fatores econômicos e culturais que condicionam a criação e a reprodução das atividades transnacionais e a territorialidade dos migrantes. Apesar da dificuldade de dividir a realidade dessa forma e da permeabilidade dessas esferas, quisemos nos dar os meios para ver todas essas atividades surgirem. Esta pesquisa reflete a preocupação de avançar em direção à descrição (Berthomière e Hily, 2006: 72) e visa mostrar a realidade social das atividades transnacionais em uma base comparativa, considerando essas práticas como alavancas para a afirmação da identidade.

A contestação de um enfoque exclusivo baseado na relação entre esses imigrantes e seus países de origem é característica da perspectiva transnacionalista, que pode ser explicada levando-se em conta os vínculos e as atividades desenvolvidas pelos migrantes com seus países de origem, uma vez que esses fluxos migratórios recentes são caracterizados por uma grande riqueza de vínculos transnacionais, justamente por causa da relevância ainda muito forte para os

emigrantes das questões ligadas ao país de origem, dos vínculos entre esses imigrantes e seus países de origem e dos vínculos entre os países de origem e os próprios migrantes.

Gráfico 7 – Tipos de ligação dos migrantes com o Haiti



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

O desenvolvimento de atividades transnacionais pode ser uma resposta à incerteza da integração dos imigrantes em seu novo país (Portes, 1997), mas também parece que a precariedade excessiva é paralisante, especialmente quando associada aos escassos recursos pessoais e sociais dos membros desses migrantes. Como consequência, as atividades transnacionais desses migrantes são individuais e isoladas, e a ausência de diversificação interna ao grupo é, provavelmente, a causa da relativa ausência de atividades transnacionais com uma dimensão coletiva. No caso dos migrantes haitianos, boa parte deles mantém relações significativas com o Haiti, incluindo intercâmbios financeiros, correspondências frequentes e participação em eventos culturais associados ao Haiti.

As práticas transnacionais dos migrantes haitianos são o resultado de um conjunto de estratégias de reprodução social implementadas pelos migrantes como meio de resistência à opressão capitalista, por um lado, e, por outro lado, de reproduções socioeconômicas para as famílias que permaneceram no Haiti. Os migrantes tornam-se, assim, recursos e estratégias de reprodução familiar.

De fato, o contexto e o investimento das famílias na migração têm como objetivo superar suas limitações e restrições estruturais que foram afetadas pelo crescimento demográfico, expropriação, proletarização, empobrecimento e pela saturação da fragmentação das terras agrícolas como espaço de subsistência, cujas consequências são o

êxodo rural e a emigração dos haitianos. É nesse contexto que se deve entender a constituição de uma comunidade transnacional haitiana bastante forte no Brasil e a ação econômica de transferência é realizada com o objetivo de promover a mobilidade socioeconômica daqueles que permaneceram no país.

O haitiano não partiu apenas por si mesmo, mas no âmbito de um projeto para ele, sua família e seus amigos. A chegada dos haitianos ao Brasil, de forma temporária ou permanente, representa não apenas uma possibilidade de sucesso individual, mas também coletivo. As visitas à família, as casas construídas, o dinheiro enviado para familiares e amigos contribuem para não se afastar do país de origem. A migração haitiana para o Brasil, para repetir (Handerson, 2015), é uma experiência de família e sociabilidade. Além dos caminhos e países percorridos, das relações desenvolvidas com os membros da família, o caráter transnacional da migração haitiana para o Brasil também se manifesta pelas transferências de dinheiro sem contrapartida.

As comunidades transnacionais haitianas em geral, incluindo o Brasil, enviam dinheiro e contribuem para o PIB do país, e este estudo não demonstra o contrário.

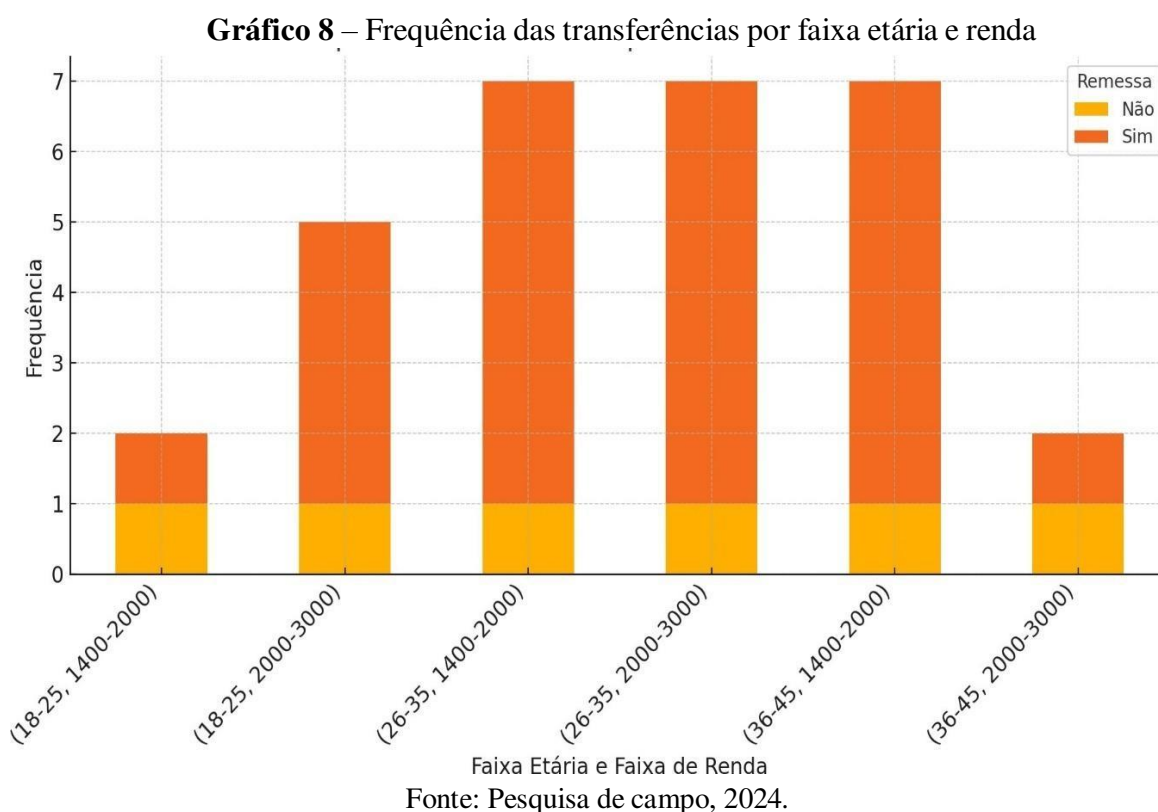
Quando deixamos o país, representamos a esperança para nossas famílias. Vir para o Brasil é um investimento que nossos pais decidiram fazer em nós, é uma responsabilidade para vocês trabalharem não só para nos ajudar aqui, mas também para ajudar nossas famílias que ficaram no país. Tanto quanto podemos, devemos ajudar nossa família, isso exige muitos sacrifícios, mas é um dever, pois representamos as possibilidades de uma vida melhor para nossa família (Carine, 35 anos, trabalhadora em Aurora).

Cotinguiba (2019) apoia essa declaração ao afirmar que “A migração é um elemento estruturante da sociedade haitiana e as remessas de dinheiro são a expressão das relações de interdependência das famílias com a migração” (Cotinguiba, 2019, p.138).

De acordo com dados oficiais do Haiti, os migrantes haitianos no Brasil estão classificados em sexto lugar entre os maiores remetentes de dinheiro para o Haiti (BRH, 2019). De acordo com dados oficiais do Brasil, o Haiti é um dos dez destinos mais importantes para transferências pessoais provenientes do Brasil, cujo valor anual é de cerca de US\$ 90 milhões. O valor médio individual dessas operações atingiu US\$ 108 milhões em 2019 (até setembro), US\$ 116 em 2018 e US\$ 127 em 2017 (BCB, 2019). Nas transferências, não há apenas circulação de dinheiro, mas também a manutenção ou o fortalecimento das relações sociais com o país de origem: a sociabilidade, o reconhecimento, o status social e o poder dos indivíduos e do grupo familiar.

As atividades econômicas individuais são as mais representativas e destinam-se à manutenção da própria família que vive no país de origem. As pesquisas realizadas no âmbito desta investigação identificam situações em que os migrantes desenvolvem ações econômicas e se destacam como atores sociais por meio de atividades econômicas, culturais e sociais entre o Brasil e o Haiti. A maioria dos migrantes haitianos no Brasil ocupa empregos em setores como construção, indústria ou serviços, muitas vezes com salários modestos.

Apesar disso, eles conseguem enviar parte de sua renda para o Haiti. Embora os valores enviados variem de acordo com a renda dos migrantes, as transferências típicas podem representar de 20% a 50% de seu salário mensal, demonstrando seu compromisso com suas famílias que permaneceram no Haiti. Os migrantes costumam usar serviços como Western Union, MoneyGram ou outras plataformas digitais, que facilitam o envio de dinheiro a custos variáveis. A maioria dos migrantes menciona ter enviado dinheiro para o Haiti com uma frequência muito regular, sendo que esse envio de fundos é feito nas primeiras semanas do mês, coincidindo com sua renda fixa.



Essas transferências são fatos econômicos que também podem ser considerados como fatos sociais, relações sociais, disposições, instituições e representações econômicas socialmente construídas (Bourdieu, 2000, 2017; Granovetter, 2017). A ação econômica de transferir ou enviar dinheiro para o Haiti é, como diz Bourdieu, um ato repetitivo de retribuição sem “cálculo econômico dito racional” (Bourdieu, 2003). Esse ato é constitutivo, é realizado no meio das “estratégias de reprodução social” (Bourdieu, 1972, 1993) do grupo familiar para reconverter as formas de inserção social e econômica no Haiti.

As comunidades transnacionais haitianas são resultado de um projeto estratégico, não no sentido racional e utilitário, mas no sentido cultural e prático (Bourdieu, 1972) — desenvolvido pelas famílias haitianas para realizar sua reprodução. As transferências de dinheiro para o Haiti são, portanto, estratégias de reprodução familiar. Essas estratégias constituem um sistema de substituições funcionais e efeitos compensatórios ligados à família, permitindo ultrapassar o sentido explicitamente racional, utilitário e voluntarista da ação econômica. O sentido dado é baseado no *habitus*, no nível pré-refletido da ação (Bourdieu, 1994).

De acordo com os dados deste estudo, a faixa etária de 26 a 35 anos é a mais dinâmica em termos de transferências financeiras, o que é compreensível, dado que se trata de uma categoria economicamente viável. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que mesmo os grupos de 18 a 25 anos têm uma participação significativa, o que pode ser um reflexo de uma pressão cultural ou social para apoiar financeiramente as famílias, apesar dos recursos limitados. No entanto, essa evolução pode comprometer a estabilidade financeira dos jovens migrantes, que frequentemente estão entrando no mercado de trabalho.

De acordo com Antonio et al (2022), essas estratégias de reprodução têm como princípios as disposições do *habitus*, que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção. Geradas pelas disposições de reprodução inerentes ao *habitus*, elas podem ser acompanhadas por estratégias conscientes, individuais e coletivas que, sendo quase sempre inspiradas pela crise do modo de reprodução estabelecido, não contribuem necessariamente para a realização dos fins que visam. Assim, Bourdieu define a noção de “estratégias de reprodução” como um conjunto de práticas fenomenalmente muito diferentes pelas quais os indivíduos ou as

famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe, constituindo um sistema que, sendo produto de um mesmo princípio unificador e gerador, funciona e se transforma como tal.

Por meio da disposição em relação ao futuro, ela própria determinada pelas chances objetivas de reprodução do grupo, essas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e da estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social possuídos pelo grupo e seu peso relativo na estrutura patrimonial; e, em segundo lugar, do estado, ele próprio função do estado da relação de forças entre as classes, do sistema de instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (Bourdieu, 1979 p.145).

A relação entre os grupos de renda mais alta (R\$ 2.000-3.000) e a transferência de capital ilustra a estratégia econômica de uma capacidade contributiva aumentada. No entanto, o compromisso significativo dos indivíduos com renda mais baixa (R\$ 1.400-2.000) indica que muitos migrantes privilegiam as transferências financeiras em detrimento de outras necessidades essenciais ou de seus próprios investimentos. Essa situação pode levar a condições de vida precárias dos migrantes no Brasil, intensificando um círculo vicioso de vulnerabilidade econômica. No entanto, é importante ressaltar que a forte proporção de remessas de capital, mesmo entre indivíduos de baixa renda, demonstra uma profunda consciência da solidariedade e do dever familiar na tentativa de adquirir mobilidade socioeconômica.

Essas decisões individuais ou familiares levam à formação dessa comunidade transnacional, que é o benefício relacionado à sua migração. Tais benefícios não são apenas monetários, mas também não monetários (Piché, 2013). Após sua migração, o indivíduo continua a fazer vários tipos de avaliações e cálculos monetários e não monetários em suas relações com sua família de origem.

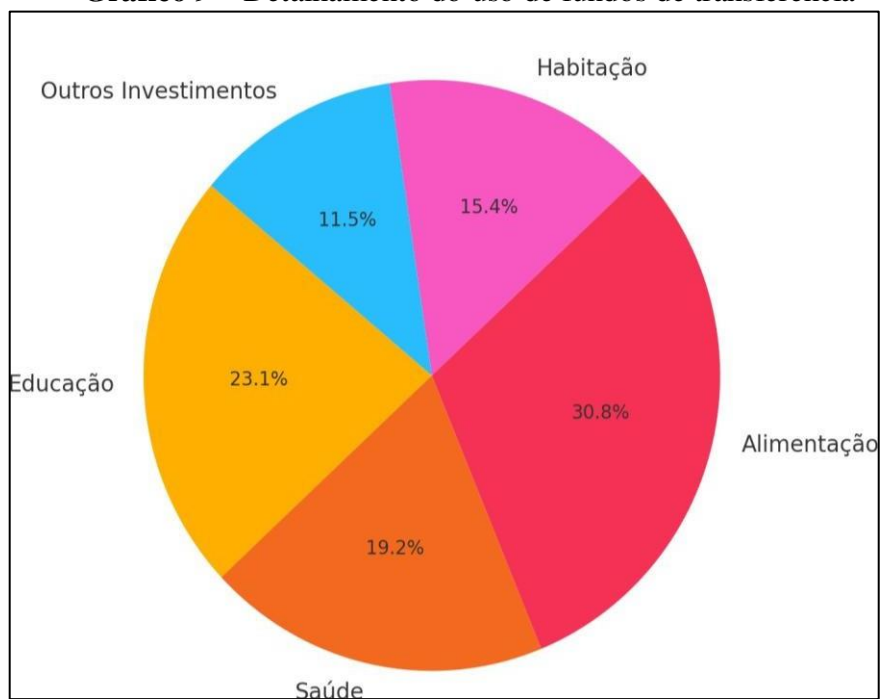
Essa ideia está em consonância com a visão fundamental da sociologia econômica, segundo a qual os agentes e as instituições sociais perseguem objetivos econômicos sem se desconectar de outros objetivos ou restrições de natureza não econômica, tais como: política, religião, reconhecimento, sociabilidade, prestígio, status social etc. (Bourdieu, 2017; Granovetter, 2017). Assim, nas transferências, não há apenas circulação de dinheiro, mas também a manutenção ou o fortalecimento das relações sociais com o país de origem: sociabilidade, reconhecimento, status social e poder dos indivíduos e do grupo familiar. O aspecto não monetário das transferências também está no fluxo contínuo de envio de dinheiro, sem qualquer tipo de contrato ou outros vínculos formais entre os migrantes e suas

famílias.

A transferência de dinheiro da comunidade transnacional haitiana no Brasil é o resultado de uma estratégia de investimento econômico e social sem cálculo econômico e de reprodução social, apresentada na forma de doação aos membros da mesma família. Essa doação está ligada a uma relação de reciprocidade (Mauss, 2005; Bourdieu, 2017) entre a família e seu membro que emigra, beneficiando-se anteriormente de um investimento que tornou possível a migração. Essa relação de reciprocidade, de retribuição em outro momento no tempo, ocorre porque opera em um contexto institucional relevante (Polanyi, 2000). Em outras palavras, há um espaço de valores, normas e disposições constitutivas da cultura haitiana ao qual estão ligados essa economia e as relações de troca em diferentes intervalos de tempo, financiamento da migração e transferência de dinheiro.

De acordo com a renda dos migrantes no Brasil, os valores podem variar, mas parece que eles privilegiam esse método, mesmo recebendo remunerações modestas. Isso demonstra um sacrifício financeiro significativo, uma vez que os migrantes precisam garantir seu próprio sustento e, ao mesmo tempo, ajudar seus familiares. Quanto ao uso dos fundos enviados ao Haiti, a maior parte desse dinheiro, ou seja, metade, é usada para pagar aluguéis, educação dos filhos e alimentação. Em outras palavras, uma das razões do fenômeno migratório é poder abrigar e alimentar a família, e parte desse dinheiro é usada para pagar as despesas com educação e também com saúde, no caso de doenças.

Gráfico 9 – Detalhamento do uso de fundos de transferência



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Este gráfico detalhado sobre a utilização dos fundos transferidos é entendido, em primeiro lugar, como um retorno do investimento da família na migração, que é vista como uma estratégia de resistência aos ataques do capitalismo gangster (Chomsky, 2019, Woodiwiss, 2007) e devastador (Klein 2007) que assola o Haiti. É também sociologicamente o resultado do que podemos chamar de “sanções negativas”. Interpretando o provérbio haitiano “O burro dá à luz burros para descansar as costas” – Bourik fê pitit se pou do l poze –, Cotinguiba afirma: “a transferência não é, portanto, simplesmente uma expectativa ou uma utopia para os haitianos, mas uma certeza, um imperativo” (Cotinguiba, 2019: 221).

Ele interpreta o provérbio de forma mais ampla: “

Eis que nós te apoiamos, te protegemos, te alimentamos e te levamos até onde você está, agora você deve nos ajudar, é sua obrigação moral, pois você é o que é e está onde está graças à ajuda que recebeu da família. Retribua o presente recebido à família” (Cotinguiba, 2019: 221).

Aquele que não retribui o que recebeu é um ingrato (Cotinguiba, 2019), é nesse duplo contexto que se deve compreender esse aspecto transnacional dos migrantes, ou seja, as remessas de dinheiro para suas famílias haitianas. Magalhães (2017) aborda a questão para mostrar uma relação de dependência entre as remessas de dinheiro dos migrantes e suas famílias no Haiti, e Cotinguiba (2019: 138) também defende que a migração é um elemento estruturante da sociedade haitiana e apresenta as transferências de dinheiro como a expressão das relações de interdependência das famílias com a migração.

Como corroboração, este migrante que vive em Chapecó explica:

Eu desenvolvo relações muito boas não só com os membros da minha família, mas também com os meus amigos no Haiti. Para mim, é importante manter o contato. Os laços merecem ser reforçados apesar da distância, porque tenho amigos e familiares que sempre me tratam com muito respeito. Portanto, faço transferências sem esperar nada em troca, porque essas pessoas já contribuíram para tornar minha vida melhor com seu investimento em vir para o Brasil. Como eu disse, eu não tinha trabalho quando estava no Haiti. É graças a essas pessoas que estou aqui no Brasil. Nunca vou parar de enviar dinheiro para apoiá-las (Wood, 29 anos, estudante e professor de inglês).

No entanto, esse apoio mútuo pode gerar repercussões desfavoráveis para os migrantes, como a complexidade de economizar ou investir em áreas como a educação. Essa prioridade, porém, pode prejudicar a capacidade dos migrantes de conquistarem um espaço socioeconômico e cultural no país de destino. O estudo destaca possíveis obstáculos institucionais, como o alto custo das transferências de capital e a falta de políticas públicas destinadas a ajudar financeiramente os migrantes de baixa renda. Além disso, a falta de

opções menos onerosas para transferências de fundos pode representar um fardo financeiro para os migrantes.

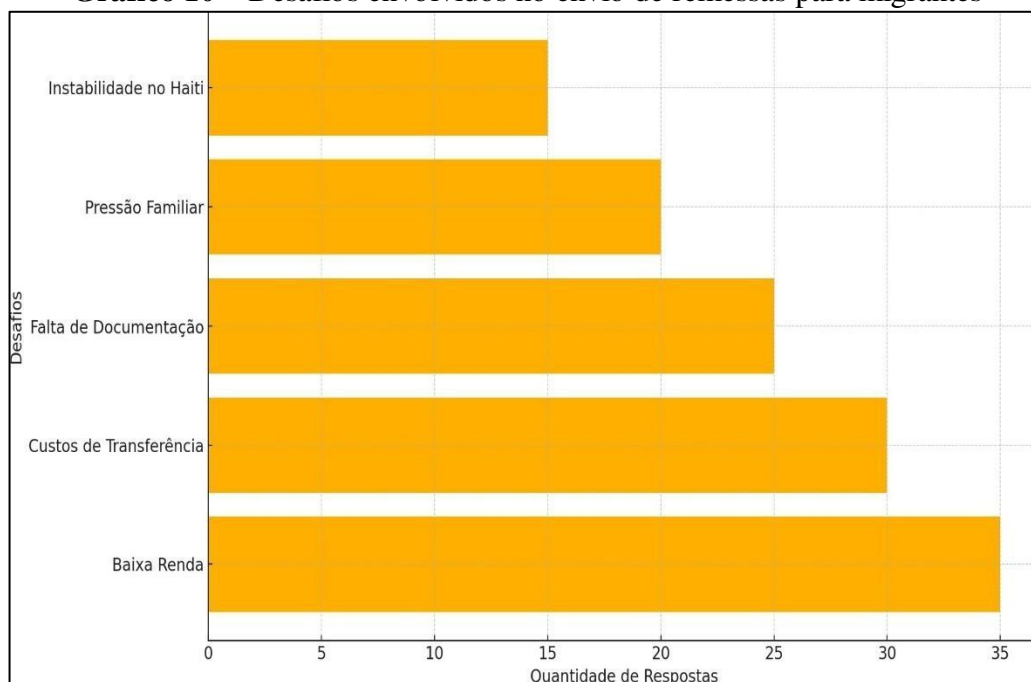
Os migrantes com recursos financeiros limitados que favorecem as transferências de capital frequentemente enfrentam obstáculos para satisfazer suas necessidades básicas no Brasil. Essa situação de precariedade financeira os coloca em risco, restringindo sua capacidade de participar ativamente da sociedade brasileira, seja através do mercado de trabalho ou de iniciativas comunitárias.

Continuo a sustentar os membros da minha família, apesar das limitações do meu salário, o que me dá muito pouca satisfação. Apesar disso, prefiro o Brasil, pois pelo menos tenho uma atividade econômica que me permite ajudar a minha família. Minhas remessas servem para complementar a renda deles. Elas servem principalmente para pagar as mensalidades escolares dos meus filhos. O ensino médio é muito caro no Haiti. Ele consome a maior parte do dinheiro transferido. O pouco dinheiro que sobra é usado para reforçar a cesta básica da família. (Wadna, 30 anos, caixa de supermercado).

A importância das transferências financeiras sugere que muitos migrantes mantêm um vínculo transnacional significativo com o Haiti. Isso pode restringir sua integração no Brasil, uma vez que grande parte de seus recursos financeiros e afetivos é direcionada para o país de origem. Apesar de compreensível em termos de resistência à vida e investimento na reprodução familiar e cultural, esse comportamento pode complicar o envolvimento em áreas cruciais da integração, tais como: educação ou competências na área profissional, acesso a melhores condições de moradia e, finalmente, a construção de redes sociais no território. Essa empreitada não é isenta de restrições e desafios para esses migrantes.

Essa precariedade econômica os coloca em uma posição vulnerável, limitando sua capacidade de se envolver ativamente na sociedade brasileira, seja por meio do mercado de trabalho ou de atividades comunitárias. Os dados indicam que muitos migrantes enfrentam dificuldades relacionadas à instabilidade no Haiti, pressão familiar, pressão exercida pelas remessas de dinheiro, que podem desviá-los de iniciativas como o aprendizado de idiomas e dificuldades administrativas, sem esquecer os baixos salários.

Gráfico 10 – Desafios envolvidos no envio de remessas para migrantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Além disso, não há compreensão das normas culturais ou participação em programas de integração, o que reduz ainda mais as possibilidades de melhorar sua situação no país anfitrião. Embora o envio de remessas simbolize responsabilidade e solidariedade, ele também reflete uma falta de perspectiva de longo prazo no Brasil. Muitos migrantes podem se ver como "temporários" no país anfitrião, que consideram como um lugar para acumular recursos antes de retornar ou migrar para outro destino, pois sentem que sua difícil integração no mercado de trabalho impede sua integração na sociedade brasileira.

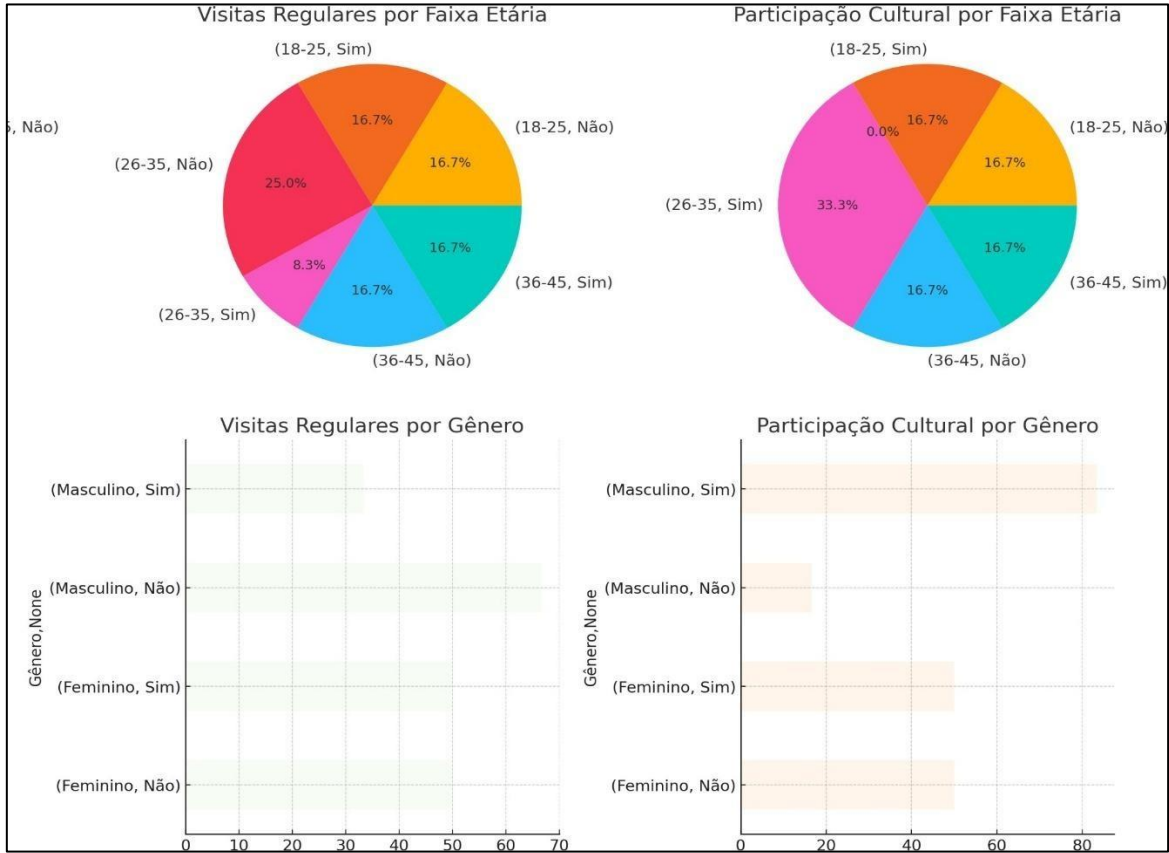
3.5 Práticas sociais transnacionais: identidades híbridas ou fragmentação da identidade

As práticas sociais transnacionais desafiam profundamente os paradigmas clássicos da migração, que se baseavam na ideia de desenraizamento linear e integração gradual no país anfitrião. Desde o trabalho seminal de Glick Schiller, Basch e Szanton Blanc (1992), o foco mudou para uma leitura mais complexa da mobilidade, enfatizando a multiplicação das raízes espaciais e sociais dos migrantes.

As atividades sociais e culturais transnacionais não estão ausentes dos vínculos entre os migrantes e seu país de origem (Bauböck, 2003). Esses elementos de identidade são compartilhados até mesmo pela segunda geração, o que explica por que essas atividades em particular são uma forma de expressão de sua lealdade ao país de origem e, ao mesmo tempo,

não questionam seu status de residentes permanentes no país de imigração, criando assim uma identidade híbrida (RESSTEL, CCFP, 2015) entre os migrantes e seus filhos. A maioria dos migrantes que responderam ao nosso questionário disse que tinha laços sociais e culturais com o Haiti e que seu modo de vida no país anfitrião estava ligado aos hábitos e costumes haitianos (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Laços sociais e culturais dos migrantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Neste gráfico, observa-se que cerca de 60% dos migrantes não visitam regularmente o Haiti. Isso pode ser explicado pelos altos custos da viagem, pelas restrições à mobilidade ou pela precariedade econômica do país de destino. Essa ausência de visitas regulares pode indicar uma desconexão física, mas não necessariamente emocional ou cultural, com o Haiti: apenas cerca de 40% visitam regularmente o Haiti. Esses migrantes dispõem de mais recursos financeiros ou têm mais facilidade para superar os obstáculos logísticos e jurídicos. A impossibilidade de visitar regularmente o Haiti pode causar um sentimento de isolamento e uma perda de vínculo com seu país de origem, mas as redes transnacionais, como telefonemas e redes sociais, permitem manter o vínculo. A ausência de visitas regulares obriga os migrantes a reconstruir uma ideia de pertencimento ao Brasil e, ao mesmo tempo,

a importância das redes locais e das comunidades haitianas.

Ao mesmo tempo, observamos uma proporção elevada, ou seja, mais de 70% dos entrevistados participam de atividades culturais haitianas no Brasil. Essa forte participação reflete a importância da cultura como meio de manter a identidade, a solidariedade e a resistência aos desafios do processo migratório. A participação nessas atividades fortalece as redes comunitárias e pode constituir um meio de integração parcial na sociedade brasileira. No entanto, essa baixa proporção, ou seja, menos de 30% dos entrevistados não participam de atividades culturais, pode ser devido a restrições de tempo, local ou vontade de se adaptar ao contexto brasileiro.

De fato, a combinação do envio de dinheiro e da participação cultural sugere que os laços transnacionais mais fortes se encontram nas esferas econômica e cultural, enquanto a desconexão física (menos visitas regulares) é mais comum. Embora a participação cultural fortaleça os laços comunitários haitianos, ela pode limitar a integração completa na sociedade brasileira, criando espaços de interação isolados. Essas atividades constituem espaços de apoio emocional, social e até econômico, reforçando a resiliência das comunidades diante dos desafios de adaptação ao Brasil.

Em suma, os dados acima mostram que os migrantes vivem simultaneamente “aqui e lá”, conectando-se ao Haiti economicamente (envio de remessas), culturalmente (atividades culturais) e socialmente (redes transnacionais), ao mesmo tempo em que enfrentam obstáculos para visitas regulares. O sistema capitalista, ao mesmo tempo em que explora a força de trabalho dos migrantes, limita sua mobilidade e torna sua condição precária no país de destino, criando contradições que afetam tanto a integração local quanto os laços transnacionais, a solidariedade expressa pelos envios de dinheiro e as atividades culturais muitas vezes esbarra em condições de exploração econômica e exclusão social. Esses dados evidenciam como os migrantes haitianos conciliam a manutenção de suas raízes no Haiti com os desafios da integração no Brasil.

A proporção de pessoas que visitam regularmente o Haiti é bastante equilibrada entre as faixas etárias (16,7% cada), com exceção do grupo de 26 a 35 anos, que apresenta a menor proporção de visitas. As pessoas que não visitam regularmente o Haiti concentram-se principalmente nas faixas etárias de 26 a 35 anos (25%) e 36 a 45 anos (16,7%). Os custos elevados e os obstáculos logísticos podem afetar principalmente os migrantes da faixa etária de 26 a 35 anos, talvez no início de suas carreiras ou com maior dependência financeira. A participação cultural é bem equilibrada entre as faixas etárias (33,3% no grupo de 26 a 35 anos e 16,7% nos outros). A não participação cultural é mínima e concentra-se

nas faixas etárias de 18 a 25 anos e de 36 a 45 anos. A maioria dos migrantes aprecia as atividades culturais como uma forma de manter os laços com sua comunidade e sua identidade haitiana, independentemente da idade.

A proporção de homens que visitam regularmente o Haiti é ligeiramente superior à das mulheres. A maioria dos migrantes de ambos os sexos não visita regularmente o Haiti. Isso reflete obstáculos comuns a ambos os sexos, como os custos de viagem, mas também pode sugerir que os homens têm mais facilidade ou mais recursos para manter esse contato físico. Homens e mulheres participam muito de atividades culturais, mas os homens são ligeiramente mais representados. Ambos os sexos usam essas atividades como um meio de preservar sua identidade cultural e construir redes sociais no Brasil.

Os obstáculos estruturais afetam ambos os sexos da mesma forma, mas os homens têm uma ligeira vantagem, talvez devido a uma maior mobilidade ou capacidade econômica. Os migrantes de todas as faixas etárias e de ambos os sexos demonstram um forte envolvimento em atividades culturais, ressaltando a importância dessas práticas na preservação da identidade haitiana.

A baixa proporção de visitas regulares ao Haiti reflete as barreiras impostas pelo capitalismo global, que prioriza a mobilidade de bens e capitais, enquanto a mobilidade dos trabalhadores é restrita. O alto custo das viagens mostra como o sistema capitalista impede os trabalhadores de exercerem livremente seus laços transnacionais, obrigando-os a permanecer nos locais onde são mais explorados economicamente. A forte participação em atividades culturais reflete uma forma de resistência à alienação cultural. A cultura é usada como uma ferramenta de reprodução da força de trabalho: ela oferece apoio emocional e comunitário, mas sem questionar diretamente as estruturas de exploração.

As relações entre os migrantes e o país de origem são agora compreendidas em um espaço globalizado. De acordo com Jonathan Friedman (2002), a globalização produz uma fragmentação que leva a um retorno às raízes e a uma identidade dupla. É uma forma de resistência simbólica à assimilação pelo país de acolhimento, que muitas vezes assume a forma de um nacionalismo diaspórico, o que ilustra bem como a cidadania cultural e a fidelidade à linhagem translocal (translocal descent) se organizam entre os imigrantes haitianos.

Essa resistência identitária seria fundamental e produziria uma “identidade cultural híbrida” (Friedman, 1996) entre os migrantes e também entre os filhos dos migrantes. Essa identidade cultural haitiana teria suas bases nas práticas culturais haitianas dos migrantes e se caracterizaria pela língua, pelas práticas religiosas e, claro, pela música. Essa dupla

identidade genérica é reforçada por um nacionalismo à distância e uma cidadania cultural relativamente distantes de qualquer entidade territorial ou jurídica (Levitt e Glick Schiller, 2004).

Sou haitiana e me identifico como tal, e o crioulo é um sinal de identificação entre os haitianos. Era importante para mim ensinar aos meus filhos a cultura haitiana, através da língua, da música (o konpa) e a comida haitiana, e também explicar-lhes a história, para que possam compreender o significado da festa da independência, o que Dessalines representa para nós, ao mesmo tempo que lhes ensinamos a história brasileira na escola (Regina, 35 anos, professora no Haiti).

Uma das melhores maneiras de manter os laços culturais entre os migrantes é por meio das igrejas, dos lares haitianos e das oficinas frequentadas pelas crianças e seus pais. Em geral, as pessoas entrevistadas sobre o assunto dizem se sentir culturalmente ligadas ao país de origem por meio desses espaços, sem esquecer as academias e a universidade, a escola étnica (onde se encontram graças aos filhos) e as festas particulares na casa de amigos haitianos. A língua e as “raízes” continuam sendo o principal marcador de identidade, especialmente entre os haitianos em Chapecó, onde o crioulo é falado em todos os encontros entre haitianos, reuniões e igrejas haitianas.

Vivendo em Chapecó, falamos sempre nossa língua, praticamos o português para falar com os estrangeiros, no trabalho, nos ônibus e nas igrejas, onde quer que vamos encontramos haitianos e a língua é um marco de identidade entre nós, aqui eu prego como se estivesse no Haiti, não há diferença entre a liturgia no Haiti e o que praticamos aqui, e falamos frequentemente sobre a situação do nosso país, somos haitianos e isso não pode ser mudado. (Vladimir, 30 anos, pastor).

As “raízes” também são importantes:

Às vezes nos insultamos e brigamos, mas sem nunca poder renunciar ao nosso haitianismo” (Amos, 35 anos, motorista de táxi).

Essa fidelidade cultural se apresenta ainda mais como uma forma de enraizamento, pois a emigração haitiana é frequentemente vivida como um desenraizamento. Esses laços étnicos substituem assim os laços que tínhamos com o país de origem e a vontade de criar uma espécie de família ampliada e uma rede de cidadania cultural e transnacional, é uma identidade fragmentada, compartimentada, que se liberta dos dois Estados, trata-se de uma busca pela integração na sociedade anfitriã, mantendo-se ligada à sua sociedade de origem, manifestação de uma exclusão estrutural (Kockel, 2010) que abre caminho para uma espécie de cidadania cultural. No entanto, é preciso mencionar também um apego ao país anfitrião devido às vantagens que encontraram aqui no Brasil.

Parece que todos nós estamos ligados à possibilidade de bem-estar material que temos aqui. Se nos dissessem que o Haiti vai mudar e que poderemos ganhar tanto ou que poderemos levar a mesma vida lá, acho que todos partiriam imediatamente (Ericka, 27 anos, funcionária da BRF).

Esse apego entre os migrantes e o país de origem se manifesta em todas as práticas dos haitianos que vivem em Chapecó. Além da língua, as práticas religiosas também são um elemento de ligação entre os haitianos e seu país de origem. Esses fatos religiosos referem-se à maneira como as crenças, práticas e instituições religiosas transcendem as fronteiras nacionais, conectando comunidades de diferentes regiões do mundo. Esse fenômeno é particularmente visível entre os migrantes, que mantêm laços espirituais e culturais com seus países de origem enquanto se integram em novos contextos. Assim, eles criam seus próprios espaços de oração, de acordo com os modelos e práticas que já tinham no Haiti.

Os estudos de Warner (2000), Hirschman (2004) e Prencipe (2012) afirmam que, no contexto da mobilidade, o vínculo religioso pode se tornar mais fervoroso do que no país de origem. Segundo Marinucci (2012), as experiências e os desafios enfrentados no processo migratório podem levar os migrantes a redescobrir sua religiosidade e, conseqüentemente, a praticar sua religião de origem no país de acolhimento. Lussi (2013) reforça essa ideia ao afirmar que a fé deve ser reinventada para garantir a continuidade da experiência migratória e acrescenta que praticá-la como era no país de origem ajuda os migrantes no alívio que eles buscam.

Praticamos nossa religião da mesma forma que a praticávamos em nosso país, pois nas igrejas brasileiras não entendemos tudo o que acontece e isso nos impede de ter a conexão que buscamos. O português é um dos obstáculos que nos impedem de adorar bem (Jeffery, 30 anos, responsável pela igreja).

O processo migratório envolve muitos desafios e incertezas, mesmo que se encontre um emprego no local de origem, os desafios existenciais enfrentados pelo migrante — como a culpa por ter deixado sua família no local de origem — são frequentemente atenuados pela dimensão religiosa, neste caso, a religião é um elemento terapêutico muito importante para os migrantes. Os desafios existenciais são muitas vezes atenuados pela dimensão religiosa, que tem a capacidade de oferecer ferramentas para ajudar a superar os desafios existenciais da pessoa” (Silva, 2015).

A existência das igrejas evangélicas haitianas se explica pela necessidade de relacionamento com os compatriotas, pelo sentimento de pertencimento que representa a coesão do grupo, pelo reconhecimento das características sociais, culturais, religiosas e

linguísticas do grupo. Representa também a união dos “sentimentos comuns” dos migrantes, a consciência do grupo de que juntos agem em conjunto e cooperam ativamente e pertencem ao mesmo país.

As práticas religiosas são também práticas sociais e culturais que ligam o migrante às práticas que tinha no seu país, e a organização dos cultos lembra ao migrante a vida no seu país de origem, o que constitui uma marca de identificação cultural para os migrantes com o seu país de origem. Em nosso interrogatório com eles e em nossas observações, notamos que não há diferença entre as práticas religiosas no Haiti e as praticadas em Chapecó pelos migrantes.

Ele olha para a bandeira que está na parede, nossos cânticos, nossa maneira de adorar, tudo é como no Haiti. Durante a semana, estamos desconectados do Haiti no trabalho, mas todos os domingos nos sentimos conectados novamente ao país. A igreja também serve como um espaço de encontro, é lá que nos reunimos todos para falar sobre nosso país e nos sentirmos haitianos (Ericka, 34 anos, membro da Igreja de Deus da Porta Estreita Chapecó).

O interlocutor indica claramente que a igreja serve de ponte entre sua vida no país de acolhimento e sua identidade haitiana. Isso mostra uma forma de transnacionalismo cultural e religioso. Os cânticos e as formas de culto recriam um espaço cultural haitiano, permitindo aos migrantes preservar suas tradições. Além disso, esse discurso reflete uma tensão entre a adaptação ao país de acolhimento e a preservação da identidade de origem. Isso mostra que os migrantes não se “fundem” completamente na sociedade de acolhimento, mas mantêm uma dupla identidade.

Figura 10 - Culto em Igreja Evangélica haitiana do bairro Efapi, em Chapecó-SC, 2024



Fonte: Marc Andy Dacius, 2024

A igreja atua, nesse caso, como um microcosmo transnacional (Marcele 2020) no qual as fronteiras geográficas e culturais são temporariamente apagadas. No entanto, é importante ressaltar que a participação nos cultos e missas brasileiras exigiu um processo de adaptação em muitos aspectos, seja devido ao desconhecimento da língua ou aos possíveis julgamentos dos habitantes da cidade relacionados à cor, classe social, origem, entre outros. As práticas religiosas nas igrejas haitianas em Chapecó podem ser entendidas como um meio de resistência contra as dificuldades relacionadas à experiência migratória, os preconceitos dos residentes e uma forma de se sentir próximo do país de origem.

Este discurso destaca o papel central das práticas religiosas transnacionais na vida dos migrantes. A igreja torna-se um local de preservação cultural, reconexão espiritual e apoio social e moral mútuo. É uma ilustração perfeita de como as práticas transnacionais permitem aos migrantes navegar entre dois mundos, mantendo ao mesmo tempo uma forte ligação com a sua identidade de origem.

Tenho a impressão de que, quando rezo em português, a energia não passa, não tenho palavras para me expressar no tempo que preciso, o crioulo continua sendo um meio pelo qual me sinto eu mesmo, o português é apenas por necessidade (Wismann, responsável pela igreja).

O locutor destaca que o crioulo é uma língua na qual ele se sente ele mesmo, o que remete à ideia de que a língua materna está profundamente ligada à sua identidade. O português é como uma língua de adaptação, é usado por necessidade, mas não parece oferecer a mesma liberdade de expressão emocional e espiritual. Este discurso mostra que o interlocutor vive em um espaço onde precisa falar português, mas sua língua do coração continua sendo o crioulo. Por um lado, há a obrigação de usar uma nova língua para se integrar; por outro, há a necessidade de permanecer fiel à sua identidade, o migrante vive uma dupla identidade.

Para muitos haitianos que vivem em Chapecó, as igrejas da diáspora tornam-se locais onde se recria uma conexão com o país de origem. Isso significa que a fé não é apenas uma experiência individual, mas também uma forma de manter um vínculo transnacional com o Haiti. Por meio da música, dos cantos, das orações e até mesmo dos rituais em crioulo, os migrantes trazem sua espiritualidade para o país de acolhimento, o que lhes permite sentir continuidade com sua identidade de origem, apesar da distância geográfica.

Este discurso ilustra um caso clássico de experiência transnacional, em que a língua é muito mais do que uma simples ferramenta de comunicação: é uma ponte entre o passado e o presente, entre o aqui e o lá, entre a identidade e a integração. Nesse contexto, a oração

em crioulo torna-se um ato de resistência cultural e um espaço de continuidade identitária, mostrando que a experiência migratória nem sempre significa uma ruptura, mas muitas vezes uma coexistência entre dois mundos.

De fato, as igrejas haitianas são criadas não apenas para a expressão da religiosidade, mas também são o local onde os migrantes celebram as memórias religiosas de seu país de origem, se identificam com o contato com o outro, se reconhecem e se veem como um povo pertencente a um mesmo país. Os laços de pertencimento (Pereira, 2017) são reforçados quando os migrantes se unem para expressar sua religiosidade.

Aqui na igreja, temos a impressão de estar no Haiti. As missas são celebradas em crioulo. Aqui, o estrangeiro é o brasileiro na igreja haitiana (Sodwin, 34 anos, diácono).

As práticas religiosas podem ser consideradas um ritual social, promovendo a coesão da comunidade, salvando e reforçando a identidade haitiana. Trata-se de uma prática social capaz de interagir e interferir na maneira como os indivíduos haitianos conduzem suas vidas (Marcel, 2020). Além disso, ela salva a coexistência dos compatriotas na execução dos serviços, reforçando os laços de pertencimento aos países de origem, sendo um elemento de identidade dos haitianos que vivem em Chapecó. Esses encontros semanais são o único local de reunião dos haitianos em Chapecó, pois nos outros dias da semana eles estão ocupados trabalhando e suas principais atividades se resumem ao trabalho, à casa e à igreja, o que nos dá uma ideia do nível de integração dos haitianos nesta cidade.

É importante mencionar que existem igrejas onde haitianos e brasileiros se reúnem. Para aqueles que frequentam essas igrejas, eles vão por outros motivos, seja para desenvolver sua audição no idioma ou em busca de uma possibilidade de integração. Em alguns casos, não há muitas alternativas. Mesmo assim, observamos que os dois grupos estão separados, de um lado estão os haitianos e do outro os brasileiros. Essa é uma situação que chamou nossa atenção, além disso, havia cultos organizados especialmente por e para os haitianos, que se sentem duplamente estrangeiros nesses espaços, daí a necessidade de organizar seus próprios cultos.

Escolhemos esta igreja porque, além de ser mais próxima de nós, também é uma forma de nos ajudar a praticar o português (Francky, 30 anos, membro desta igreja).

Sobre a questão da separação entre os participantes, ele respondeu

A separação está ligada a uma questão de identidade. Quando nos sentamos juntos em um lugar, sentimos menos distância e também menos estranheza entre nós e os outros. É uma forma de nos identificarmos como haitianos (Francky, 30 anos).

Figura 11 – Igreja Adventista no bairro Efapi

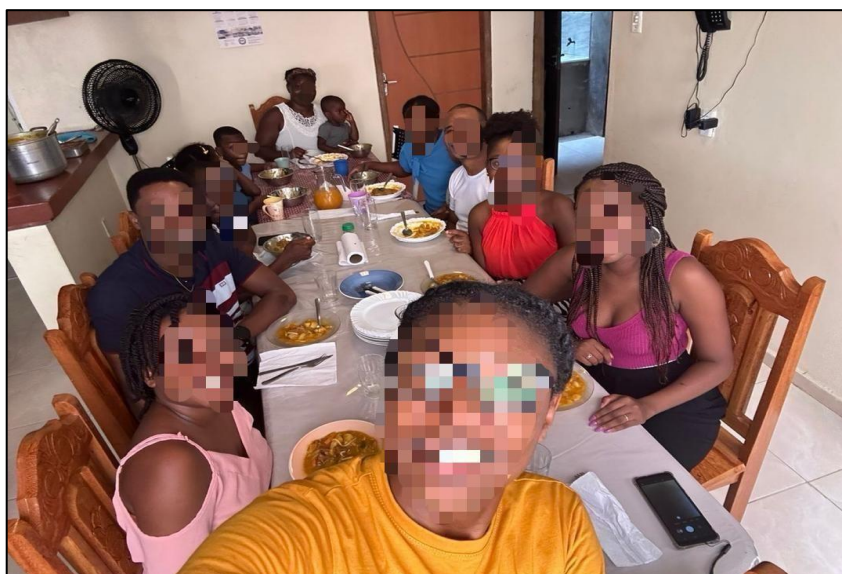


Fonte: Marc Andy Dacius, 2024.

A igreja é um meio pelo qual os migrantes haitianos no Brasil vivem sua haitianidade e também serve como resistência contra as dificuldades de assimilação na sociedade de acolhimento. Diante dessa realidade, eles são obrigados a se reunir para afirmar sua identidade através das práticas de vida haitianas. Os feriados nacionais haitianos são comemorados por esses migrantes, mesmo estando longe da pátria.

Laëthier (2011) destaca dois pontos importantes em seu estudo sobre a comunidade haitiana imigrante na Guiana para compreender esse aspecto da solidariedade: o forte movimento comunitário e o fato de que esses imigrantes não estão alienados da sociedade; em segundo lugar, o movimento comunitário é considerado um recurso nos esforços desses imigrantes para se tornarem membros da sociedade guianense. Um comunitarismo solidário que, de certa forma, também se encontra entre os haitianos do Brasil/Chapeco, mesmo que o contexto seja completamente diferente. Os imigrantes haitianos de Chapeco conseguiram desenvolver estratégias de moradia que favorecem a proximidade com seus compatriotas, formando uma rede de relações.

Figura 12 – Celebração do feriado da independência do Haiti



Fonte: Jah, 2024.

Os haitianos em Chapeco fazem parte de um grupo minoritário e são incapazes de projetar sua identidade e se tornar conhecidos por seus próprios valores. Estes últimos, como sujeitos sociológicos, por meio de sua identidade, não conseguem estabelecer uma relação com a sociedade de acolhimento e se projetar. Não tendo a possibilidade de interiorizar os significados, os símbolos e os valores da sociedade, os haitianos em Chapecó não estão em perfeita harmonia com a sociedade de acolhimento. Eles não conseguem expressar seus sentimentos e ter um lugar no mundo social e cultural do país de acolhimento (Hall, 2003).

Figura 13 – Comemoração de aniversário entre haitianos



Fonte: Damephis, 2024.

Esse isolamento se explica pelo fato de que esses migrantes não são valorizados como indivíduos. Isso os leva a formar seu próprio espaço de relações sociais, que autores como Maud Laëthier chamam de comunitarismo e Spinelli et al. (2018) chamam de solidariedade e que chamamos, no âmbito deste trabalho, de fatores transnacionais. Em outras palavras, isso se deve ao fato de que os migrantes vulneráveis, com fragilidades socioeconômicas, realizando todo tipo de trabalho considerado degradante, trabalhando em condições precárias, não conseguem se inserir socialmente na sociedade brasileira.

Embora a comunidade haitiana de Chapecó disponha de recursos, elementos a partir dos quais pode tentar projetar sua identidade, como escolaridade ou qualificações, a sociedade de acolhimento, marcada por preconceitos, discriminações e manifestações de xenofobia, torna-se um obstáculo. Segundo Vieira (2016) e Baeninger et al. (2017), além do fato de que o Estado e a sociedade ainda carregam a marca da escravidão em seu funcionamento, em suas políticas e em sua ideologia de branqueamento e seletividade dos imigrantes no sul do Brasil, os preconceitos e a discriminação racial tornam mais complexo qualquer esforço de projeção de uma identidade haitiana e de integração socioeconômica e desenvolvem essa forte tendência ao transnacionalismo.

Embora muitos desses imigrantes tenham recebido educação superior em seu país e recebam educação superior brasileira (como é o caso dos imigrantes haitianos na UFFS), eles ainda se sentem socialmente segregados. Isso talvez esteja relacionado à forma como a migração haitiana para o Brasil foi consolidada e direcionada, com o objetivo de suprir a escassez de mão de obra no mercado de trabalho brasileiro. Essa recepção voltada para a mão de obra levou à compreensão de que as competências e capacidades dos imigrantes são menores e não qualificadas (Baeninger et al., 2017) e que eles são incapazes de prosseguir estudos superiores, lecionar e fazer pesquisa.

Assim, a integração socioeconômica dos imigrantes na sociedade brasileira/Chapeco, apesar da existência de uma comunidade de estudantes e de sua vontade de se integrar, parece estar longe de ser alcançada, pois esse corpo discente também enfrenta problemas de socialização e outros dentro da universidade e da sociedade (Maurice, 2013).

Em relação a todas essas constatações, a vida haitiana em Chapecó é uma forma de dupla existência entre proximidade espacial e distância social (Chambredon J.C; Lemaire 1997), essa proximidade social e distância espacial no contexto de sua relação com o país de acolhimento e seu país de origem, o que podemos chamar de uma forma de multiterritorialidade contínua. (Spinelli et al., 2018), em seu trabalho que trata da questão

espacial no processo de integração dos imigrantes haitianos em Lajeado/RS, também revelam a existência de uma solidariedade entre os imigrantes em seu processo de integração, o que constitui, no caso dos migrantes haitianos, uma afirmação de si mesmos e de sua identidade.

Os laços sociais não permanecem apenas entre os migrantes, mas também são mantidos com aqueles que não viajam, através das redes sociais, da comunicação, do WhatsApp, do Facebook e de outras plataformas que ajudam muito na criação desta dupla existência dos migrantes. Essa ideia é combinada com esta declaração de Junior, um jovem que trabalha na Aurora

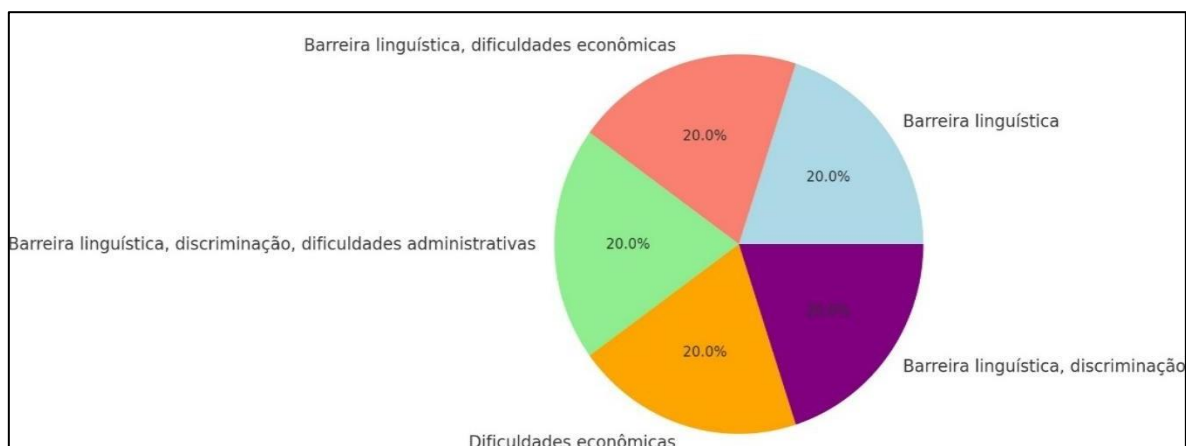
É toda vez que vou trabalhar que me lembro que não estou no Haiti. Não tenho práticas ou modos de vida diferentes dos que tinha no Haiti. Eu não sabia como trabalhar nesse ritmo quando estava no Haiti, e é isso que me lembra que não estou no Haiti, porque encontrei trabalho e trabalho muito, o que não me incomoda, e é por isso que vim para cá. Em casa, falamos crioulo, comemos comida haitiana, vou à igreja haitiana, meus amigos são haitianos e, por causa do meu trabalho, não saio muito, não tenho um estilo de vida diferente do que tinha no Haiti (Junior, 35 anos, trabalhador da Aurora).

A vida dos migrantes haitianos no Brasil oscila entre o real e o imaginário, entre a proximidade e a distância, entre o transnacionalismo e a integração, e o migrante vive permanentemente entre dois mundos, ao mesmo tempo real e virtual, através das redes sociais, permanecendo conectado ao Haiti 24 horas por dia, 7 dias por semana. As relações entre os migrantes e o Haiti ignoram as separações geográficas, ou mesmo situam-se fora dos limites territoriais, ou seja, não se limitam ao meio ao qual pertencem.

3.6 Entre proximidade espacial e segregação social

De acordo com Baeninger et al. (2017), as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes estão relacionadas à má preparação em termos de acolhimento, bem como a preconceitos, racismo e manifestações de xenofobia. Vieira (2016), por sua vez, afirma que esses preconceitos e essa xenofobia podem ser resultado de uma falta de vontade política ou da história de um Estado escravocrata que, entre outras coisas, optou por políticas e ideologias que visavam branquear a nação brasileira, selecionando os tipos de migrantes no território brasileiro, especialmente nos estados do sul. Isso teria contribuído para reforçar os preconceitos e a discriminação contra a população imigrante haitiana, tornando ainda mais difícil sua acolhida e integração. Os migrantes haitianos enfrentam uma série de desafios e obstáculos que impedem essa integração.

Gráfico 12 – Distribuição das dificuldades enfrentadas pelos migrantes haitianos



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Uma das dificuldades mais comuns é o impacto da falta de domínio do português na adaptação dos migrantes, o que gera dificuldades de interação social, acesso a empregos qualificados e até mesmo utilização dos serviços públicos. Isso afeta diretamente e, além disso, a integração cultural e a participação na sociedade brasileira. Muitos migrantes também enfrentam problemas financeiros, seja pela dificuldade em encontrar um emprego bem remunerado ou pela instabilidade econômica inicial. Alguns haitianos relataram preconceitos, que afetam tanto seu ambiente de trabalho quanto sua vida social no Brasil.

Esses migrantes que relatam discriminação têm mais dificuldade em criar redes de apoio, sentir um sentimento de pertencimento em seu novo ambiente e acessar oportunidades de trabalho e educação. A dificuldade em encontrar empregos estáveis e bem remunerados pode levar a um trabalho precário, limitando assim a mobilidade social dos migrantes. Se os migrantes permanecem por anos em empregos mal remunerados, isso indica um baixo nível de integração social e econômica.

Além disso, muitos migrantes enviam dinheiro para o Haiti, mas se os contatos são muito intensos e há pouca interação com os brasileiros, isso pode significar que a integração local ainda é limitada. A obtenção de documentos, a regularização do status migratório e o acesso a serviços públicos também são obstáculos à integração. A distribuição no gráfico mostra que essas dificuldades estão relativamente bem distribuídas entre os migrantes entrevistados. Isso indica que não há um obstáculo predominante, mas sim um conjunto de desafios que dificultam a adaptação e a integração desses migrantes.

No que diz respeito aos migrantes haitianos, trata-se principalmente de membros da classe trabalhadora que procuram reproduzir-se como tal de forma cada vez mais precária, incerta e vulnerável. Vivem em zonas periféricas, expostos a preconceitos e discriminação.

Em resumo, eles constituem uma massa de trabalhadores e representam a primeira linha de vítimas do capitalista em seu processo de exploração, circulação e acumulação de capital.

Enfrentamos muitas dificuldades, obter uma residência é um grande problema, pois marcar uma consulta não é fácil, às vezes temos que pagar para conseguir uma quando não encontramos um órgão que nos ajude. A gente falaria português mais rápido, mas as condições de trabalho não são favoráveis, a gente trabalha muito e não há muita interação com as pessoas no trabalho e, muitas vezes, são venezuelanos, e o espaço é tão barulhento que não podemos conversar enquanto trabalhamos (Kannal, 25 anos).

Sobre a questão da situação do trabalho, outra operária respondeu.

Os empregos são difíceis e tomam todo o seu tempo, você não tem tempo para se ocupar com outras coisas, você vive apenas para o trabalho, esses empregos são como uma armadilha, a partir do momento em que você entra, não há muitas possibilidades de sair, não é fácil, é quase escravidão. Além disso, eles falam mal de nós e não somos realmente recompensados por todas essas dificuldades (Sandrine, 27 anos, padaria).

De fato, as empresas frigoríficas de embalagem de carne apresentam condições de trabalho precárias, com longas jornadas de trabalho e uma possibilidade elevada de doenças relacionadas a distúrbios mentais, depressão e tendências suicidas.

Em nossa pesquisa realizada com imigrantes haitianos em Chapecó, observamos que a maioria deles sofre preconceito, o que não é diferente para os estudantes, pois eles declararam ter sofrido preconceito por parte dos colegas de classe. Entre os participantes, alguns declararam sofrer de problemas de socialização e se identificaram como excluídos que tentaram todos os dias escapar da marginalização. Eles dizem travar uma luta interna pela sobrevivência no racismo, na discriminação e no isolamento de que são vítimas, e sofrer os mesmos problemas fora da universidade: preconceito, empregos precários, entre outros.

Viver aqui não é fácil, é preciso ter um moral de aço para permanecer vivo, pois não é fácil, o que você sofre no trabalho não é diferente dentro da universidade, no espaço universitário, como em muitos outros espaços da sociedade, somos como invisíveis, não é fácil encontrar uma interação entre os estudantes haitianos-brasileiros, e não é diferente em toda a sociedade, é uma forma de racismo velado, as pessoas simplesmente fingem que você não existe, te ignoram, no pátio da universidade, no restaurante, assim como na sala de aula. É preciso muita força mental para sobreviver nessa situação (Jeffele, 24 anos, estudante da UFFS).

Para entender esse discurso, é preciso ver essa discriminação sob dois aspectos: o primeiro está relacionado a questões socioeconômicas, já que a sociedade brasileira considera os imigrantes haitianos como vindos de um país marginalizado (vítima do capitalismo), como mão de obra barata e não qualificada para ser aproveitada. O segundo

aspecto está relacionado às características do mercado de trabalho, onde os imigrantes haitianos enfrentam problemas de falta de políticas públicas de emprego, preconceito, racismo e manifestações de xenofobia (Safi, 2013; Baeninger et al., 2016).

A isso se soma uma dimensão histórico-racial essencial: a origem negra e africana dos haitianos, que os inscreve em uma hierarquia racializada herdada da colonização e ainda ativa na sociedade brasileira. De fato, o Brasil, país marcado por uma forte estratificação racial pós-escravista, reproduz desigualdades baseadas na cor da pele e na origem africana. Os haitianos, como negros estrangeiros francófonos, sofrem assim uma dupla marginalização: como negros em uma sociedade pós-colonial racializada e como estrangeiros pobres em um contexto de tensão econômica e identitária.

As palavras dessa jovem haitiana testemunham essa realidade diariamente. Ela confirma que os estereótipos raciais e os preconceitos coloniais persistem nas interações sociais, onde o corpo negro haitiano é frequentemente percebido como inferior, explorável e até ameaçador, reforçando as barreiras à integração, ao reconhecimento e à dignidade.

Eu costumava trabalhar em uma padaria e trabalhava muito, mas sempre me davam mais trabalho para fazer. Tenho a impressão de que as pessoas estão me explorando em vez de me pagar um salário compatível com a quantidade de trabalho que faço. Outros brasileiros ganham mais dinheiro e trabalham menos, eles me olham com base em minha aparência e determinam que trabalho e que status devo ter em comparação com os outros (Wisline, 34 anos, funcionária de uma padaria).

Nesse sistema, o trabalhador migrante nada mais é do que o produto do capitalismo globalizado, que usa sua força de trabalho da forma mais exaustiva e lucrativa possível. Essa lógica de exploração não é neutra nem universal: ela faz parte de uma longa história de hierarquização racial do trabalho, herdada da escravidão, do colonialismo e das atuais políticas neoliberais. Em outras palavras, o capitalismo não apenas busca manter sua taxa de lucro explorando a classe trabalhadora, mas também racializa essa exploração, visando os corpos negros, migrantes e precários como reservatórios de trabalho flexível e escravo.

Nessa dinâmica, a força de trabalho dos migrantes haitianos - negros, estrangeiros, muitas vezes sem status estável - é desnaturada e reduzida ao status de mercadoria. Ela não é mais vista como uma contribuição humana, mas como uma mera engrenagem intercambiável no sistema de produção. Essa mercantilização racial do corpo negro é uma reminiscência do que Frantz Fanon (1952) chamou de "desumanização sistêmica", em que o indivíduo negro é visto não como um sujeito, mas como um objeto funcional.

Além disso, essa exploração está associada a uma profunda alienação, porque os trabalhadores não só são destituídos do valor de seu trabalho, como também lhes é atribuída uma posição social inferior, justificada por estereótipos raciais persistentes. Como Angela Davis (1981) demonstrou, o capitalismo sempre se baseou em relações sociais racializadas para manter suas hierarquias, em que a cor da pele se torna um critério para legitimar a exploração.

Portanto, nessa economia globalizada, os migrantes negros não são apenas explorados economicamente: eles são socialmente construídos como exploráveis, ou seja, predestinados à inferioridade, à invisibilidade e à precariedade, não por acidente, mas pela necessidade estrutural do sistema capitalista.

As alienações causadas pelo capitalismo são numerosas, e sua essência está na redução dos seres humanos a uma mera mercadoria (força de trabalho). As necessidades humanas são subordinadas às da acumulação capitalista, o que significa que as pessoas são tratadas como mercadorias, ou seja, como coisas, e não como seres humanos. Como resultado, a relação entre as pessoas, no contexto da acumulação capitalista, tornou-se uma relação de interdependência (Lessa e Tonet 2008, p.103-104).

Dessa relação entre capital e trabalho e sua monopolização pelos capitalistas surgem outros problemas, como a discriminação, o preconceito, o racismo e a exclusão. Os migrantes na cidade de Chapecó estão ao mesmo tempo distantes e próximos da sociedade em que vivem e observam de longe, ao que Marx acrescenta.

O modo de produção capitalista tem conhecido períodos de crise constante, momentos em que a degradação das condições de vida da classe trabalhadora é exacerbada pela ganância do capitalista por mais-valia, que se manifesta no "[...] esforço para prolongar a jornada de trabalho de forma irracional, com o objetivo de aumentar os dias de trabalho compulsório e gratuito" (Marx, 2006, p. 275).

A declaração acima também ilustra como a opressão da raça promove a ordem capitalista quando alivia a tensão entre capital e trabalho ao reservar os melhores empregos para os trabalhadores brancos e promove uma compreensão da exploração e da desigualdade social prevalecente entre a maioria da população negra e os estrangeiros migrantes. Em uma linha semelhante, Wallerstein (2021) destaca o papel proeminente do processo de racismo na acumulação de capital pelos setores capitalistas do sistema mundial, ao facilitar a apropriação da riqueza local e minimizar o impacto da exploração e da desigualdade social sobre as populações negras, minimizando os custos de produção (custos trabalhistas) e, ao mesmo tempo, os custos da agitação política (minimizando, não eliminando, pois não é

possível eliminar os protestos trabalhistas).

O racismo atua como a fórmula mágica que concilia os objetivos capitalistas de exploração com a divisão hierárquica do trabalho. De acordo com Souza (2022), os preconceitos herdados da era colonial foram cientificamente refinados e legitimados, e agora se materializam em práticas institucionais racistas. Essas práticas não apenas dificultam a ascensão social dos negros, mas também impedem qualquer integração efetiva dos migrantes haitianos em contextos urbanos como Chapecó.

Nesse espaço, a branquitude continua sendo uma norma social implícita, e os haitianos - que são ao mesmo tempo negros, estrangeiros e percebidos como "economicamente inúteis", uma vez que a força de trabalho foi explorada - são designados para as margens. Suas tentativas de participar da vida social esbarram em obstáculos estruturais, práticas de exclusão silenciosas e atos abertos de discriminação racial e xenofóbica. O racismo, ao naturalizar a marginalização desses migrantes, os exclui dos circuitos da cidadania local, confinando-os a uma posição de invisibilidade social, em que a integração se torna uma promessa sempre adiada ou até mesmo negada. A declaração feita por essa haitiana que vive em Chapecó não é diferente

Somos seres humanos como todo mundo e estamos aqui para estudar e trabalhar. Os haitianos só querem trabalhar e receber os frutos de seu trabalho. Eu posso dizer que me senti negra quando cheguei em Chapecó, tem um emprego que você pode se candidatar, mas não é para você; você só pode trabalhar na agroindústria, na limpeza, que é muito baixo, porque você é negra, porque você é haitiana (Roseline, 28 anos).

Os haitianos que vivem em Chapecó vivem em uma cidade na qual são quase totalmente invisíveis; a grande maioria dos haitianos na cidade trabalha apenas nas duas grandes indústrias frigoríficas, a BR Foods de Chapecó-SC e a Cooperativa Central Aurora Alimentos, que também fica em Chapecó. Embora essas duas empresas ofereçam aos haitianos a chance de vender sua mão de obra, elas também comprometem qualquer possibilidade de integração na cidade.

Um dos efeitos diretos das indústrias agroalimentares de Chapecó é a segregação socioespacial dos migrantes haitianos, a maioria dos quais se encontra confinada em bairros periféricos, longe do centro da cidade e de seus recursos sociais, educacionais e culturais. A maior concentração de haitianos está nas áreas adjacentes às grandes fábricas, incluindo Grande Efapi, Engenho Braum, Parque das Palmeiras, Jardim América, São Cristóvão e Saic. Esses locais são estrategicamente escolhidos por causa da proximidade com as empresas empregadoras, mas também por causa dos custos de moradia mais acessíveis, o

que já revela uma integração condicionada pela insegurança econômica.

Entretanto, essa proximidade funcional com os centros industriais têm um impacto negativo sobre a integração social dos migrantes haitianos. O emprego em fábricas agroalimentares, embora represente um ponto de entrada no mercado de trabalho, muitas vezes constitui uma armadilha espacial e social: as longas jornadas de trabalho, as horas de trabalho escalonadas, as dificuldades físicas e a falta de reconhecimento social limitam severamente a participação dos haitianos em outras esferas da sociedade, como a vida associativa, política, educacional ou cultural. Assim, a cidade se torna fragmentada, estruturada em torno de zoneamentos raciais e econômicos, onde os haitianos ficam confinados a espaços funcionais, próximos às unidades de produção, mas distantes dos locais de poder, visibilidade e lei.

Além disso, essa organização urbana cria uma forma de integração que é funcional, mas não cívica: os migrantes são integrados como trabalhadores, mas excluídos como residentes de pleno direito. Eles têm acesso limitado a serviços públicos de qualidade e não se beneficiam de nenhuma política de inclusão linguística, cultural ou institucional. Essa atribuição espacial a áreas periféricas constitui uma barreira material e simbólica à sua integração na sociedade chapecoense.

Em suma, ao moldar a geografia da moradia haitiana em Chapecó, a indústria agroalimentar reforça uma lógica de segmentação urbana e social, na qual a contribuição econômica dos migrantes é reconhecida, mas sua presença como sujeitos sociais e políticos permanece marginalizada, se não indesejável.

A variável racial desempenha um papel decisivo nas trajetórias migratórias em Chapecó. Enquanto os venezuelanos, geralmente percebidos como "mestiços" ou "brancos", estão menos expostos à discriminação racial evidente, os haitianos, como negros francófonos de origem africana, enfrentam o racismo estrutural latente e persistente (Souza, 2022; Faustino & Oliveira, 2021). Nessa cidade, a presença visível dos haitianos é vivenciada como uma ruptura. Eles são frequentemente percebidos como "estrangeiros absolutos", marcados não apenas por sua língua, mas, sobretudo, pela cor da pele. Esse preconceito de cor reforça sua não integração, mantendo-os em uma posição de permanente alteridade, mesmo após anos de residência (Silva e Oliveira, 2019).

O efeito combinado da insegurança econômica, da barreira do idioma e do racismo sistêmico significa que os haitianos claramente não estão integrados à sociedade chapecoense. Eles vivem em bairros periféricos, perto de centros industriais, mas longe de centros de vida cívica, educacional ou política (Baeninger et al., 2016). Ao contrário dos

venezuelanos, alguns haitianos dizem que nunca foram convidados para atividades comunitárias ou excluídos de locais públicos por causa de sua aparência (Moraes e Silva, 2020).

3.7 Condições de trabalho dos imigrantes haitianos e implicações

Deve-se enfatizar que os grupos de trabalhadores imigrantes e refugiados, especialmente haitianos e venezuelanos, enfrentam condições de trabalho semelhantes, geralmente marcadas pela precariedade, excesso de trabalho e acesso limitado aos direitos sociais. Entretanto, os haitianos sofrem uma forma maior de vulnerabilidade devido à sua posição especial na hierarquia racial e social. Além de serem estrangeiros, não terem moradia estável e enfrentarem barreiras linguísticas significativas devido à falta de conhecimento do português, eles também são vítimas de racismo sistêmico, o que os expõe a tratamento discriminatório no local de trabalho e na sociedade em geral.

Mas o que acentua ainda mais sua marginalização é o fato de serem negros em um espaço social em que a pele clara está associada à normalidade e à aceitabilidade. Essa dupla atribuição - racial e migratória - os coloca nos estratos mais baixos da estrutura social, reforçando sua invisibilidade, precariedade e isolamento. Como resultado, os migrantes haitianos não estão verdadeiramente integrados à sociedade: são tolerados nos circuitos econômicos em que sua mão de obra é explorada, mas excluídos das esferas sociais e culturais. Sua presença permanece funcional, utilitária e temporária no imaginário coletivo, o que impede qualquer reconhecimento pleno e duradouro de sua cidadania local e urbana.

Os baixos salários pagos pelas empresas agroalimentares de Chapecó, que variam de US\$300 a US\$350, têm um grande impacto sobre o nível de integração dos trabalhadores migrantes haitianos. Essa situação é o resultado de dois fatores: por um lado, a ausência de uma forte tradição de luta sindical no setor, enfraquecida por um sindicalismo considerado reformista e burocratizado; por outro lado, a normalização da precariedade salarial, que se tornou o padrão local. Esses salários, que são insuficientes para cobrir o custo de vida, ajustados ao salário mínimo aplicado por essas grandes empresas, limitam a capacidade dos migrantes de assumir um compromisso de longo prazo com a cidade.

Com rendas como essa, os trabalhadores haitianos só podem ter acesso a moradias na periferia, que geralmente são precárias (feitas de madeira). Essa marginalização socioespacial, imposta por restrições econômicas, isola os migrantes da dinâmica social da cidade, impedindo-os de participar plenamente da vida urbana, comunitária ou cultural.

Além disso, os baixos salários restringem suas oportunidades de estudo, aprendizado de idiomas e investimento pessoal, que são fundamentais para a integração.

Dessa forma, o salário não é apenas um meio de subsistência, mas um vetor de inclusão ou exclusão social. No caso dos migrantes haitianos em Chapecó, ele se torna um instrumento de exclusão social, mantendo-os na condição de mão de obra dependente, sem perspectiva de mobilidade social ou reconhecimento como cidadãos.

Na Cooperativa Central Aurora Alimentos, em Chapecó, os salários dos trabalhadores variam de R\$ 1.929 a R\$ 2.178 para 8 horas de trabalho distribuídas em 12 horas, o que significa uma média entre 300 e 350 dólares para o grupo de trabalhadores da produção de bens. Dado o custo de vida nessa região, onde os aluguéis são muito altos, especialmente em Chapecó, e os preços ao consumidor são todos ajustados ao salário mínimo, acrescenta-se a isso a obrigação de transferir dinheiro para suas famílias que vivem no Haiti no final de cada mês, e o sonho de se integrar à sociedade brasileira se torna quase um pesadelo para esses imigrantes.

Nesta cidade, os aluguéis de casas simples de dois dormitórios nos bairros são da ordem de R\$800,00 a R\$1.000,00; os apartamentos (mesmo nos bairros) são ainda mais caros, não custando menos de R\$1.000,00 a R\$1.300,00. Some-se a isso alimentação, transporte, vestuário e lazer, e o resultado é o seguinte: por mais simples que seja o trabalhador, suas despesas pessoais giram em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00, sobrando em média R\$ 100,00 a R\$ 150,00 para enviar às famílias de origem. O migrante haitiano nessas condições não tem vida social e vê sua chance de integração reduzida à mais simples impossibilidade, pois sua condição socioeconômica não permite.

Não há como ter tempo de lazer ou visitar outras partes da cidade, porque não só trabalhamos muito, o que significa que não temos tempo, mas o dinheiro que ganhamos não nos permite fazer isso, temos que administrar o essencial, nossa integração na cidade é complicada. O dinheiro que ganhamos não é nem suficiente, não dá para fazer nada além de comer, pagar a casa, mandar um pouco de dinheiro para o Haiti e continuar trabalhando. Para mim, ainda estou no Haiti e não estou vivendo uma vida digna de um país estrangeiro (Amos, 40 anos, funcionário da BRF).

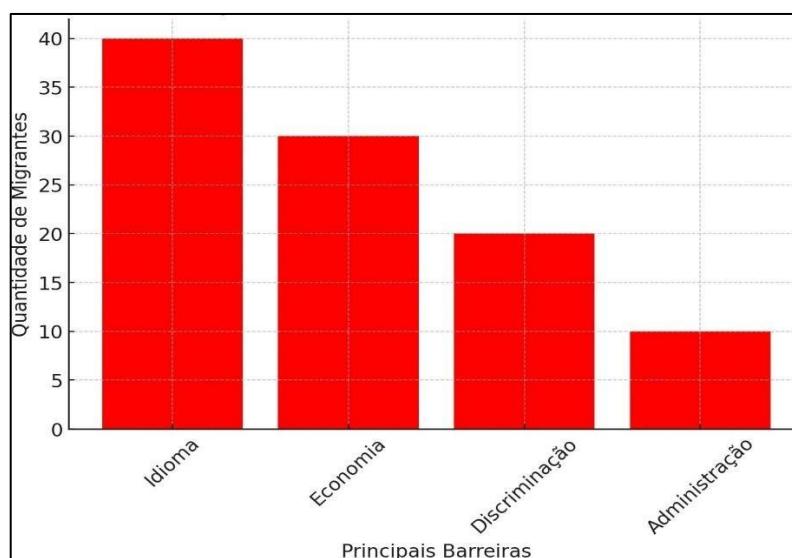
Para entender a relação entre a compra e a venda da força de trabalho como uma mercadoria intrínseca ao avanço da produção capitalista, é necessário entender o conceito marxista de mais-valia, que significa o aumento ou o excedente em relação ao valor original produzido pelo trabalhador (Marx, 2004). Em outras palavras, todo o trabalho é incorporado em uma mercadoria durante a jornada de trabalho (Harvey, 2013).

A produção de mais-valia é a produção de bens materiais em que os trabalhadores produtivos (proletários) transformam a natureza e geram mais valor ao produzir uma nova mercadoria (Viana, 2014, p. 25).

Um número considerável desses migrantes procura dois empregos para poder enviar mais dinheiro para seus familiares. Isso pode envolver dois empregos em diferentes frigoríficos (todos os frigoríficos da região têm dois turnos: um começa entre 3h e 4h e termina por volta das 14h e o outro começa às 13h30 e termina por volta da meia-noite); ou em frigoríficos e, pela manhã ou à tarde, na construção civil; Nessas condições, não há meios de integração e, mesmo quando aprendem português, a maioria desses migrantes não consegue manter uma conversa básica em português.

Não é que não tenhamos a capacidade de aprender o idioma, mas caímos em uma armadilha, porque encontramos trabalho sem precisar falar o idioma, trabalhamos muitas horas e, no trabalho, há muito barulho, não há como conversarmos uns com os outros, E o que complica as coisas é que os venezuelanos são a maioria no trabalho, então não há como falar o idioma, e nós só trabalhamos aos domingos, então muitos de nós temos pelo menos dois empregos (Rubin, um trabalhador em Aurora).

Gráfico 13 – Principais barreiras no mercado de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Como aponta Carvalho (2017), a lógica capitalista de produção se baseia em duas formas principais de extração de mais-valia: a mais-valia absoluta, obtida pelo prolongamento da jornada de trabalho para além do necessário para a reprodução da força de trabalho, e a mais-valia relativa, produzida pela intensificação do trabalho e pelo aumento da produtividade, particularmente por meio da introdução de novas tecnologias.

No contexto dos migrantes haitianos empregados nas indústrias agroalimentares de

Chapecó, essas duas formas de mais-valia são articuladas de forma concreta e brutal. As linhas de produção, que são altamente mecanizadas e pontuadas por ritmos contínuos, exigem que os trabalhadores se adaptem à aceleração constante dos processos de produção, muitas vezes à custa de sua saúde física e mental. Essa intensificação do trabalho, longe de melhorar suas condições, contribui para a exploração máxima de sua força física, o único capital de que dispõem quando chegam à cidade.

Sob essas condições, o trabalho perde seu significado ontológico, ou seja, seu potencial de realização e participação social. Ele é reduzido a uma mercadoria, um bem a serviço do capital, onde o ser humano é dissolvido na máquina produtiva. Os migrantes haitianos, sem estabilidade econômica e direitos sociais garantidos, e muitas vezes confrontados com obstáculos linguísticos e institucionais, tornam-se assim os mais vulneráveis na produção de mais-valia capitalista. Eles fabricam bens que não consomem, em sistemas que não controlam e em uma sociedade que não os reconhece nem os integra totalmente.

Seu trabalho, embora essencial para o funcionamento econômico da cidade, é desconectado de qualquer forma de integração ou reconhecimento social, reforçando seu status de agentes invisíveis do capital, tanto produtivos quanto marginalizados.

3.8 Dificuldades de comunicação e suas implicações

Um dos primeiros desafios que os migrantes haitianos enfrentam quando se desterritorializa é a barreira do idioma, que afeta profundamente sua capacidade de comunicação, socialização e integração na sociedade anfitriã. No Haiti, embora o francês seja o idioma oficial, o crioulo haitiano é a língua materna e o idioma mais usado nas interações cotidianas. Entretanto, esse idioma não é ensinado nem compreendido no Brasil, o que coloca os migrantes haitianos em uma situação de isolamento linguístico quase completo desde o momento em que chegam. Essa dificuldade é ainda mais acentuada nos círculos profissionais e sociais, onde a falta de conhecimento do português não só dificulta as trocas básicas, mas também reforça as relações de dominação e estigmatização. No local de trabalho, essa falta de comunicação muitas vezes resulta em mal-entendidos, exclusão ou ordens dadas sem explicação clara, aumentando o estresse e a insegurança dos trabalhadores haitianos.

Em comparação, os migrantes venezuelanos, embora também sejam estrangeiros, se beneficiam de uma proximidade linguística com o português por meio do espanhol, o que lhes permite uma integração mais rápida nas relações profissionais e sociais. Esse contraste tende a reforçar a marginalização dos haitianos, que muitas vezes são vistos como "fechados", "difíceis de entender" ou até mesmo "indispostos a se integrar", embora esses julgamentos ignorem as desigualdades estruturais na comunicação que eles sofrem.

Além disso, essa barreira linguística é agravada por um racismo sutil, que associa a cor da pele a uma suposta incapacidade intelectual ou social. Dessa forma, a dificuldade de falar português torna-se um pretexto para justificar a exclusão, reforçando estereótipos raciais e excluindo os haitianos das redes locais de interação, assistência e participação cívica.

Em suma, o idioma se torna uma ferramenta de exclusão, não apenas por sua ausência, mas também pelo uso que se faz dele na hierarquização das populações migrantes. Essa situação torna particularmente difícil para os haitianos se socializarem com os brasileiros, exacerbando seu isolamento e sua incapacidade de se integrar à sociedade local.

Na região, apesar de vários debates e lutas de organizações para que o Estado (o Estado de Santa Catarina e o município de Chapecó) ofereça cursos de língua portuguesa (dos Santos, 2016), não houve progresso nessa questão, com poucos avanços em termos de aprendizado da língua portuguesa. Há alguns cursos oferecidos por algumas organizações, como a Pastoral do Migrante de Chapecó, a Associação Chapecoense de Haitianos e a Universidade da Fronteira Sul, mas que não ajudam a maior parte da população que teima em procurar trabalho, já que são pessoas vulneráveis.

Essas são tentativas de demonstrar a "boa vontade" de certos grupos de pessoas preocupadas com a integração dos imigrantes, mas as condições socioeconômicas em que vivem não lhes permitem cultivar o idioma e se integrar. Isso significa que muitos migrantes haitianos não conseguem entender seus direitos como trabalhadores e têm dificuldade em lidar com sua situação. Outro problema é que esses migrantes têm um nível de educação válido em seu país de origem, mas são reduzidos a operários nessas empresas de empacotamento de carne.

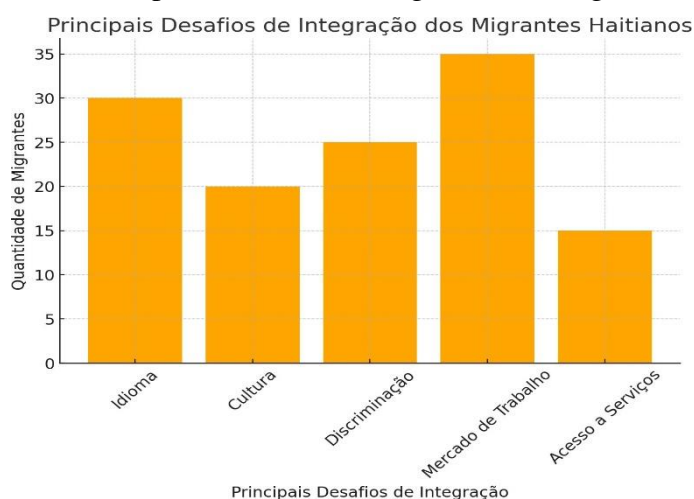
O capitalismo em sua fase imperialista, em seu processo de acumulação de capital, expulsa parte da classe trabalhadora de seu país de origem por meio da proletarianização, do desemprego, da violência, da exploração e da pobreza, e compensa a falta de mão de obra em determinados ramos da indústria em outro nível de produção de riqueza capitalista. Ao mesmo tempo, as políticas sociais e econômicas garantiram que o status desses trabalhadores

não mudasse e que eles permanecessem fixos na mesma posição que a classe trabalhadora.

O capital os obriga a deixar seu território e, nos territórios onde se instalam, não há possibilidade de permanência e integração. A realidade desses trabalhadores na região oeste de Santa Catarina, no município de Chapecó, é de baixos salários, ambiente de trabalho medíocre, rotatividade de pessoal, dificuldade de sobrevivência nas condições que lhes são impostas e, como resultado, vivem à margem dessa sociedade cuja força ajuda a gerar riqueza.

Percebe-se que o trabalho árduo realizado por esses imigrantes haitianos não é recompensado de forma a permitir que esses trabalhadores mantenham um único emprego e tenham tempo para se reproduzir social e economicamente, com o único objetivo de estar sempre à disposição do capital. Os salários desses migrantes são a condição de sua não integração na sociedade, somando-se à discriminação implantada pelo capitalismo para melhor explorar sua força de trabalho.

Grafico 14 – Principais desafios de integração dos migrantes haitianos



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

3.9 Entre planos de migração futura e sonhos frustrados

A migração haitiana para o Brasil, muitas vezes motivada por histórias de oportunidades e dignidade redescoberta, oscila entre a esperança de uma trajetória ascendente e a desilusão diante de uma realidade social hostil. Para muitos migrantes, deixar

o Haiti representa um projeto futurista, uma fuga da pobreza e da instabilidade política, alimentada pela imagem do Brasil como uma "terra de boas-vindas" e de crescimento econômico. No entanto, uma vez lá, o sonho muitas vezes dá lugar à precariedade, à exploração nas indústrias agroalimentares, à marginalização residencial, ao racismo estrutural e à não integração. Essa contradição entre o ímpeto de partir e as condições de chegada alimenta um sentimento de traição na migração, onde o sonho se torna um fardo diário.

Nesse contexto, muitos haitianos estão desenvolvendo novos projetos de migração secundária - para os Estados Unidos ou Canadá - vistos como alternativas às situações de exclusão total que estão vivenciando. Outros, não conseguindo sair, recuam para um modo de sobrevivência transnacional, tentando "ter sucesso à distância" por meio de remessas ou mantendo os laços familiares. O projeto de migração, inicialmente uma fonte de emancipação, torna-se então uma área de tensão permanente, dividida entre a promessa de mobilidade social e a brutalidade das fronteiras materiais, linguísticas e raciais.

O que eu ganho em um mês aqui, eu ganhava em dois ou três dias no Haiti, porque eu era um motorista que fazia o tráfego para a capital, no Haiti eu era o chefe da casa e contratava pessoas. Aqui, não tenho nada, o salário é muito baixo e trabalhamos como burros, minha querida, não é nada do que eu esperava. Quando se paga o aluguel e as contas, não sobra nada no final do mês. O pior é que nossas famílias não entendem a realidade daqui. Eles não conseguem entender que estou em um país estrangeiro e não tenho dinheiro. Eles acham que eu deveria poder enviar dinheiro toda semana, mas isso não é verdade. Essa não é a vida que eu vim buscar aqui, a razão pela qual eu não peguei a estrada foi por covardia, meus colegas de apartamento saem de casa e ele chega, eu me arrependo um pouco, mas não estou me escondendo para dizer que a vida como migrante é complicada (Fritz, trabalhador da BRF).

A mobilidade humana está ligada às demandas do processo de acumulação de capital em escala global. De fato, um mercado de trabalho supostamente favorável aguarda os migrantes, resultante do processo de "globalização e da revolução tecnológica baseada na microeletrônica", e que "constituiu o maior exército industrial de reserva na história do capitalismo moderno, mas, em alguns casos, a expectativa do "El Dorado" é substituída por "marginalização social, discriminação no mundo do trabalho formal e informal e casual", além de salários insuficientes, até mesmo para garantir uma dieta diária regular (Vetrano, 2015).

No âmbito desta pesquisa, entendemos que a realidade da migração é composta de sonhos frustrados que levam a outros projetos de migração. Por exemplo, esta declaração

mostra que as coisas esperadas não são as coisas vividas pelos migrantes

Os migrantes muitas vezes tomam suas próprias decisões sobre mobilidade (Supiot, 2014), alguns querem se estabelecer permanentemente e outros que estão procurando trabalho temporário, que querem ir e vir. Há um número crescente de migrantes em busca de um novo lugar em um novo país, eles se veem como pessoas em movimento em um mercado capitalista global. Nesta pesquisa, percebemos que alguns dos migrantes confessaram seu arrependimento por não terem decidido ir para outros espaços, como os Estados Unidos, o Canadá e, no contexto atual com a chegada de Trump, alguns decidiram ficar no Brasil enquanto consideravam outros espaços.

Quando eu saí do Haiti, eu tinha outra coisa em mente, quando cheguei aqui, era diferente do que eu pensava, mas eu coloquei todo o meu coração para enfrentar a vida aqui, pelo que eu vi, eu não decidi ir para outro lugar, não me arrependo disso, Minha família está aqui, temos mais paz, não temos dinheiro, mas apenas vivemos nossas vidas em paz e sem pressão, estou pensando em outros lugares como os Estados Unidos e o Canadá, mas com um visto, mas não ilegalmente (Samuel, motorista de táxi).

Essa liberdade de movimento para os trabalhadores é, na verdade, uma demonstração de que eles são obrigados a acompanhar o capital onde quer que ele se mova. O trabalhador nada mais é do que o "capital variável", um aspecto do "próprio capital", um produto do capitalismo capaz de governar a mobilidade não apenas de bens e serviços, mas também de seres humanos (Harvey, 2013). Os migrantes que se mudam para trabalhar e "buscam uma vida melhor em outro lugar" não podem escapar das pressões e demandas do capital, e essa suposta liberdade nem sempre atende às demandas da vida dos migrantes.

Estamos em um processo de busca pela vida, não vamos desistir dos sonhos que acreditamos, muitas pessoas acreditam em nós, somos a esperança de nossas famílias, temos que sair da zona de conforto, com a possibilidade de viver em outro espaço, e tentar enfrentar novos desafios, somos buscadores, nunca vamos parar de buscar a vida, temos que encarar a vida de frente (Sébastien, graduado da UFFS que decidiu deixar o Brasil para ir ao Canadá).

Essa mobilidade geográfica supostamente livre expressa pelo trabalhador migrante, como ressalta Harvey, representa mais do que a objetificação do trabalhador para o capital, representa a esperança e a luta por uma vida melhor, mesmo que essa luta favoreça o capital quando os trabalhadores respondem aos incentivos materiais que ele oferece (salários mais altos e melhores condições de trabalho). Apesar dessa busca "livre" e "eterna" por uma vida melhor por parte dos trabalhadores, o capital é favorecido (Harvey, 2013). Esse desejo de servir ao capital em outros níveis está presente em quase todos os migrantes que

concordaram em responder às nossas perguntas sobre a Sodwin, por exemplo.

O Brasil é o meu lar e pretendo voltar para lá, mas, enquanto isso, há trabalho a ser feito, há muitas responsabilidades e você não consegue ganhar o suficiente para atender às suas responsabilidades e às necessidades de sua família, que são os motivos fundamentais para deixar o Haiti. O Brasil seria ótimo se todas as famílias estivessem aqui, assim não haveria necessidade de enviar remessas umas para as outras. É muito difícil encontrar um bom emprego quando se é negro e, apesar de suas qualificações, é importante buscar uma vida um pouco mais longe (Medelus, estudante da UFFS).

Diante do atual estado da globalização, que Milton Santos (2001) descreve como “perverso”, ou seja, impulsionado pela lógica econômica que sacrifica os seres humanos em benefício do capital, os migrantes haitianos se veem presos em uma espiral de perambulação geopolítica. Enquanto o mundo “gira sem rumo” - fragmentado, desigual, desenraizado - os haitianos também se voltam na direção dessa globalização, esperando a cada passo encontrar um espaço de vida digno, uma fuga da instabilidade, da pobreza e do abandono estatal de seu país.

Mas os mecanismos em que se baseia essa globalização - a terceirização do trabalho, a precarização das fronteiras, a flexibilização do capital e a invisibilização das periferias - deixam aos migrantes haitianos apenas a exploração como horizonte de sua existência. Nesse contexto, Chapecó não é mais um lugar para criar raízes, mas sim um lugar de trânsito, um ponto de parada obrigatório em uma trajetória migratória incerta, marcada pela insegurança, pelo isolamento e pela impossibilidade de criar raízes e se integrar a longo prazo. Portanto, a condição haitiana no Brasil globalizado faz parte de uma geografia de mobilidade forçada, onde os lugares atravessados são apenas respostas temporárias a impasses estruturais e onde a dignidade é sempre adiada, nunca alcançada.

O outro aspecto desse desejo é sociológico: a diáspora no Haiti é sinônimo de sucesso social e econômico fora do país. Handerson (2015) ressalta que, por causa de seu status social e econômico, as diásporas são tratadas de forma diferente em estabelecimentos públicos e casas particulares, mesmo que outros tenham emprego, sucesso profissional e uma vida econômica melhor do que as diásporas, ser uma diáspora no Haiti é uma marca de valor, na fala desse interlocutor temos uma melhor compreensão do escopo sociológico desse fenômeno da diáspora no Haiti.

Temos de enviar dinheiro para as famílias no Haiti para que possam se alimentar, pagar as mensalidades escolares e ir ao hospital se estiverem doentes. Mas esse salário não é suficiente para atender às necessidades daqueles que contribuíram com o processo. Como resultado, não somos

considerados uma diáspora no Haiti. As diásporas são os haitianos nos Estados Unidos, na França e no Canadá que podem enviar dinheiro para suas famílias e amigos, o que é uma das razões pelas quais muitas pessoas saem daqui para os Estados Unidos. Não sou contra os que saem, embora eu não tenha saído, dei dinheiro a um irmão para ir embora. (Wilbert, motorista de táxi).

A geografia da diáspora haitiana não é homogênea em termos de ascensão social. De acordo com Audebert (2012), as diásporas dos países do norte têm uma representação social mais valorizada e prestigiada na percepção dos haitianos do que as dos países do sul (República Dominicana, Cuba, Chile, Bahamas, Guiana, Brasil). Essa hierarquia é construída com base nas condições de vida dos cidadãos dos países anfitriões e pode ajudar a diáspora haitiana a ter sucesso. Para se tornarem úteis e se sentirem como uma diáspora, os haitianos deixaram o Brasil em direção a outros países onde o salário mínimo pago aos trabalhadores pode ajudar suas famílias. No Haiti, ser uma diáspora e não poder atender às necessidades de sua família não rimam.

Os haitianos gastam aqui e ali, mas o salário não atende a essas exigências. No Brasil, você pode comprar um carro, uma casa e ter um padrão mínimo de vida. Mas, para os haitianos, isso não é suficiente, porque há a responsabilidade daqueles que ficaram no Haiti. É por isso que muitos haitianos vão para países onde o salário é melhor, em dólares, para viver. Então, mesmo que eles ganhem pouco nos Estados Unidos, por exemplo, já estão ganhando em dólares. Quando ele vai transferir recursos, não precisa comprar dólar para enviar. Aqui no Brasil não (Wilbert, motorista de táxi).

As condições socioeconômicas dos migrantes haitianos no Brasil não permitem que eles assumam suas responsabilidades no Haiti. Seu status de migrante em Chapecó não garante suficientemente sua existência física e simbólica no território de assentamento e origem. Como Handerson (2015; 2019), Audebert (2017), Jean Baptiste (2018) e Monacé (2021) apontaram, no Haiti, o pertencimento à diáspora é julgado com base em sua função econômica de contribuir para aqueles que permanecem no território de origem, e o não cumprimento dessa função se torna um fardo.

Ao longo da análise deste trabalho, ficou claro que o emprego teve um caráter transversal na trajetória, na permanência e no deslocamento desses imigrantes. A questão do emprego, particularmente no caso da maioria dos imigrantes haitianos, é o elemento fundamental na construção do status do imigrante como um ser transitório.

De modo geral, nenhum imigrante no mundo pode estar totalmente seguro de permanecer em um país anfitrião, pois o status de imigrante é marcado pela instabilidade e está ligado ao trabalho. Quando há uma crise de

empregos, você não tem as condições adequadas para ficar. Como imigrante, você é obrigado a sair, porque seria a primeira vítima da crise (François, motorista de táxi).

O maior desafio que a diáspora haitiana enfrenta no Brasil é a questão salarial. A força de trabalho da diáspora geralmente não é qualificada e, como resultado, os trabalhadores, na maioria dos casos, ganham apenas o salário mínimo no mercado de trabalho local. Um salário que lhes permite apenas reproduzir sua força de trabalho. Como Handerson (2015) aponta, o salário mínimo no Brasil é de fato mínimo em comparação com os Estados Unidos, Canadá ou França, e com esse salário seria difícil economizar dinheiro e sustentar as famílias no Haiti, enviando-lhes recursos para comprar ou construir suas casas no Haiti.

Além disso, com a inflação galopante da economia brasileira e a desvalorização do real em relação ao dólar, a situação está se tornando mais complicada para a diáspora haitiana, que precisa trocar seu dinheiro pela moeda americana para fazer transferências financeiras para o Haiti.

O Brasil, na mente dos migrantes, é sempre uma transição, e os haitianos que vão para os Estados Unidos o fazem por causa do mito do dólar. Quando os haitianos vão para os Estados Unidos, eles acham que receberão seu salário em dólares e, portanto, não precisarão trocar dinheiro para enviar ao Haiti. O haitiano não partiu por si mesmo, mas por sua família - um lugar que não permite que ele cumpra essa responsabilidade é um lugar para fugir (Jean, estudante da UFFS).

Além dos desafios socioeconômicos, que são os principais fatores da mudança para outros países, há também os fatores culturais. Viajar é uma parte essencial da representação cultural haitiana, e é difícil encontrar uma família haitiana que não tenha um ou dois membros no exterior.

Mano, os haitianos também gostam de viajar e há um orgulho na família quando um de seus membros vai a muitos países brancos (comer em um país e beber em outro). Muitos haitianos viajam para vários países apenas por satisfação pessoal, para dizer que conhecem muitos países (Yvenert, músico da igreja).

Dentro desse processo migratório, três categorias de imigrantes se destacam: a primeira, cujo objetivo é utilizar o Brasil como país de trânsito; a segunda, que se desloca devido às dificuldades encontradas no Brasil ou por ter vivenciado uma decepção ligada à expectativa de um país como terra de novas oportunidades; e a terceira, que é influenciada pelo mito da viagem e pela busca de melhores condições de vida em outros países capitalistas.

A análise das histórias desses indivíduos nos permite compreender a migração

haitiana, seu grau de transnacionalismo, o nível de integração dos migrantes e o grau de sucesso desse processo, sem deixar de entender que o Brasil está se tornando um país de trânsito para muitos imigrantes haitianos em relação aos seus aos seus sonhos de el dorado que se transformaram em fumaça.

As condições socioeconômicas que não garantem o reconhecimento, a existência e a reprodução dos indivíduos migrantes os levam diretamente a um estado de transmissão, daí o caráter transnacional da migração haitiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou compreender os fatores que explicam a natureza transnacional e o nível de integração da migração haitiana no Brasil, tomando como estudo de caso a cidade de Chapecó. A análise dos dados coletados, aliada a uma releitura crítica da dinâmica migratória contemporânea, mostrou que a migração haitiana tem um alto grau de transnacionalismo e integração mista, se não quase inexistente. Embora os migrantes haitianos estejam fisicamente presentes no Brasil, eles mantêm vínculos ativos com seu país de origem por meio de intercâmbios econômicos, sociais e culturais.

Essa dinâmica transnacional é construída como uma estratégia de sobrevivência, mas também como uma forma de resistência identitária diante das muitas barreiras encontradas no país anfitrião. Além disso, parece que a força de trabalho desses migrantes é amplamente explorada em setores de baixo valor da economia local, enquanto eles permanecem amplamente excluídos das esferas de integração social, cultural e política da cidade. Essa situação revela um profundo paradoxo: os migrantes são essenciais para o funcionamento de determinados segmentos econômicos e, ao mesmo tempo, são mantidos à margem da sociedade anfitriã.

De fato, uma das principais conclusões desta pesquisa diz respeito às dificuldades de integração enfrentadas pelos migrantes haitianos em Chapecó. A cor da pele continua sendo um fator discriminatório central, alimentando várias formas de racismo, exclusão e marginalização socioeconômica. Essa discriminação estrutural impede que essa população seja realmente incluída no tecido social local e reforça um sentimento de desconexão da sociedade brasileira.

Como um estudante migrante haitiano que viveu essas realidades, pudemos observar de perto como essa exclusão se manifesta não apenas nas interações cotidianas, mas também no acesso a direitos fundamentais, como moradia, emprego decente e reconhecimento social. Essa experiência pessoal nos deu uma melhor compreensão da profundidade da injustiça vivida por esses migrantes, ao mesmo tempo em que fortaleceu nosso compromisso de fazer com que essas vozes sejam ouvidas por meio de uma análise rigorosa e crítica. Essa postura, tanto comprometida quanto analítica, foi uma força motriz essencial para a realização deste trabalho.

Entretanto, esta pesquisa tem certas limitações. Não foi possível examinar em profundidade a questão da segregação socioespacial vivenciada pelos migrantes haitianos diariamente, nem analisar em detalhes as estratégias coletivas e individuais que eles mobilizam para lidar com essas formas de discriminação. Essas dimensões são essenciais para

compreender a complexidade da experiência migratória e mereceriam mais atenção em pesquisas futuras.

Além disso, os resultados aqui apresentados cumprem um papel que vai além da descrição analítica: eles convidam a um reenxergar mais atento e sensível das vidas dos migrantes haitianos em Chapecó. Ao evidenciar dimensões frequentemente invisibilizadas como as formas silenciosas de resistência, a criatividade cotidiana diante das barreiras e a força das redes transnacionais que sustentam essas trajetórias este trabalho busca desfazer estereótipos e ampliar a compreensão pública sobre essa população.

Trata-se de um deslocamento de olhar que chama atenção para o fato de que os haitianos não podem ser reduzidos a uma força de trabalho ou a um grupo “problema”, mas devem ser reconhecidos como sujeitos sociais complexos, portadores de histórias, expectativas e estratégias próprias. Espera-se que esta reflexão incentive análises futuras mais sensíveis e políticas mais inclusivas, capazes de reconhecer a profundidade e a dignidade dessas vidas que, muitas vezes invisibilizadas, continuam a construir novos sentidos de pertencimento no espaço urbano brasileiro.

É exatamente sob essa perspectiva que este trabalho pretende ser um ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada. Impulsionado por um desejo pessoal de contribuir para uma melhor compreensão das realidades vividas por minha comunidade, o objetivo é examinar com maior profundidade os mecanismos de adaptação, resistência e reapropriação do espaço urbano implementados pelos migrantes haitianos em Chapecó. Como atores e observadores dessa dinâmica, acreditamos ser vital tornar visíveis as formas de solidariedade, criatividade social e luta diária que moldam seu lugar, muitas vezes invisível, nas cidades brasileiras. Essa abordagem, que combina compromisso pessoal e rigor científico, visa enriquecer o pensamento sobre a migração contemporânea e, ao mesmo tempo, contribuir para uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ADDA, Jacques. La mondialisation de l'économie: les mutations économiques. v. 1. Paris: La Découverte, 1996.

AGUIRRE, Mariano. Los días del futuro: la sociedad internacional en la era de la globalización. Barcelona: Icaria Antrazyt, 1995. p. 52.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; ASAI, Lia Naomi. Influência da globalização em pequenas empresas. In: ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; COSTA, Benny Kramer (org.). Estratégia: perspectivas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2002. v. 1.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; ASAI, Lia Naomi. Influência da globalização. In: ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; COSTA, Benny Kramer (org.). Estratégia: perspectivas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, 2008, São Paulo. Disponível em: Acesso em: 7 jul. 2025.

AUDEBERT, Christophe. La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012. 196 p <https://doi.org/10.4000/books.pur.26969>

AUDEBERT, Christophe. Régionalisme et migrations dans la Caraïbe. In: DUBESSET, Éric; LUCAS, Rafael (dir.). La Caraïbe dans la mondialisation: quelles dynamiques régionalistes?. Paris: L'Harmattan, 2009. p. 23-37.

AUDEBERT, Christophe. The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: Refugees or economic migrants? Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 55-71, 2017. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0007>

AUDEBERT, Cédric. La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012. <https://doi.org/10.4000/books.pur.26969>

AUDEBERT, Cédric. La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion? Paris: L'Harmattan, 2011. Disponível em: Acesso em: 6 fev. 2024.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haítiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>

BASCH, Linda G.; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states. Langhorne, PA: Gordon and Breach, 1994.

BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states. London; New York: Routledge, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Identité. Paris: Éditions de l'Herne, 2010.

BECKER, Bertha K. A. (Des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K. A. et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil.

São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. p. 46-64.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

BORJAS, George J. Economic theory and international migration. *International Migration Review*, v. 23, n. 3, p. 457-485, 1989. <https://doi.org/10.1177/019791838902300304>

BOUDON, Raymond; LAZARSFELD, Paul. Le vocabulaire des sciences sociales. Paris: Mouton, 1965. <https://doi.org/10.1515/9783111586809>

BOURDIEU, Pierre. *Anthropologie économique: cours au Collège de France, 1992-1993*. Paris: Raisons d'Agir; Seuil, 2017.

BOURDIEU, Pierre. La fabrique de l'habitus économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 150, p. 79-90, 2003. <https://doi.org/10.3406/arss.2003.2773>

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 31, p. 2, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 105, p. 3-12, 1994. <https://doi.org/10.3917/arss.p1994.105n1.0003>

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. *International Migration Review*, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989. <https://doi.org/10.1177/019791838902300313>

BOYER, Régis. L'entrée à l'université. In: ERLICH, Vincent; FRICKEY, Alain; HÉRAUX, Pierre; PRIMON, Jean-Louis; BOYER, Régis; CORIDIAN, Claude. *La socialisation des étudiants débutants: expériences universitaires, familiales et sociales*. Paris: DPD-MEN, Coll. Insertion Éducation Société, 2000. p. 39-66.

BRODWIN, Paul E. Marginality and subjectivity in the Haitian diaspora. *Anthropological Quarterly*, v. 76, n. 3, p. 383-410, 2003. <https://doi.org/10.1353/anq.2003.0034>

BRUNET, Louis. La conception leibnizienne du lieu et de l'espace. *Laval théologique et philosophique*, v. 35, n. 3, p. 263-277, 1979. Disponível em: Acesso em: 7 jul. 2025. <https://doi.org/10.7202/705747ar>

CALMONT, Alexandre; AUDEBERT, Cédric (dir.). *Dynamiques migratoires de la Caraïbe*. Paris: Géode-Karthala, 2007

CASTOR, Suzy. *La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias: 1915-1934*. Santo Domingo: Fundación Juan Bosch, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia (org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Brasília: Cadernos OBMigra, ed. especial, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014. 110 p.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; ARAÚJO, Douglas. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: relatório anual 2016. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração; Coordenação Geral de Imigração, 2016.

CHARLES, Carolle. Transnationalism in the construct of Haitian migrants' racial categories of identity in New York City. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 645, p. 101-123, 1992. <https://doi.org/10.18356/1d9708d4-es>

CLOCHARD, Olivier. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, v. 2, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/1801>. Acesso em: 7 jul. 2025. <https://doi.org/10.4000/echogeo.1696>

COTINGUIBA, Geraldo C. Aletranje – a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano: o Brasil como uma nova baz. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Ambiental) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

CÁRDENAS, Ingrid C. Migraciones haitianas en la región andina. *Boletín del Sistema de Información sobre Migraciones Andinas*, n. 19, FLACSO: Equador, 2015.

DOMENACH, Hervé. Les migrations intra-caribéennes. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 2, n. 2, p. 9-24, 2002. <https://doi.org/10.3406/remi.1986.1096>

DORIGNY, Marcel; GAINOT, Bernard. Atlas des esclavages: traites, sociétés coloniales, abolitions de l'Antiquité à nos jours. Paris: Autrement, 2006. 80 p.

DUCLOS, Véronique. L'intégration universitaire et sociale d'étudiants tunisiens et marocains inscrits dans une université francophone canadienne. *Revue canadienne d'enseignement supérieur*, v. 41, n. 3, p. 81-101, 2011. <https://doi.org/10.47678/cjhe.v41i3.2491>

FAUSTO, Boris. Uma historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1991.

FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 6, n. 6, p. 73-98, 2011.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0012>

FERREIRA, Argemiro. Aventureiros sobrevivem com. s.l.: s.n., [s.d.]. 170 p.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2012.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2008.

FOURON, Georges E. Haiti's painful evolution from promised land to migrant-sending nation. 2020. Disponível em: (exemplo de fonte). Acesso em: 2 set. 2020.

FRIEDMAN, Jonathan. Cultural identity and global process. London: SAGE, 1996.

GEIGER, Pedro Pinchas. Mapa do mundo pós-moderno. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. et al. (org.). Fim de século e globalização. 2. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 103-128.

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, Georges. Georges woke up laughing: Long- distance nationalism and the search for home. Durham: Duke University Press, 2004.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. From

immigrant to transmigrant: theorizing. Anthropological Quarterly, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995. <https://doi.org/10.2307/3317464>

GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRANOVETTER, Mark. Society and economy: frameworks and principles. Cambridge: Harvard University Press, 2017. <https://doi.org/10.2307/j.ctv24w64km.11>

GUARNIZO, Luis; PORTES, Alejandro; HALLER, William. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. American Journal of Sociology, v. 108, n. 6, p. 1211-1248, 2003. <https://doi.org/10.1086/375195>

HABITAT III. Issue Papers: Migration and Refugees in Urban Areas. 2016. Disponível em: http://uploads.habitat3.org/hb3/Habitat-III-Issue-Paper-2_2_Migration-and-Refugees-in-Urban-Areas-2.0.pdf. Acesso em: 3 jan. 2024. Tradução do autor.

HAMMAR, Tomas. European immigration policy: a comparative study. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2009.

HANDERSON, Joseph. Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARNEY, Robert. The commerce of migration. Canadian Ethnic Studies, n. 9, p.3, 1977. HARVEY, David. A brief history of neoliberalism. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. Le nouvel impérialisme. 8. éd. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. Para entender o capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change. Cambridge, MA: Blackwell, 1989.

HARVEY, David. The limits to capital. Chicago: University of Chicago Press, 1982. HARVEY, David. The new imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2004.
<https://doi.org/10.1093/oso/9780199283262.001.0001>

HELD, David; MCGREW, Anthony et al. Global transformations: politics, economics and culture. Cambridge: Polity Press, 1999. https://doi.org/10.1057/9780333981689_2

HIRSCHMAN, Charles. The role of religion in the origins and adaptation of immigrant groups in the United States. International Migration Review, v. 38, n. 3, p. 1206-1233, 2004. <https://chatgpt.com/c/686c135a-8c30-8013-9cfc-775dc666b4be#:~:text=FRIEDMAN%2C%20Jonathan.%20Transnationalization,1951.%20Tradu%C3%A7%C3%A3o%20francesa> .

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:. Acesso em: 8 jul. 2025.

JACQUES, Ermitte St. Between periphery and center in the Haitian diaspora. In: JACKSON, Regine O. (ed.). Geographies of the Haitian Diaspora. New York: Routledge, 2011. p. 91-110.

JADOTTE, Evans. International migration, remittances and labour supply: the case of the Republic of Haiti. Research Paper No. 2009/28. Helsinki: United Nations University (UNU-WIDER), 2009.
Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/publication/international-migration-remittances-and-labour-supply>. Acesso em: 7 jul. 2025.

JAMMER, Max. Concepts of space: the history of theories of space in physics. 3. ed. New York: Dover, 1993. xv p.

JEAN BAPTISTE, Mimy Dorléant. O Haiti está aqui: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

JOSEPH, Henderson. Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KOCKEL, Ullrich. ReVisioning Europe: Frontiers, Place and Journeys in Debatable Lands. New York: Palgrave Macmillan, 2010. <https://doi.org/10.1057/9780230282988>

LACROIX, Thomas. Le transnationalisme: espace, temps, politique. 2018. Tese (Doutorado em Géographie) – Université Paris-Est. Disponível em: <https://hal.science/tel-01810672>. Acesso em: 8 jul. 2025.

Lebniz, Recueil de lettres entre Leibniz et Clarke sur Dieu. J'âme. J'espace, la durée, etc., dans Oeuvres philosophiques de Leibniz, présentées par Paul Janet, Paris, Alcan, 1900, tome I, 5e écrit, # 62, p. 782. T

Lee, E. 1966. « A Theory of Migration ». Dans Demography, vol. 3, no. 1, pp. 46-57. <https://doi.org/10.2307/2060063>

Lefebvre Henri. Le droit à la ville. In: L'Homme et la société, N. 6, 1967. pp. 29-35. Doi: 10.3406/homso.1967.1063 <https://doi.org/10.3406/homso.1967.1063>

Lemoine M., 1981, Sucre Amer, Paris, Encre, 291p.

Lenin, V.I. A manufatura capitalista e o trabalho capitalista a domicílio. In: O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Lenin, V.I. A manufatura capitalista e o trabalho capitalista a domicílio. In: O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Louidor, W. E. (2011). L'Amérique du Sud : pôle d'attraction de la migration haïtienne - Vivre Ensemble - Wooldy Edson Louidor - Centre justice et foi. Vivre Ensemble, 19 144 (63), 1-5. Retrieved from on-d e-la-migration- haïtienne/

Lundhal M., 1982, "Note on Haitian migration to Cuba: 1890-1934", Cuban Studies, vol. 12, n° 2, p. 21-36.

LUSSI, Carmem. Circularidade entre migrações e fé: reflexões sobre a alteridade na Igreja de comunhão. 2013. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2013. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.ATeo.23720>

Ma MUNG, Emmanuel. Dispositif économique et ressources spatiales: éléments d'une économie de diaspora. Revue européenne des Migrations Internationales, v. 8, n. 3, p. 175-193, 1992. <https://doi.org/10.3406/remi.1992.1343>

Mabogunje, AL. (1970). Systems approach to a theory of rural-urban migration. Geographical Analysis, 2(1), 1-18 <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1970.tb00140.x>

MANIGAT, Leslie. Da hegemonia francesa ao imperialismo americano. In: FERRO, Marc (org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 243-253.

Marcelin, L.H., Cela, T., and Shultz, J. (2016). Haiti and the politics of governance and community responses to Hurricane Matthew. Disaster Health. 3(4): 1-11 <https://doi.org/10.1080/21665044.2016.1263539>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Marshall D., 1979, "The Haitian Problem": Illegal migration to the Bahamas. Kingston, Institute of Social and Economic Research, 239 p. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

MARTINIELLO, Marco; RATH, Jan. Selected studies in international migration and immigrant incorporation. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. (IMISCOE Textbooks). 628 p. <https://doi.org/10.5117/9789089641601>

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. L'accumulation dite primitive. In: . O capital. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. Livro 1, v. 2, cap. 24, p. 825-877.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. O capital (Crítica da economia política): o processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19--]. Livro 1, v. 1. 1982.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. v. 1. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MASSEY, Douglas et al. The social organisation of migration. In: MASSEY, Douglas

S. Return to Aztlán: the social process of international migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1990. p. 139-171.

MASSEY, Douglas S. et al. Return to Aztlán: the social process of international migration from western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1987.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. Population and Development Review, v. 19, n. 3, p. 431-465, 1993. <https://doi.org/10.2307/2938462>

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. Population and Development Review, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MASSEY, Douglas S. Social structure, household strategies and the cumulative causation of migration. Population Index, Princeton University, 1990. (Referência incompleta: incluir volume e páginas, se possível). <https://doi.org/10.2307/3644186>

MASSEY, Douglas S.; ALARCÓN, Rafael; DURAND, Jorge; GONZÁLEZ, Humberto. Return to Aztlán: the social process of international migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1987.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. Haiti's painful evolution from promised land to migrant-sending nation. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/haiti-painful-evolution-promised-land-migrant-sending-nation>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONACÉ, J. K. Dyaspora haitianos no Brasil, voye kòb e famílias no Haiti: vínculos sociais, múltiplas estratégias de reprodução e dyasporização. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2021.

MONTORO, Xavier Arribas. Capitalismo y economía mundial. Madrid: Instituto Marxista de Economía (IME), 2016.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis, Rio de Janeiro: ABEPSS, ano II, v. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

NIETO, Clara. Migración haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

OBERG, Sverre. Spatial and economic factors in future South-North migrations. In: LUTZ, Wolfgang (ed.). The future population of the world: what can we assume today? London: Earthscan, 1996. p. 336-357.

OIT; BID. Forced labor: coercion and exploitation in the private economy. Genève: OIT, 2009. Resumo executivo. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2010.

PAUL, Benoît. Migration et pauvreté en Haïti: impacts économiques et sociaux des envois de fonds sur l'inégalité et la pauvreté. Montpellier: Université Montpellier 1, 2008. Disponível em: . Acesso em: 7 jul. 2025.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. Haitianos evangélicos: lugaridades e experiência religiosa em Porto Velho-RO. Periplos – Revista de Pesquisa sobre Migrações, Brasília, v. 1, n. 1, p. 160-183, 2017. Dossiê: Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes. Org. FELDMAN-BIANCO, Bela; CAVALCANTI, Leonardo. Universidade de Brasília.

PIERRE, Diego. Migração e segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2022.2284

Terra Livre, São Paulo, ano 37, v. 1, n. 58, 2021. ISSN: 2674-8355.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTES, Alejandro. Globalization from below: the rise of transnational communities. Princeton: Princeton University, 1997. 27p.

PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas. Actes de la recherche en sciences sociales, n. 129, p. 15-25, 1999. <https://doi.org/10.3917/arss.p1999.129n1.0015>

PORTES, Alejandro. Tensions that make a difference: institutions, interests, and the immigrant drive. Sociological Forum, v. 27, p. 563-578, set. 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1573-7861.2012.01335.x>

PRENCIPE, Lorenzo. A religião dos migrantes: entre os retrocessos segregacionistas e as possibilidades de nova coesão social. Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura, ano VIII, n. 37, 2012. Presses Universitaires de Rennes. La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012

RICHMAN, Karen. Migration and Vodou. Florida: University Press of Florida, 2005.

ROBIN, Nicole. Villes nouvelles et intégration spatiale des familles maghrébines en Île-de-France. Paris: ORSTOM Éditions, 1994. 280p.

RODRIGUEZ, Lorenzo Cachón. La formación de la 'España inmigrante': mercado y ciudadanía. REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas, n. 97, p. 95-126, 2002. <https://doi.org/10.2307/40184366>

ROGERIO, Marcele Scapin. A religiosidade na diáspora: o mundo sagrado haitiano. Estudos de Religião, v. 37, n. 1, p. 291-314, jan.-abr. 2023. ISSN eletrônico: 2176-1078. <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v37n1p291-314>

SAFI, Mirna. Les inégalités ethno-raciales sur le marché du travail. In: SAFI, Mirna. Les inégalités ethno-raciales. Paris: Presses de Sciences Po, 2013. p. 39-56. <https://doi.org/10.3917/dec.safi.2013.01>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. Desigualdade social e o conceito de gênero. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em:. Acesso em: 3 out. 2024.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M. et al. (org.). Fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 15-22.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SASSEN, Saskia. The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511598296>

SASSÁ, Elisa Massae et al. Les théories de la migration. s.l.: s.n., 2000. 23 p.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. Research methods for business students. 5. ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2009. 649 p.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 2001. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMMEL, Georg. Sociologie: études sur les formes de la socialisation. Tradução francesa de 1999. Paris: PUF, 1908.

SIMON, Gilbert. Géodynamique des migrations internationales dans le monde. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

SOUZA, Heloísa M. G. P. de. Associações brasileiras em Boston. Travessia: Revista do Migrante, ano 12, n. 34, p. 29-34, mai.-ago. 1999. <https://doi.org/10.48213/travessia.i34.688>

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-85.

SOYSAL, Yasemin N. Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. In: Geografia física: geomorfologia – uma releitura. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, [s.d.].

TAYLOR, J. Edward. Differential Migration, Networks, Information and Risk. In: STARK, Oded (ed.). Migration Theory, Human Capital and Development. Greenwich: JAI Press, 1986. p. 147-171.

THOMPSON, Edward Palmer. La misère de la théorie ou un planétarium d'erreurs: une critique de la pensée d'Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (ed.). Immigration reconsidered. New York: Oxford University Press, 1990. p. 79-95. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195055108.003.0004>

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Caribbean region: an open frontier in anthropological theory. Annual Review of Anthropology, v. 21, p. 19-42, 1992. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.21.1.19>

VARNIER, M.; NASCIMENTO, E.; GUASSELLI, L. A. Acesso à cidade: distância euclidiana a variáveis de interesse social, Chapecó-SC. **Espaço aberto**, v.13, n.2, p.165-185, 2023. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2023.60188>

VAN HAECHT, Anne. L'école à l'épreuve de la sociologie: questions à la sociologie de l'éducation. 2. éd. Bruxelles: De Boeck Université, 1998.

VENDRAMINI, Carla. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-247, 2018. Disponível em: Acesso em: 8 nov. 2024.

VERTOVEC, Steven. Migrant transnationalism and modes of transformation. International Migration Review, v. 38, n. 3, p. 970-1001, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2004.tb00226.x>

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The network of global corporate control. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. Raça, nação, classe: as identidades ambíguas. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 63-74.

WARNER, R. Stephen. Religion and new (post-1965) immigrants: some principles drawn from field research. American Studies, v. 41, n. 2/3, p. 267-286, 2000.

WESTWOOD, Sallie; PHIZACKLEA, Annie. Trans-nationalism and the politics of belonging. London: Routledge, 2000.

WOODING, Bridget; MOSELEY-WILLIAMS, Richard. Nécessaire mais indispensable: les immigrants haïtiens et leurs descendants en République dominicaine. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista

**Projeto de pesquisa: A MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL:
entre a integração e a transnacionalização (2016-2024)**

Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – PPGEP

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

- **Introdução**

- Apresentação do entrevistador
- Objetivo da entrevista: compreender o contexto da migração haitiana, o transnacionalismo e a integração de migrantes em Chapecó.

Garantir a confidencialidade das respostas: o entrevistado não será identificado e, caso seja preciso citar, serão utilizados nomes fictícios

Duração estimada da entrevista (informal e descontraído, estrutura 1h de discussão)

Solicitar consentimento para gravar a entrevista (se aplicável): a gravação não será divulgada em hipótese alguma, ficando disponível somente e exclusivamente para o uso do pesquisador

Parte 1: Perfil do entrevistado

Pode me falar um pouco sobre você (idade, sexo, estado civil, número de filhos, grau de instrução)?

Há quanto tempo mora no Brasil?

Qual é a sua cidade de origem no Haiti?

Qual é a sua cidade de residência atual? Qual é a sua situação de emprego atual?

Partie 2: Raisons de la migration

Pouvez-vous décrire les principales raisons qui vous ont poussé à quitter Haïti ?

- ◦ Razões econômicas (desemprego, baixa renda, oportunidades de trabalho)
- ◦ Razões políticas (instabilidade, violência, perseguição) ◦ Razões sociais (reunificação familiar, casamento)
- ◦ Razões ambientais (desastres naturais, degradação ambiental)
- ◦ Outras razões pessoais

6. Como as condições econômicas no Haiti afetaram sua decisão de migrar?

7. Até que ponto a situação política no Haiti afetou sua decisão de partir?

8. Houve algum evento ou gatilho específico que precipitou sua partida?

Parte 3: Processo de migração

Como você organizou sua viagem do Haiti para o Brasil?

- Uso de redes de migração (família, amigos, agências)
- Dificuldades encontradas durante a viagem

Qual foi o percurso (países e outras regiões do Brasil) feito do Haiti até chegar em Chapecó?

10. Quais eram suas expectativas e esperanças ao vir para o Brasil?

11. Como você escolheu o Brasil como destino em comparação com outros países?possibles ?

Parte 4: Escolhendo a cidade de Chapecó

13. Por que você escolheu se estabelecer em Chapecó em vez de em outra cidade brasileira?

- Presença de familiares ou amigos em Chapecó

Oportunidades de

emprego Custo de

vida

Reputação da cidade (segurança, acolhimento, serviços disponíveis)

14. Como você ficou sabendo de Chapecó?

- Recomendações de parentes
- Informações on-line ou via redes sociais
- Organizações de apoio a migrantes

Quais foram os principais fatores que facilitaram a sua instalação em Chapecó?

- Apoio da comunidade
- Acesso a serviços (moradia, saúde, educação) ◦ Redes sociais

15. Parte 5: Experiência e percepção

Como você descreveria sua experiência de viver em Chapecó até agora? Aspectos positivos (integração, oportunidades, qualidade de vida)

- Aspectos negativos (discriminação, dificuldades econômicas, barreiras linguísticas) Olhando para trás, você acha que Chapecó foi uma boa escolha para você e sua família? Por que sim ou por que não?
- Se não, onde você gostaria de ir?

Parte XX: Vínculos familiares e sociais

- * Você deixou familiares no Haiti? Se sim, quem? Como é o contato com eles?
- * Você é responsável pela manutenção financeira de algum familiar no Haiti?
- * Você conseguiu criar algum tipo de vínculo social aqui no Brasil?
(amizade, se com brasileiros, se somente com haitianos, igreja, redes etc.)

Parte 6: Sugestões e aprimoramentos

18. Que sugestões você teria para melhorar a recepção e a integração dos migrantes haitianos em Chapecó?

19. Que tipos de apoio adicional seriam úteis para os haitianos recém-chegados a Chapecó?

Conclusão

- Agradeça ao participante por seu tempo e suas respostas – Reitere a confidencialidade das informações fornecidas –

Pergunte se o participante tem outras perguntas ou comentários

Questionnaires

Informações Gerais

Seção 1: Informações Demográficas

1. Idade:
 - ☐ Menos de 18 anos
 - ☐ 18-25 anos
 - ☐ 26-35 anos
 - ☐ 36-45 anos
 - ☐ 46-55 anos
 - ☐ 56 anos ou mais
2. Sexo:
 - ☐ Masculino
 - ☐ Feminino
 - ☐ Outro
3. Nível de educação:
 - ☐ Primário
 - ☐ Secundário
 - ☐ Superior (Universidade/Faculdade)
 - ☐ Outro (Especifique): _____
4. Estado civil:
 - ☐ Solteiro(a)
 - ☐ Casado(a)
 - ☐ Divorciado(a)
 - ☐ Viúvo(a)
 - ☐ Outro (Especifique): _____

Seção 2: Contexto da Migração

5. Em que ano você saiu do Haiti?

○ _____

6. Qual era o seu status profissional antes de deixar o Haiti?
- Estudante
 - Empregado(a)
 - Trabalhador(a) autônomo(a)
 - Desempregado(a)
 - Outro (Especifique): _____
7. Qual era a sua situação econômica antes de deixar o Haiti?
- Muito boa
 - Boa
 - Média
 - Ruim
 - Muito ruim

Motivos da Migração

7. **Quais foram os principais motivos para migrar para o Brasil?**
(marque todas as opções que se aplicam)

- o ☐ Busca de oportunidades econômicas
- o ☐ Segurança e estabilidade política
- o ☐ Educação
- o ☐ Reunificação familiar
- o ☐ Outro (especifique): _____

8. **Você deixou o Haiti por causa de um evento específico?**
- o ☐ Sim (especifique): _____
 - o ☐ Não

Experiência no Brasil

9. Como você descreveria sua experiência de integração no Brasil?

- ☐ Muito positiva
- ☐ Positiva
- ☐ Neutra
- ☐ Negativa
- ☐ Muito negativa

10. Quais desafios você encontrou ao chegar ao Brasil? (marque todas as opções que se aplicam)

- ☐ Barreiras linguísticas
- ☐ Dificuldades econômicas
- ☐ Discriminação
- ☐ Dificuldades administrativas
- ☐ Outro (especifique): _____

11. Você teve acesso a serviços de assistência para migrantes no Brasil?

- ☐ Sim (especifique quais): _____
- ☐ Não

12. Você está envolvido em atividades comunitárias haitianas no Brasil?

- ☐ Sim (especifique): _____
- ☐ Não

Transnacionalismo e vínculos com o Haiti

13. Você mantém laços regulares com o Haiti?

- ☐ Sim (especifique a frequência): _____
- ☐ Não

14. Como esses laços influenciam sua vida no Brasil? (marque todas as opções que se aplicam)

- ☐ Envio de dinheiro
- ☐ Visitas regulares
- ☐ Participação em atividades culturais
- ☐ Outro (especifique): _____

15. Como você percebe o impacto de sua migração na sua família no Haiti?

- ☐ Positivo
- ☐ Neutro
- ☐ Negativo
- ☐ Não tenho certeza

Perspectivas e Sugestões

16. Quais aspectos de sua experiência de migração você gostaria de melhorar? (marque todas as opções que se aplicam)

- ☐ Acesso ao emprego
- ☐ Acesso à educação
- ☐ Integração cultural
- ☐ Apoio administrativo
- ☐ Outro (especifique): _____

17. Que conselhos você daria para novos migrantes haitianos chegando ao Brasil?

Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência de migração?

